



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

Laércio Gomes Rodrigues

**O ESTIGMA DO FAVELADO: o caso do Conjunto Habitacional
Mucajá, na cidade de Macapá-AP**

Recife
2017

LAÉRCIO GOMES RODRIGUES

**O ESTIGMA DO FAVELADO: o caso do Conjunto Habitacional
Mucajá, na cidade de Macapá-AP**

Dissertação apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano, da
Universidade Federal Pernambuco, para a
obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Urbano, sob orientação
do Prof. Dr. Tomás Albuquerque Lapa.

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

R696e Rodrigues, Laércio Gomes
O estigma do favelado: o caso do conjunto habitacional Mucajá, na cidade de Macapá-AP / Laércio Gomes Rodrigues. – Recife, 2017.
184 f.: il., fig.

Orientador: Tomás Albuquerque Lapa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2018.

Inclui referências.

1. Estigma do favelado. 2. Conjuntos habitacionais. 3. Habitação popular. I. Lapa, Tomás Albuquerque (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2018-87)

Laércio Gomes Rodrigues

**O ESTIGMA DO FAVELADO: O CASO DO CONJUNTO DO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ, NA CIDADE DE MACAPÁ-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em 17/09/2017.

Banca examinadora

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Luis de la Mora (examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Danielle de Melo Rocha (examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Este trabalho aparentemente de caráter solitário oculta, na realidade, a contribuição de muitos corações que concorreram para o produto final aqui apresentado. Sem me prolongar agradeço aos meus pais – Angelina e Jurandir – pela ousadia de fazer a travessia do mundo rural para o urbano, de se colocar em risco na cidade que se erguia avessa ao caboclo, muito obrigado por terem vislumbrado um *caminho novo*, hoje enxergo com mais nitidez esse caminho sem esquecer a nossa trajetória, de onde viemos e quem nós somos – ribeirinhos, caboclos da Amazônia.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, aos professores e técnicos, em especial ao meu orientador Tomás Lapa que me auxiliou no treinamento de perscrutar a realidade urbana pelas lentes do fazer científico. Meus agradecimentos a secretária do Programa, Renata Albuquerque – você sempre foi auxílio e leveza.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa de estudo que contribuiu para o custeio do período voltado a formação acadêmica.

Meus agradecimentos aos colegas da Turma de 2015.

Minha gratidão ao Luiz Otávio, com o qual compartilhei afetos, sonhos e esperanças – você foi a pessoa que mais ocupei com questões, com leituras e releituras e leituras novamente, você foi incansável – muito obrigado.

Obrigado aos meus amigos de Macapá, a distância só prova que não se acaba as escolhas recíprocas que fazemos em relação ao outro. Agradeço a Karina Nymara pela contribuição em tratar com a manipulação de artes gráficas.

Agradeço, por fim, aos meus irmãos seus/suas cônjuges e seus filhos, em especial aos meus irmãos, João Pedro e Clemilda, e a minha sobrinha Ingrid.

RESUMO

Este trabalho versa sobre o estigma do favelado que irrompe os mais diversos tempos e espaços, espalhando-se pelas cidades contemporâneas brasileiras. Para melhor esclarecimento a respeito das ideias que hostilizam a moradia popular aponta-se a gênese das construções ideológicas avessas a habitação popular. Para isso, retoma-se a espacialidade da cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, na virada do século XIX para o XX, quando a cidade se vestia de elementos modernizadores. Nesse contexto, o cortiço, principal habitação popular do Antigo Regime, foi eliminado do tecido urbano, pois pesara sobre essa moradia um estigma. No irromper do século XX, com a modernização das cidades, as contradições sociais se expressaram na tessitura urbana, assim, surge um novo espaço da moradia popular, a favela, que recebeu dos cortiços os significantes. Desde o aparecimento da favela este espaço de moradia foi julgado como um lugar que não deveria existir na cidade que se vestia de moderna. O estigma pode ser identificado nas mais diversas cidades brasileiras, de Norte a Sul do País, nas mais diferentes expressões da moradia popular, como favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais. Assim, toma-se a cidade de Macapá como local de investigação empírica, especificamente o Conjunto Habitacional Mucajá (CHM), inaugurado em 2011. Os moradores de CHM são alvos de ideias hostis presentes tanto nas notícias de jornais, quanto no pensamento dos que moram as adjacências do CHM, reatualiza-se o estigma do favelado. O trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro aponta o objeto de estudo e apresenta os principais conceitos desenvolvidos no trabalho. O segundo faz uma breve incursão histórica, retoma-se ao Rio de Janeiro do final do século XIX, quando o cortiço foi eliminado do tecido urbano. O terceiro capítulo discorre sobre o aparecimento da favela e a manipulação do estigma do favelado. O quarto centra-se numa breve história da moradia no contexto amapaense. O quinto analisa o estigma do favelado no CHM.

Palavras-chave: Estigma do favelado. Conjuntos Habitacionais. Habitação Popular.

ABSTRACT

This work deals with the stigma of the *favela* resident that happens in the most diverse times and spaces, spreading in contemporary Brazilian cities. For a better understanding of the ideas that antagonize the popular dwelling, one points to the genesis of ideological constructions averse to popular housing. To this end, we focus on the city of Rio de Janeiro, then the capital of the country, at the turn of the 19th to the 20th century, when the city was dressed in modernizing elements. In this context, the tenement, the main popular housing of the Old Regime, was eliminated from the urban fabric, since it had weighed on this dwelling a stigma. At the outbreak of the twentieth century, with the modernization of cities, social contradictions were expressed in the urban fabric, thus, a new space emerges from the popular dwelling, the favela, which received from the tenements the signifiers. Since the appearance of the favela this dwelling space was judged as a place that should not exist in the modern city. The stigma can be identified in the most diverse Brazilian cities, from North to South of the Country, in the most different modalities of popular housing, such as favelas, subdivisions, and housing complex. Thus, the city of Macapá is taken as an empirical research site, specifically, the Conjunto Habitacional Mucajá (CHM), inaugurated in 2011. The residents of CHM are the target of hostile ideas present in both newspaper news and the thinking of those who live nearby of the CHM, the stigma of the *favela* resident is updated. The work is divided into five chapters: the first one establishes the object of study and presents the main concepts developed in the study. The second makes a brief historical review, returns to Rio de Janeiro at the end of the nineteenth century, when the tenement was eliminated from the urban fabric. The third chapter discusses the emergence of the favela and the manipulation of favela stigma. The fourth focuses on a brief history of housing in the *amapaense* context. The fifth analyzes the favela resident stigma in the CHM.

Keywords: Stigma of the favela resident. Housing Complex. Popular Housing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Metáfora <i>corpus</i> /patogênese	77
Tabela 02 – Favelas removidas x famílias atingidas pelas remoções em 1964	92
Tabela 03 – Período I: Jan. – dez./2009	146
Tabela 04 – Período II: Jan. – dez./2013	147
Tabela 05 – Período II: Jan. – dez./2013	148
Tabela 06 – Período II: Jan. – dez./2013	149
Tabela 07 – Período II: Jan. – dez./2013	150
Tabela 08 – Período II: Jan. – dez./2013	151
Tabela 09 – Período II: Jan. – dez./2013	152
Tabela 10 – Período II: Jan. – dez./2013	153
Tabela 11 – Período II: Jan. – dez./2013	154
Tabela 12 – Período II: Jan. – dez./2013	154
Tabela 13 – Período II: Jan. – dez./2013	155
Tabela 14 – Quantitativo por quarteirão (vias)	161
Tabela 15 – Avaliação subjetiva de pontos positivos e negativos no bairro.	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Oswaldo Cruz higienizando a favela	70
Figura 02 – Placas decorativas camuflam a vista do Complexo da Maré/RJ.	79
Figura 03 – Placas que ocultam a visão do Complexo da Maré/RJ	79
Figura 04 – Planta da Vila de São José de Macapá (1761)	113
Figura 05 – Delimitação da “Macapá Dante” – centro histórico da cidade.	114
Figura 06 – Assentamento humano típico na Amazônia – Elesbão (Macapá).	124
Figura 07 – Vista panorâmica – Vila IPASE (Macapá).	126
Figura 08 – Baixada do Mucajá e identificação da área do Conjunto Habitacional Popular (2007).	135
Figura 09 – Conjunto Habitacional Mucajá (2013)	136
Figura 10 – Bairro do Beirol em contexto com os bairros vizinhos.	138
Figura 11 – Equipamentos e serviços públicos próximos ao CHM.	140
Figura 12 – Esquema de pesquisa documental.	143
Figura 13 – Delimitação da pesquisa exploratória.	145
Figura 14 – Mapa do Amapá (fluxo migratório).	163
Figura 15 – Tempo de residência no lugar.	164
Figura 16 – Croqui – representação de uma via do Beirol (tempo de moradia/parentesco e compadrio).	167

LISTA DE ABREVIATURAS

BHN	Banco Nacional de Habitação
BPMEL	Biblioteca Pública de Macapá Eley Lacerda
BRUMASA	Bruynzeel Madeira S/A
CESEIN	Centro de Internação Masculina
COHAB-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
CHM	Conjunto Habitacional Mucajá Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CHISAM	do Grande Rio
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IAP's	Institutos de Aposentadorias e Pensões
PAIM	Plano de Ação Imediata de Macapá
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PUCM	Plano Urbanístico da Cidade de Macapá
PA's	Planos de Alinhamentos
PM	Polícia Militar
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SERFHA	Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas
SSCM	Serviço Social Contra o Mocambo
SESC	Serviço Social do Comércio
(SIAC)/Super Fácil	Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
TFA	Território Federal do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DEFINIÇÃO DE OBJETO DE ESTUDO E DE CONCEITOS	17
3 CIDADE E HABITAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO XIX: DO CORTIÇO À FAVELA.....	34
3.1 O RIO DE JANEIRO E A MORADIA: O CORTIÇO COMO SOLUÇÃO DA QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR.....	36
3.2 AS BASES IDEOLÓGICAS CONTRA OS CORTIÇOS: A MORADIA DOS POBRES COMO PERIGO À SAÚDE PÚBLICA E AMEAÇA À ORDEM SOCIAL.....	43
3.3 NO PLANO DA REALIDADE: ATAQUE E EXTINÇÃO DO CORTIÇO.....	52
3.4 O RIO DE JANEIRO DA <i>BELLE ÉPOQUE</i> E SEU CONTRAPONTO, AS FAVELAS: AS CONTRADIÇÕES NA ESPACIALIDADE URBANA MODERNA	59
4 FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS: ORIGEM, INTERVENÇÃO DO ESTADO E A MANIPULAÇÃO DO ESTIGMA DO FAVELADO.....	66
4.1 A ORIGEM DA FAVELA: UMA GÊNESE E DIVERSAS VERSÕES.....	66
4.2 AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA: UM ESTIGMA NO CORPUS SOCIETÁRIO E NO TECIDO URBANO.....	69
4.2.1 O reconhecimento oficial do “problema favela”: um mal a ser extraído do <i>corpus social</i> e da cidade.....	75

4.3 PARQUES PROLETÁRIOS E O CONTROLE DO ESTADO: A HABITAÇÃO PARA HIGIENIZAR E MOLDAR ALMAS CIVILIZADAS.....	82
4.4 POLÍTICA DE REMOÇÃO E ESTIGMA DO FAVELADO NO REGIME AUTORITÁRIO (1960/70)	90
4.4.1 Política de remoção: a dura face repressora do Estado contra os favelados.....	90
4.5 POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES ANALÍTICAS A RESPEITO DAS INTER-RELAÇÕES SOCIAIS ENVOLVENDO HABITAÇÕES POPULARES.....	96
5 CIDADE E HABITAÇÃO POPULAR: UM SOBREVIVO NA HISTÓRIA DE MACAPÁ.....	107
5.1 AMAPÁ/MACAPÁ: O GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E A MORADIA POPULAR.....	107
5.2 A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO: ARAUTOS DA NOVA MACAPÁ.....	118
5.3 CASAS DE MADEIRA X CASAS DE ALVENARIA: A MORADIA COMO SÍMBOLO DE TEMPOS PRETÉRITOS E MODERNOS EM MACAPÁ.....	122
5.4 BEIROL: UM BAIRRO DE ORIGEM POPULAR NO TECIDO URBANO MACAPAENSE.....	129
5.5 REMINISCÊNCIA DOS MORADORES DO CHM: DO BARRACO NO BAIRRO SANTA INÊS AO CONJUNTO HABITACIONAL NO BAIRRO DO BEIROL.....	133
6 O CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ E O ESTIGMA DO FAVELADO: A PERSISTÊNCIA DE UMA IMAGEM DETERIORADA.....	138

6.1 O BAIRRO DO BEIROL E O CHM: CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	139
6.2 A MANIPULAÇÃO DO ESTIGMA DO FAVELADO: A INFERIORIZAÇÃO DO MORADOR DO CHM NAS MATÉRIAS DE JORNAIS E ENTRE MORADORES ESTABELECIDOS NAS INTERMEDIações.....	141
6.2.1 Procedimentos metodológicos.....	141
6.3 DISCUSSÃO/RESULTADOS.....	146
6.3.1 Pesquisa documental: análise de matérias de jornais locais.....	146
6.3.2 Pesquisa exploratória e entrevista: o que pensam os moradores externos ao CHM.....	161
<i>6.3.2.1 Análise dos dados sociais e da relação com os moradores do CHM.....</i>	<i>162</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

A habitação é elementar à reprodução da vida humana; nas mais variadas culturas os homens erguem seus abrigos com intuito de se proteger das intempéries naturais, como frio, chuva, calor, etc. A busca por um lugar de abrigo e a sua produção é considerada uma das mais antigas práticas de arquitetar.

O nome que é atribuído ao lugar que se habita varia de acordo com a cultura de referência; na cultura do homem ocidental, por exemplo, aparece o termo “*casa*” como uma expressão genérica referente a toda e qualquer tipologia construtiva que serve como espaço de abrigo, que cumpre a função de proteção.

Uma das características humanas diz respeito à capacidade de atribuir significado a todas as coisas à sua volta. Aliás, a valoração das coisas torna as bases dos mundos dos homens mais sólidas, mais resistentes. Isto porque, explica Peter Berger (1985), os homens precisam construir mundos para si que lhes sejam habitáveis, mundos com capacidades de pô-los em equilíbrio; para isso, preenchem de significados as coisas criadas, atribuindo-lhes valores. Disto pode-se depreender que a moradia, produto da construção humana, além de ser útil à sua função basilar de abrigo, também é revestida de símbolos, quer sejam de apreço ou de despreço (a depender de variáveis, de atores sociais, de contextos, etc.).

No contexto das cidades contemporâneas brasileiras, caracterizada por profundas contradições sociais, a principal moradia que absorve a maioria da população é a favela. As favelas são constituídas por moradias singulares e são parte integrante do tecido urbano.

Essas ocupações, no entanto, não seguem os preceitos dominantes definidos pelo Estado ou pelo mercado, como modelos de ocupação e de uso do solo urbano. Os padrões baseiam-se em teorias urbanísticas e pressupostos culturais, relacionados a uma classe social hegemônica, que dita quando um ambiente é saudável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, S/D).

De acordo com Lúcio Kovarick (2002) as favelas representam 25% dos que moram em Belo Horizonte, 28% da população do Rio de Janeiro e de Fortaleza, 40% dos que moram no Recife, 1/3 dos que residem em Salvador, a metade da população de Belém e 16% dos que moram em Macapá.

Para uma grande maioria, residir em favelas significa viver em condições insalubres (que expõem seus moradores à contaminação e à degradação), raras conseguem dá destino adequado aos dejetos, pois a maior parte das moradias não estão conectadas a rede de esgoto, além disso, parte considerável dos aglomerados situam-se “à margem de córregos ou em áreas de acentuada declividade, sujeitas a inundações e a erosões” (KOVARICK, 2002, p. 20).

Para muitos, morar na favela não é um descenso social somente por questões de precariedade nas condições físicas e ambientais, ou pela situação de irregularidade da propriedade do imóvel¹, mas, sobretudo porque existe uma ideia que associa a favela à vagabundagem e à desordem, lugar de viciados e de criminosos (KOVARICK, 2002).

A favela, a mais expressiva habitação popular contemporânea, como produto material da construção humana, também é preenchida de símbolos, mas de despreço, de desprezo, uma insígnia de infame. No entanto essas ideias não se encerram somente na questão das favelas, pois se faz presente em outras expressões da moradia popular, como os *conjuntos habitacionais* que são direcionados a família de baixa renda².

No contexto da cidade de Macapá a questão envolvendo as concepções que subjagam a moradia popular apareceu com mais nitidez após a inauguração do Conjunto Habitacional Mucajá (CHM), executado pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM).

¹ É engano supor que todas as favelas, de modo geral, se caracterizam pela irregularidade ou ilegalidade do lote, ou ainda pela inexistência de serviços urbanos, como água e esgoto, ou ainda pela situação de pobreza de todos os seus moradores, todas essas ideias reforçam a concepções estereotipadas a respeito de seu morador e do lugar de moradia. Conforme aponta Lícia Valladares (2005), ainda no final do século XIX, quando a favela começava a irromper no tecido urbano carioca, possivelmente alguns morros surgiram sem a condição de irregular, como Quinta do Caju, Serra Morena e Mangueira. A favela é um lugar heterogêneo constituído por diferentes categorias sociais.

² Conjuntos habitacionais – Para fins deste trabalho considera-se conjuntos habitacionais também como *Produção Estatal do Habitat* (DE LA MORA, 2010), isto é, a produção que é conduzida por agentes estatais que ofertam moradias financiados por bancos públicos, cujos recursos financeiros advém da União, assim como de políticas urbanas e habitacionais designadas para compensar a prerrogativa presente na Carta Magna no que se refere ao direito à cidade e ao habitat.

O CHM é a primeira *produção estatal do habitat* amapaense, em larga escala e inaugurado em 2011. Foram construídos 592 apartamentos e entregues às famílias de baixa renda que moravam em uma favela (ou baixada)³ denominada de Mucajá. Com a transferência das famílias da baixada para os apartamentos, a moradia anterior deixou de existir.

A melhoria estrutural e adequada inserção no tecido urbano que o empreendimento ofereceu a essa população não significou a diminuição da distância social entre os moradores provindos da baixada e os moradores circunvizinhos ao CHM, pelo contrário, as diferenças sociais tornaram-se mais expostas no cotidiano, disto se faz o seguinte questionamento: como poderia ser explicada a dramatização de tal hostilidade? Desta pergunta, provinda de uma prévia observação empírica, surgiu a questão mais geral: qual seria a origem de tais hostilidades contra a moradia popular e como elas se reatualizam no cotidiano das cidades brasileiras (excedendo espacialidades e temporalidades diferentes)?

Objetivo de alcance mais geral deste trabalho é analisar o estigma relacionado à *moradia popular* (também considerado como o *estigma do favelado*), cuja presença extrapola temporalidades (no sentido de que estiveram presente no passado e se mantém no cotidiano) e espacialidades (no sentido de que elas se transferem de um lugar a outro, podendo ser observáveis por toda parte, de Norte a Sul do País, se expressando em diferentes escalas, como nas micro-relações de vizinhança e de bairros, por exemplo). Outros objetivos, mas considerados específicos, nos pareceu importantes, como: *i*) apontar a origem das ideias que estigmatizam a habitação popular (no tempo e no espaço); *ii*) descrever os postulados iniciais das concepções avessas à moradia popular; *iii*) identificar a permanência do estigma relacionado à moradia popular na modernidade em diferentes espacialidades (reatualização dos significantes que anularam o cortiço e que no presente se voltam à favela e demais expressões habitacionais consideradas populares, como os conjuntos habitacionais); *iv*) comparar, em diferente escala espacial e temporal, a presença de ideias que inimizam a moradia popular (no Rio de Janeiro do início do século XX até a década de 1970 e em Macapá a partir da década de 1940 até os dias atuais); *v*) examinar a manipulação do estigma do favelado envolvendo o CHM, em Macapá (por meio de análise de matérias publicadas por jornais locais – dimensão macro;

³ No Amapá o termo regional para designar *favela* é *baixada*.

quanto pela relação de “vizinhança” – averiguar o que pensam os moradores externos ao CHM a respeito desse empreendimento); *vi*) explicar o porquê da dramatização das diferenças sociais envolvendo o CHM e os moradores externos.

Este trabalho está dividido em 03 partes complementares que, por sua vez, está composto em 05 capítulos (07 seções), a saber: *i*) na primeira delinea-se o objeto da pesquisa, isto é, o *estigma do favelado*, além de indicar os principais conceitos desenvolvidos no corpo do trabalho (seção 02); *ii*) em seguida, retoma-se a história do Rio de Janeiro do final do século XIX com intuito de recuperar os postulados inventados contra a moradia popular e que dizimaram o cortiço; apesar das transformações por que passou a cidade, ainda assim, as ideias avessas à moradia popular foram projetadas a outras tipologias habitacionais populares, como favelas, parques proletários, conjuntos habitacionais, etc. (seção 03 e 04); e, *iii*) na última parte, volta-se a história do Amapá, com destaque para a capital, Macapá, com intuito de averiguar a manipulação da aversão à moradia popular, em escala espacial diferente. Analisa-se a manipulação do estigma do favelado no CHM, mensurada pelas matérias de jornais que circularam na cidade em momentos distintos (anterior e posterior à inauguração do conjunto) e pelas concepções dos “vizinhos” externos a essa moradia popular. Além de que, procura-se indicar as razões da dramatização das relações conflituosas entre moradores dessemelhantes (moradores do CHM e os que residem na circunvizinhança) (seção 05 e 06).

Veremos que a moradia popular, para além da escala espacial e temporal, é tomada como mais uma expressão das desigualdades sociais que caracterizam a realidade brasileira, a ponto de transformá-la em um estigma que deteriora a imagem da população da habitação popular, e, concorre para a diminuição do campo dos direitos sociais.

2 DEFINIÇÃO DE OBJETO DE ESTUDO E DE CONCEITOS

As cidades contemporâneas espelham em sua tessitura, entre outras, as diferenciações de ordem social, o que equivale dizer que o seu usufruto está diretamente associado a qual segmento determinado indivíduo pertence, pois a cidade projeta a sociedade no espaço. Desta feita, o espaço é produto materializado que se relaciona com outros produtos materiais, entre os quais os indivíduos; espaço e indivíduo mantêm relações sociais determinadas, e isto exprime no próprio espaço “uma forma, uma função, uma significação social” (CASTELLS, 1983).

Como reprodução das sociedades modernas no espaço, as cidades também refletem suas contradições. No caso brasileiro, a contradição da sociedade é denotada desde a origem colonial escravista que imprimiu no espaço sentidos sociais. Isto é,

a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nelas, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência (CHAUI, 2013, p.87).

No passado colonial as diferenciações entre senhor e escravo pouco se expressavam em termos espaciais, uma vez que, ambos residiam física e praticamente no mesmo lugar, separados pelas paredes da Casa Grande e os muros da Senzala, a escala tornava nebulosa o processo de apartação em termos de espacialidade (SOUZA, 2013).

As diferenças, portanto, não eram referendadas em torno da separação espacial, mas, sobretudo, no plano das relações entre quem mandava e quem obedecia. A apartação se expressou pela via simbólica com intuito de demarcar uma fronteira entre o senhor e o escravo. Aquele separado desse por ser “civilizado”, “educado” e “bem-nascido”; por sua vez, o cativo nem chegava a compartilhar a condição humana, considerado uma coisa, um objeto de produção. A diferença entre ambos tornou-se uma profunda desigualdade⁴.

⁴ De acordo com Norbert Elias & Scotson (2000), quando se observa uma profunda diferença de poder e corresponde opressão mantida na interação entre grupos diferentes, tende-se a hostilizar o grupo em situação de desvantagem. Em tais configurações, o grupo em situação de dominação elabora ideias de inferioridade a respeito do “outro”, que seriam resultado da natureza ou da interferência dos deuses; conjurando-os como escória, chegando mesmo ao ponto de negar-lhe, inclusive, a condição humana (o

Cabe mencionar que as relações entre senhor e escravo não se reduzia ao mundo laboral, onde esse era juridicamente tratado como uma coisa, um instrumento de trabalho, as “relações com os donos oscilavam da situação de dependente para o de protegido, e até de solidário e afim”⁵ (HOLANDA, 1995, p. 53).

Tal assertiva é corroborada por Marilena Chaui (2003), que afirma, que nessa relação, sendo o escravo visto como “o outro”, ele nunca foi encarado como uma pessoa, dotada de subjetividade, ou seja, jamais foi considerado em sua alteridade. Pois, na internalidade da organização societária brasileira, os iguais se tratam como “parentes”, “cumplices” e “compadres”; por outro lado, aos considerados desiguais, as relações assumem contornos de “favor”, de “clientela”, de “tutela” ou de “cooptação”. Aí se expressa uma emblemática faceta da sociedade autoritária brasileira.

Nessa sociedade há uma tendência de naturalizar as desigualdades sociais encaradas como inevitáveis, como consequência da própria natureza das coisas que a uns inferiorizam e a outros elevam. Além disso,

as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvio da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade [...]. Essa naturalização que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais; (CHAUÍ, 2013, p. 88).

Vale mencionar que a sociedade colonial erguera-se dentro do espaço privado (casa-grande), sob o domínio de um patriarca. Reflexo dessas relações, as nossas cidades contemporâneas espelham em sua materialidade espacial as heranças do passado cuja sociabilidade ocorria de portas à dentro. Tudo que se encontrava de portas a fora foi

ponto extremo dessa configuração social resulta em extermínio do outro. Existem diversos exemplos na história da humanidade que acentuam essa questão, como os *campos de concentração*, resultado da inter-relações entre judeus e nazistas na Alemanha). No caso brasileiro, as diferenças grupais foram transformadas em profundas desigualdades (colonizador, ameríndios e africanos). Diversas tribos indígenas foram dizimadas, algumas vezes resultados de doenças epidêmicas, mas outras, por razões das configurações sociais em conflito. Isto sem mencionar os africanos, submetidos a escravidão, negou-lhes, inclusive, a condição humana.

⁵ Para Marilena Chauí (2013, p. 89) essa é uma herança que permanece em voga na sociedade brasileira, ela se faz presente na forma de fazer política e na “organização do Estado em que os governantes e parlamentares são ‘donos do poder’, mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam corrupção sobre os fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, há um alargamento do espaço privado”.

indistintamente subjugado como monstruoso e abominável, disto decorre uma forte dose de hostilidade com a vida exterior, considerada uma “sobra” da vida privada.

A este respeito, afirma Lúcia Leitão:

Da casa-grande num primeiro momento e do sobrado, que, no momento seguinte, lhe herda não apenas as funções, mas, sobretudo, o significado socioespacial. Coerente com essas circunstâncias, o ambiente construído que essa organização social gera também se dá a partir do espaço privado, num processo de negação da rua, do espaço público (LEITÃO, 2014, p. 31).

Na primazia da vida privada, a sociedade brasileira precisou inventar-se “tradicional”, “distinta” e “polida”. Por outro lado, o espaço público foi concebido como apêndice, desconexo e posto do lado de fora, sem pertencer ao ambiente familiar. Tudo que havia exterior a ela foi concebido como desprezível, impuro e perigoso. O espaço público, cuja maior expressão é a rua, nasceu “como lugar do escravo, do mascate, do socialmente marginalizado”. Assim, a rua “tornou-se o lugar de circulação de águas servidas, de mercadorias trazidas a casa pelos mascates” (LEITÃO, 2014, p. 44).

A maneira de conceber e organizar o público/privado trouxe consequências tanto na forma de edificar as cidades brasileiras quanto nas múltiplas funções que elas desempenham. Ou seja, a valorização da casa-grande e exclusão da cena social dos que se abrigavam para fora de suas paredes encontram ressonância no espaço urbano que, por sua vez, hostiliza a vida que se ergueu para além do domínio do patriarcado (LEITÃO, 2014).

Um exemplo do que apareceu fora da hegemonia patriarcal é o *mocambo*⁶ – moradia dos operários livres, e no segundo momento, do escravo que se tornou livre – que emergiu nas bordas do tecido urbano, num lugar que ele não edificou e menos ainda conseguiu controlar. Mais do que indicar o esfacelamento da autoridade patriarcal, a configuração da moradia popular em oposição ao domínio da casa-grande, ou do sobrado (seu sucessor), inimizam as expressões da vida que transbordaram as fronteiras erguidas pelas elites urbanas (LEITÃO, 2014, p. 80).

⁶ Mocambo – Nota-se que Lúcia Leitão (2014) utiliza o termo *mocambo* para denominar habitações populares espontâneas que se fizeram presente no cenário urbano brasileiro no final do século XIX, termo que aparece mais especificamente associado ao Recife (PE), aliás, o *mocambo* marca a história e a paisagem recifense. A etimologia da palavra é de origem Bantu e indica cabana, tapera, barraco que serviu para abrigar a população mais pobre (unidade residencial).

Tal assertiva corrobora o pensamento de Marilena Chaui (2013), que defende que a sociedade brasileira é autoritária, pois transforma todas as diferenças e assimetrias em processo de desigualdade, naturalizando-as como inevitáveis ou fruto do acaso, ou ainda, como resultado de uma intervenção sobrenatural; além disso, julga-se ordeira e pacífica, mas não somente tolera como promove, sem nenhum remorso, a violência que atinge os mais vulneráveis das relações sociais, como mulheres, crianças, idosos, os sem-teto, etc. E, como mais um elemento para demarcar as fronteiras sociais, a moradia é tomada para aprofundar o distanciamento entre os que mandam e os que obedecem.

O declínio do poder patriarcal e o surgimento da vida urbana não significou o fim de valores que sustentavam essa sociedade. Pelo contrário, o próprio ato de edificar, denotou uma metamorfose; o sobrado, por exemplo,

era em tudo compatível com a função de separação, de exclusão que o espaço de morar, herdado da casa-grande, deveria desempenhar na sociedade que via nascer o urbano no Brasil. Nesse sentido, a “norma” estabelecida pela casa-grande, segundo a qual o encontro com o estranho deveria ser evitado a todo custo, transporta para a vida na cidade, sugere a dificuldade da casa patriarcal, agora transformada em sobrado, em conviver, bem como em fazer surgir o espaço público (LEITÃO, 2014, p. 95).

Além disso, o sobrado – acentua Leitão (2014) – herdou da casa-grande o símbolo de “distinto”, de “nobre”. Desta feita, morar em sobrado significava prestígio de ordem social. Como era de se esperar, também a arquitetura espelha o lugar que cada um desempenha na organização hierárquica da sociedade.

Erguida sob o comando senhorial, a sociedade brasileira em geral (e as elites de modo particular) se inebriava pela fidalguia e pelo privilégio. No presente, ela utiliza o consumo de luxo para se sentir distinta e, ao mesmo tempo, reforçar a distância social que há entre quem manda e quem obedece; recorre a títulos honoríficos (como o de “doutor” em substituição aos de nobreza), a quantidade de criadagem doméstica (que quanto mais, expressava maior *status*) e aos diplomas (que habilita ao trabalho intelectual, desprezando os manuais); condena a coisa pública (despreza-se a rua) e se vale do espaço de moradia para reafirmar sua “superioridade” (casa-grande, sobrados, edifícios, bairros “nobres” e enclaves fortificados) (CHAUI, 2013).

O cenário urbano brasileiro, centrado no espaço privado, concorreu para a construção de um ambiente hostilizador em si mesmo, denotado pela apartação do homem

servil, isto é, do escravo, num primeiro momento e dos homens pobres, no segundo momento, não valorizado pelos ambientes considerados *privés* (LEITÃO, 2014).

Tal assertiva também é verdadeira se deslocada para o espaço do abrigo a qual acolhera essa população (escravos, ex-escravos e brancos pobres), mesmo que em espacialidades e temporalidades diferentes, ou seja, uma apartação e inimizade direcionada a toda e qualquer expressão da *habitação popular* se desenhou desde a origem da sociedade brasileira. Mas essa configuração se alterou substancialmente no final do século XIX a ponto de se excluir o cortiço – principal expressão da *moradia popular* da época – do tecido urbano da então Capital do Império; no entanto, para que tal façanha se realizasse, foi necessário conceber um arsenal ideológico mais eficaz contra a habitação popular. Em outros termos, ainda que houvesse uma aversão à moradia dos pobres, estas, até então, não haviam produzidos efeitos tão dramáticos, como que ocorreu aos cortiços ao serem limados do tecido urbano; para tanto, ideias hostis à habitação popular tiveram de ser inventadas a ponto de alterar as configurações das relações sociais e a materialidade do espaço urbano. Assim, seguindo os passos do historiador Sidney Chalhoub (1996), este trabalho recua na temporalidade, traceja o final do século XIX na tentativa de recuperar os postulados que erradicaram o cortiço do tecido urbano, e que, cujas concepções se projetaram a outras expressões da habitação popular, podendo ser identificadas nas nossas cidades contemporâneas.

No limiar do século XX uma nova expressão da moradia popular apareceu no tecido urbano – *a favela*⁷. Esta irrompeu às margens da cidade que se modernizava, como uma nova expressão das contradições sociais, materializada no tecido urbano. Desde sua gênese a favela assumiu o lugar indesejado, um lugar que não deveria existir na cidade moderna; e mais, herdou dos cortiços às concepções hostis inventadas para aniquilar a antiga moradia popular.

O objeto de estudo é *o estigma relacionado à moradia popular*, que acompanha, numa longa duração temporal, os moradores de tais habitações. As ideias avessas à habitação popular perduram independentes de temporalidades e espacialidades. Ao

⁷ Para além do termo em si, que varia no tempo e no espaço, o que interessa no caso é o surgimento de uma nova expressão da habitação popular moderna; se o cortiço figurava como a principal expressão da moradia popular do Antigo Regime, a favela assumiu tal configuração do habitat popular na cidade moderna.

transcorrer a linha do tempo novas concepções hostis são agregadas ao estigma e atingem a imagem do lugar da habitação popular e das pessoas que nela residem.

Na contemporaneidade, *o estigma* é recolocado à *favela*, que assume a mais expressiva representação da *habitação popular*. A *favela*, também denominada de *ocupação espontânea*, ou, nos termos de Luis De La Mora (2010), *Produção Espontânea do Habitat*⁸ – tem como morador correspondente *o favelado*.

Conforme veremos, o termo *favela* surgiu no Rio de Janeiro para definir uma ocupação espontânea no início do século XX, o *Morro da Favela*; mas, anos mais tarde, ele passou a denominar outras ocupações espontâneas a ponto de se tornar um substantivo (seção 04). Apesar de o termo surgir no espaço carioca, ele foi deslocado e recolocado a outras espacialidades urbanas, como também a outras tipologias habitacionais consideradas populares.

Uma das soluções encontradas pelas elites urbanas ao mal-estar provocado pelas favelas seriam sua remoção e transferência dos favelados para conjuntos habitacionais, na periferia da cidade. De acordo com estudos da época (GONDIM, 1981; SLOB, 2002), os moradores recém-chegados aos conjuntos habitacionais passaram a serem rotulados como favelados e o novo lugar como favela. Observa-se a permanência de uma marca desabonadora, uma imagem depreciativa que subjuga os moradores de habitações populares, ainda que tais moradias apresentassem melhorias arquitetônicas/estruturais e integrassem à cidade formal, apesar disso, permanecera *o estigma do favelado*.

O estigma relacionado à habitação popular, objeto de estudo, será designado pelo termo *estigma do favelado*, isto porque para além da terminologia, uma significação permanece atrelada a moradia popular. Com base em Marcelo Burgos (2006), pode-se afirmar que, ao longo do tempo, à habitação popular alterou o seu *significado*, isto é,

⁸ Produção Espontânea do Habitat – Para o melhor entendimento, explica Luis de la Mora (2010), essa forma de produção aparece quando indivíduos não contam com recursos financeiros suficientes e de acordo com as exigências estabelecidas pela produção de moradias levadas a cabo pelo mercado imobiliário, como também não são atendidos pelas políticas habitacionais produzidas pelo Estado, nesse caso, como resposta a necessidade de morar, os indivíduos produzem autonomamente suas moradias, às vezes contam com apoio de amigos e vizinhos no processo de construção. Os materiais empregados, inicialmente, tendem a ser recicláveis ou de baixa qualidade. Os serviços públicos de saneamento básico, saúde e educação tendem a serem precários, frágeis e/ou inexistentes, certamente algumas expressões habitacionais fogem à regra, e com o decorrer do tempo, tendem a melhorar as infraestruturas urbanas. E esse tipo de moradia corresponde a 60% da ocupação do espaço urbano brasileiro.

enquanto uma obra edificada, um elemento tangível, a moradia mudou substancialmente. O cortiço, por exemplo, centrava em uma unidade, normalmente um sobrado situado num lote (micro dimensão espacial); já a favela centra-se na produção espontânea de moradias numa área mais ampla (macro dimensão espacial), ou seja, o significado aponta para aquilo que se designa em concretude. Quanto ao *significante*, ou seja, aos símbolos e imagens associados à moradia popular permaneceu e permanece em vigor, rascunhando uma imagem deteriorada na longa duração. Agregaram-se a elas outras concepções que endossam ainda mais a imagem desviante do lugar e de seu morador, subsistindo, assim, o *significante*.

Situação similar ocorre também aos conjuntos habitacionais, considerados como mais uma expressão da habitação popular. Apesar de essas moradias adensarem a cidade formal e contarem, em tese, com estruturas condizentes com os parâmetros normativos de construção ditados por órgãos oficiais (nesse sentido apresentam novos *significados*), ainda assim, seus moradores tendem a serem rotulados como favelados e o lugar compreendido como mais uma favela – eis aí a permanência do *significante*. Por essa razão, neste trabalho, se utiliza o termo *estigma do favelado*, que se espriam para outras produções da habitação popular, como no caso de conjuntos habitacionais direcionados a famílias de baixa renda⁹.

No que diz respeito ao recorte do objeto, este compreende duas espacialidades distintas, a cidade do Rio de Janeiro e a de Macapá¹⁰. O recorte temporal também é diferente: no primeiro momento, detém-se numa análise do processo histórico do surgimento das concepções hostis relacionadas à habitação popular que eliminaram o cortiço na virada do século XIX para o XX. A espacialidade adotada é a então Capital do País, o Rio de Janeiro. Como sede do governo central, o Rio funcionava como uma

⁹ Com isto não se quer fechar numa visão determinista cuja sentença seria “todo conjunto habitacional apresenta o estigma do favelado”. O mais adequado é, sem dúvida, afirmar que o estigma relacionado à habitação popular também atinge conjuntos habitacionais, pois estes configuram como uma expressão da moradia popular. Tal estigma tende a se ocultar ou dramatizar de acordo com diversas variáveis, como a capacidade organizativa e de participação dos moradores para fazer frente às adversidades tanto ideológicas quanto de bens e serviços urbanos que o lugar da moradia demanda; nesse caso a balança das inter-relações sociais envolvendo esses moradores e os demais situados nas intermediações tende a se equilibrar e o estigma, por sua vez, é ocultado. Outras variáveis podem dramatizar a situação do estigma, como o deslocamento de famílias para áreas consideradas privilegiadas da cidade, conforme veremos adiante.

¹⁰ Como o objeto empírico investigado situa-se na cidade de Macapá, a análise desta pesquisa centra-se também na realidade macapaense. A cidade do Rio de Janeiro aparece como análise complementar e de fundamento para compreender a gênese do estigma do favelado.

espécie de vitrine, tanto no sentido de implementar políticas urbanas que deveriam ser seguidas por outras cidades, quanto de emitir as mudanças que se pretendia para o rumo do Brasil, em primeira mão; esta cidade acabou por influenciar o planejamento e execução das políticas urbanas em todo o País. Isso explica o porquê de se adotar o primeiro recorte espacial, presentes nas seções 03 e 04; já o segundo recorte espacial é a cidade de Macapá, no Amapá. A influência do Governo Central no Amapá se faz presente desde a criação do Território Federal; o recorte temporal procura remontar a questão da habitação popular em solos amapaenses e a intervenção estatal, a partir da década de 1940. No final, investiga-se o estigma do favelado no CHM. A manipulação do estigma prejudica a imagem do lugar e dramatizam as inter-relações sociais envolvendo os moradores externos (os que residem na vizinhança) e os moradores do Mucajá, àqueles erguem barreiras que inimizam e segregam estes, considerados intrusos e impuros; além do que, a própria imagem do lugar e de seu morador é representada pela imprensa local como o lugar das classes perigosas, reatualizando antigos pressupostos que estigmatizam a moradia popular (seções 05 e 06).

A distância espacial entre cidades tão díspares parece, à primeira vista, um equívoco de análise para a questão do estigma afeto a habitação popular. Entretanto, tal distanciamento serve como constatação da existência do estigma do favelado, que desloca o *significante* e os aplica a todo e qualquer expressão da habitação popular, excedendo os limites espaciais. Além disso, O Rio de Janeiro (então capital do País) e Macapá (capital do então Território Federal do Amapá) receberam atuação direta do governo central. No caso do Amapá, isto denotou a execução de uma política específica para todos os territórios federais então criados, além da execução de outras políticas similares já executadas na então Capital Federal¹¹. Para termos ideia, em plena década de 1970, mesmo o Rio não sendo mais a Capital do País, na *Revista Realizações* (1978), do Governo do Amapá, apareceu uma matéria que relacionava o programa de erradicação da favela, executada pelo governo central no Rio de Janeiro ao remanejamento de famílias que moravam em “favelas” em Macapá, transferidas para outros espaços (capítulo IV). Observa-se que o termo favela foi utilizado para denominar as ocupações espontâneas no espaço amapaense; além disso, a erradicação das favelas aparece como uma política de alcance nacional. No nível local poderia ser dito que se tratava de moradias erguidas sob

¹¹ Um exemplo seria os “Barracões Operários” implementados no Amapá, que guardam algumas semelhanças com os “Parques Proletários” executados no Rio (seção 05).

palafitas, situadas nas baixadas, mas o relator preferiu deslocar o termo provindo da situação do Rio de Janeiro e aplicá-la a realidade macapaense.

Uma trama permeia as habitações populares, as do passado e as do presente, de Norte a Sul do País que se costura por uma imagem deteriorada tanto do lugar quanto das pessoas que nesses espaços erguem suas moradias. É possível observar a presença de um estigma voltado à moradia popular, cuja ação do homem tratou de aprofundar ainda mais.

A manipulação do *estigma do favelado* tende a afetar as relações sociais envolvendo os moradores de qualquer habitação popular na interação com outros segmentos sociais (como os que residem nas intermediações de tais empreendimentos, os daqueles com os agentes públicos e com a sociedade mais ampla). Nesses moldes, as mídias exercem, na propagação dessas imagens, um papel elementar, uma vez que elas conseguem atingir uma escala espacial mais ampla e categorias sociais diversas.

Parte-se da premissa de que a manipulação do *estigma do favelado* tende a ser recorrente, sobretudo, quando os moradores de conjuntos habitacionais além de serem recolocados à cidade formal, também são integrados adequadamente ao tecido urbano. Em outros termos, quando tais empreendimentos são erguidos num espaço urbano integrada à área de circulação da cidade (e não na periferia) e contam com equipamentos, bens e serviços urbanos (públicos), em suma, quando são inseridos em áreas consideradas privilegiadas¹². Se do ponto de vista da infraestrutura urbana há uma abertura para o

¹² Ao se mencionar a *adequada inserção da infraestrutura urbana* está se aludindo à malha urbana, isto é, ao sistema viário, saneamento básico (abastecimento de água, destino adequado da água pluvial, coleta de lixo e esgoto), sistema de transporte público e completa iluminação das vias públicas. Outras variáveis também são consideradas, como arborização e equipamentos públicos de educação, saúde, segurança e lazer. Normalmente tais infraestruturas são encontradas em bairros (zonas ou áreas) centrais, direcionadas a moradia considerada de “médio e alto padrão”, voltadas a uma categoria social específica, àquela que procura a qualquer custo emitir sinais de distinção, inclusive pela forma de morar, chegando mesmo a realizar um movimento de abandono do espaço público, ou seja, fechando-se em espaços privados, em enclaves fortificados onde não é possível o encontro com o heterogêneo. Ainda a respeito da infraestrutura adequada também abarca, em parte, o equipamento habitacional em si, e somente no sentido de introduzir tais moradores na cidade formal. Por outro lado, observa-se uma (re)produção em série, descomprometida com as questões sociais, que pouco se interessa pelas especificidades da população a qual tais equipamentos são direcionados. Veremos que no passado, muitas vezes, os materiais utilizados nas construções dos conjuntos habitacionais eram de péssima qualidade, que para além de uma estratégia de lucro, estava por detrás à manipulação do estigma do favelado, que permitia elaborar de qualquer jeito, habitações às pessoas consideradas de “menor valor humano”. Disto resultou em uma série de problemas posteriores relacionadas à estrutura do equipamento; algumas vezes, a situação chegou a ser irreversível, não restando outra saída senão demoli-los. Esse quadro não difere do tempo presente, há diversas experiências de programas de habitações, ditas de interesse social, que são direcionadas às famílias de baixa renda, que apresentam problemas na construção; para não ser tão extenso basta mencionar o exemplo do CHM, seus moradores,

bem-estar desses moradores, do ponto de vista das interações sociais – que envolve novos moradores com os que residem ao seu entorno, e daqueles com a sociedade mais ampla – há uma tendência a alargar o campo das desigualdades. Isto porque existe uma lógica de organização da cidade, qual seja, a apropriação do espaço urbano é feita de acordo com a capacidade de consumo e a escala social, então, de acordo com tal concepção, a melhor infraestrutura urbana para o “melhor” segmento social, no caso, para as classes média e alta; os demais, os que fazem parte da base da pirâmide social, devem “naturalmente” levantar seus abrigos à margem, na periferia, longe das vistas das elites urbanas. Essa é ordem que organiza a vida social. O não cumprimento de tal preceito figura em desordem e confusão, para usar um termo encunhado pela antropóloga Mary Douglas (2007) – em impureza. Tal concepção a tudo ordena, como coisas, lugares e também pessoas. Assim, é considerado sujeira colocar pessoas de “menor valor” social em lugares avaliados de “alto padrão”, e, vice-versa.

Observa-se que a moradia é ressaltada como mais um elemento para demarcar as desigualdades, qualquer descompasso à regra, gera mal-estar, desconforto, confusão. A ideia é aversão ao encontro com o heterogêneo, pois, acredita-se que cada coisa deve estar no seu “devido lugar”. Estar fora do seu contexto ameaça a ordem das coisas, por isso se faz diversas investidas com intuito de reestabelecer o ordenamento, inclusive, recorre-se à violência (psicológica, discriminação, física) para prejudicar esse “outro”, o “novo morador”, o dito “favelado”. O uso da violência contra a “favela” e o “favelado” é naturalizado, pois, “se trata de alguém responsável pela quebra de uma ordem pacífica” tanto em termos das inter-relações sociais quanto das disposições espaciais de coisas e pessoas. A violência se acentua sobremaneira quando está posto, no tecido urbano, uma configuração social que permite o contato com segmentos sociais diferentes. Em tais configurações observa-se um estreitamento dos direitos civis dos moradores de habitações populares. A manipulação do estigma do favelado aparece como justificativa e plausibilidade para tais ações violentas (a habitação enquanto direito, por exemplo, é relegado ao segundo plano. Os moradores tendem a se relacionar, com mais frequência, com agentes estatais ligados à segurança pública, que, por sua vez, reproduzem a

por diversas vezes, denunciaram essa questão por meio de reportagens na mídia, como a matéria publicada pelo G1, em maio de 2016 – “Infiltrações em obra do PAC trazem transtornos para famílias no Amapá” (G1 AMAPÁ, 03/05/2016).

truculência dispensada à criminalidade, pois, assim é julgada previamente a moradia popular, como o lugar do crime e do criminoso) ¹³

Por outro lado, não há problema em inserir famílias de baixa renda à cidade formal, desde que tal inclusão ocorra distante do circuito da cidade apropriada pelas elites urbanas, em áreas periféricas. Em tal configuração, as habitações populares pouco ou em nada causam incômodo, pois, estão inseridas à cidade formal, mas no “lugar que lhes cabem”, ou seja, longe das vistas (escondidas), em áreas destinadas a produção de moradias de baixo padrão, em bairros direcionados às famílias de baixa renda¹⁴.

Deve-se esclarecer que não é objeto deste trabalho analisar a atuação política dos moradores de habitações populares diante da manipulação do estigma; por essa razão, não se faz menção às ações políticas de reação as investidas contrárias à habitação popular, levada a cabo pelos moradores de tais lugares. A ausência de tal abordagem se deve exclusivamente ao recorte de objeto de estudo e não como apatia ou conformismo por parte desses moradores.

Para melhor esclarecimento a respeito do tema pesquisado, adotamos alguns conceitos que aparecem no corpo do texto e que merecem uma prévia apresentação. Como o *estigma*, este está relacionado diretamente com as expectativas que sustentam as relações de ordem social. A noção do estigma, teoricamente, se baseia no sociólogo

¹³ Poderíamos citar diversos exemplos, mas apontaremos somente 03: *i*) o caso do Conjunto Cidade Alta, no Rio de Janeiro, estudado por Bart Slob (2002), analisado na seção 04 deste trabalho – esse empreendimento habitacional se encontrava numa área privilegiada da cidade e seus moradores eram malvistas pelos vizinhos de classe média, situados nas adjacências, chegando a realizar diversas campanhas para deslocar a referida habitacional do bairro. A imprensa local tratava de aprofundar as tensões postas; *ii*) Na seção 06 deste trabalho, detém-se na análise do CHM, em Macapá, situado numa área valorizada da cidade. Tanto os vizinhos quanto as notícias veiculadas nos jornais locais hachuram o lugar como perigoso e criminoso. Isto sem mencionar as ações da polícia que age como ordenadora impositiva do lugar, para isso, recorre ao uso da força sobre os moradores do Mucajá; *iii*) O Conjunto Matadouro, na cidade de Campo de Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro também apresenta elementos semelhantes já relatados. Os autores Carla Gisele S. Mota e Hernán A. Mamani (2012) detectaram que após a transferência para o referido conjunto, os moradores tiveram de lidar com as ações da polícia e com a discriminação proveniente de outros segmentos sociais, inclusive de uma favela próxima. Os moradores da favela, mais coesos do ponto de vista grupal, passaram a responsabilizar os recém-chegados ao conjunto habitacional pela criminalidade. Eles notaram que um lugar já segregado e discriminado também pode segregar e discriminar, o que eles chamam de “uma fissura dentro da fissura”.

¹⁴ Um exemplo é o Conjunto Habitacional Mestre Oscar, inaugurado em 2013. Este empreendimento também foi executado pela Prefeitura de Macapá. O Conjunto situa-se no Bairro Ipê, Zona Norte de Macapá, na periferia. Foram entregues 528 unidades habitacionais não verticalizados. O lugar da moradia está num bairro periférico destinado à produção de habitações de baixo padrão, a inserção na cidade formal se deu no lugar distante da circulação central da cidade.

Erving Goffman (2008), que explica como ele ocorre. Segundo o autor, ao se entrar em contato com alguém desconhecido, as primeiras impressões que ele esboça (como aparência, vestimenta, linguagem, comportamento, etc.) são coletadas de maneira a nos possibilitar fazermos um prognóstico a respeito da categoria e os atributos que, em tese, lhe define, classificando-o. Esta prévia definição é denominada de *identidade pessoal e social*, isto porque são avaliadas tanto a sua condição enquanto indivíduo, quanto ao grupo que possivelmente ele se insere. Tal definição é considerada pelo autor como uma *identidade social virtual*, pois diz respeito a uma identidade forjada numa ideia antecipada e apressada do indivíduo que se conheceu (passa-se a imaginar que esse outro deve ter um determinado comportamento, por exemplo). Em seguida passamos a esperar uma determinada conduta do indivíduo, ou seja, geramos expectativas normativas que foram construídas em ideias *a priori* do outro. Por outro lado, os atributos que o indivíduo demonstra possuir e a categoria que de fato ele pertence, é denominado de *identidade social real*.

É na interação que a *identidade social real* pode ser descortinada, caso essa identidade não corresponda com aquelas expectativas, assumidas como normas, haverá necessariamente uma reclassificação do indivíduo ou do grupo em questão. Se os atributos ou categorias reveladas forem avaliadas como negativas, então, o indivíduo (ou o grupo) será estigmatizado. A pessoa passa a ser considerada de uma espécie malquista, podendo, inclusive, ser julgada como uma pessoa ruim, fraca e perigosa. Ela decresce na escala das criaturas comuns e lhe reduz à condição de uma criatura estragada e pequena. Essas características é um estigma, sobretudo quando o efeito de desvalorização e descrédito é abissal. Algumas vezes o estigma pode aparecer disfarçado em torno de um defeito, fraqueza ou ainda, em uma desvantagem. O estigma, como resultado das relações humanas, é compreendido como uma dissonância entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN 2008).

O estigma surge das inter-relações sociais, isto é, resulta da interação tanto de indivíduos entre si quanto de grupos; por seu lado, indivíduos (e os grupos) ocupam, na estrutura social, posições definidas (papéis e funções sociais). Portanto, defende Goffman (2008), jamais um atributo em si mesmo pode estigmatizar alguém, mas são as relações humanas que vão definir se certo atributo é positivo ou negativo, se ele eleva ou diminui

o indivíduo. O estigma faz alusão, portanto, a um atributo que é extremamente depreciado e indesejado.

A noção de *estigma da favela* ou estigma do favelado encontra respaldo teórico no historiador Mário Brum (2012), segundo ele, desde a gênese a imagem do lugar fora associada a algo indesejado, como um lugar no tecido urbano que emite signos do que não deveria existir numa cidade moderna e civilizada. A própria favela é, em sua essência, um estigma.

Quanto ao termo “classes perigosas” faz-se uso da análise feita pelo historiador Sidney Chalhoub (1996). De acordo com o autor, o termo surgiu na Europa do século XIX para fazer menção à ex-carcerários. Serviu também para se referir a indivíduos que, mesmo não passando pela experiência da prisão, tinham escolhido garantir o sustento individual e familiar por meios ilegais, como furtos e roubos, abandonando a possibilidade do trabalho honesto. A origem da terminologia, portanto, direciona estritamente o seu uso para designar os que haviam optado pelo crime, como prática de sobrevivência. Quando o termo foi transferido para a realidade brasileira, deixou de ser empregada de forma precisa e passou a ser utilizada para designar os pobres em geral, sem fazer distinção da situação da pobreza e da criminalidade. As ideias provindas da Europa, que aqui faz referência às classes perigosas, inspiraram as elites urbanas, em especial os legisladores, que se fundamentaram nessa filosofia para direcionar questões relacionadas ao trabalho, ao crime e ao ócio. Do raciocínio desconexo e sem fundamentação empírica, os legisladores brasileiros justificavam que os pobres portavam vícios, e por sua vez, dos vícios decorriam os malfeitores, por seu lado, os malfeitores são perigosos à vida societária. Dessa cadeia de ideias tem-se a sentença condenatória contra os pobres, definidos como perigosos.

O emprego do termo “classes perigosas”, explica Chalhoub (1996), isto é, a associação do pobre ao crime (ou, ainda, considerar o pobre como um potencial criminoso), deixou uma marca na história do Brasil cujas consequências posteriores se dramatizaram na realidade brasileira. A força policial, por exemplo, se fundamenta, em grande medida, nessa filosofia. Os agentes da segurança pública agem a partir do pressuposto de que todo cidadão é suspeito de algo até que se prove o contrário, alguns aparecem como mais suspeitos (como pobres, negros, favelados, etc.). A criminalização da pobreza anula a responsabilidade de ações ou omissões que desfavorecem a maior

parcela da pirâmide social, constituída por pobres. O termo “classes perigosas” é reatualizado no cotidiano das cidades contemporâneas e aparecem como mais um instrumento para endossar o estigma do favelado.

Faz-se uso do estudo de Mary Douglas (2014) a respeito da ideia de poluição (sujeira, impureza, contaminação, perigo). De acordo com a autora, para o homem do ocidente a ideia de sujeira é permeada por sistemas simbólicos. Há uma diferença entre o que o homem ocidental concebe como poluição e as demais culturas não ocidentais. Na do ocidente, a evitação a sujeira não tem relação alguma com questões religiosas, mas de higiene e de estética; se ampara também na questão científica no sentido de saber que existem microrganismos transmissores de patologias. Tal descoberta ocorreu no século XIX e modificou a noção de sujeira, a ponto de não a desassociar da ideia de doença, como se fossem pares. Entretanto, a noção de sujeira é anterior ao conhecimento descoberto da existência de bactérias. E por isso, Douglas (2014) convida a se fazer um esforço de retomar no tempo anterior, quando tal noção não havia aparecido. Ao desconectar patologia e higiene da ideia de sujeira, então aparece com mais nitidez a noção de sujeira como algo que denota inoportuno. Faz-se alusão a um conjunto de relações que são ordenadas e uma oposição a tal ordenamento. Por esse ponto de vista, a sujeira nunca é algo aleatório, desconexo. A sujeira está diretamente conectada ao sistema, é impossível um existir sem o outro.

De acordo com Douglas, a sujeira emerge como um resíduo de um sistema que ordena e classifica metodicamente as coisas, um sistema cujo imperativo é a rejeição aos elementos considerados inapropriados. Tal noção de sujeira está inebriada de simbolismo.

A noção de sujeira conduz ao ato de ordenar e classificar, alocando cada coisa no seu devido lugar – e isto é válido tanto no que concerne à coisa material (concreta), quanto imaterial (abstrata). Quando as coisas não se padronizam, isto é, quando violam a padronização que sistematiza a vida, então, ela se torna *inoportuna* ou *suja*.

É apontada como sujeira toda e qualquer ideia que não se alinha a regra que ordena e classifica o mundo dos homens. Como um elemento que destoa do sistema, opera como um substrato, apontado como inoportuno. Levando em conta o contexto da cidade, considerada a ação materializada do homem no espaço, também ela possui um sistema próprio que a tudo organizada e classifica. Elementos que não se alinham a tal

padronização são qualificados como inoportunos. Por esse ponto de vista, a favela desponta como um substrato, uma contravenção ao sistema ordenado, um lugar inoportuno. Ela também se expressa por ideias classificatórias de confusão, de desordem, de rejeição anomia.

Faz-se uso também da teoria de Norbert Elias e Scotson (2000) referente à configuração do tipo *estabelecidos-outsiders*. Ela contribui para analisar dramas sociais que envolvem grupos heterogêneos, ou seja, para a existência de tal configuração é necessário haver, no mínimo, dois grupos (dessemelhantes) em contato.

A teoria busca analisar as propriedades gerais das relações de poder e é resultado de uma investigação empírica realizada numa comunidade formada por trabalhadores fabris, na periferia da Inglaterra, na década de 1950. Elias e Scotson (2000) observaram que o contexto espacial que os trabalhadores moravam subdividia-se em 3 zonas (na primeira estava os que possuíam maior renda; na segunda e terceira ficavam os operários – situados mais abaixo na pirâmide social). Os moradores das zonas 2 e 3 apresentavam semelhanças referentes aos dados socioeconômicos, como educacionais, vida laboral (profissão, salário, lugar de trabalho), religião, origem étnica, tipologias habitacionais, etc. Entretanto, no campo das inter-relações sociais, o autor observou uma profunda desigualdade; os que moravam na zona 2 sentiam-se extremamente melhores que os moradores da zona 3, e mais, hostilizavam os que moravam na zona 3 responsabilizando-os, inclusive, por todo infortúnio que aparecessem na redondeza. Os autores observaram que a principal justificativa para tal cisão social residia no tempo de moradia no lugar. Os mais antigos moradores possuíam uma forte coesão grupal e se fechavam em seu interior, contrapondo-se a todos os demais moradores recém-chegados à zona habitacional. Nessa configuração os autores denominaram os moradores mais antigos pelo termo *estabelecidos* e os recém-chegados pelo de *outsiders*.

O termo *estabelecido* designa indivíduos e grupos que ocupam posições de prestígio e de poder, de modo que um grupo de *estabelecidos* percebe a si mesmo e tem o reconhecimento dos demais como uma “boa sociedade”. É uma sociedade “distinta”, detentora de poder e “melhorada”, constrói sua identidade social por meio de uma combinação de tradição, autoridade e de influência. O seu poder reside no fato de se tornarem um modelo de moralidade a ser seguido pelos demais (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Por sua vez, o termo *outsiders* é uma palavra inglesa, para o qual não há uma tradução precisa na língua portuguesa¹⁵, que completa (em oposição) o sentido da relação com os *estabelecidos*. Enquanto os *estabelecidos* se consideram “os melhores”, os *outsiders*, por sua vez, são os considerados “os piores”, os que não integram a “boa sociedade”, os que não lhe pertencem. Internamente os *outsiders* formam um conjunto não homogêneo e difuso de indivíduos unidos por frágeis laços sociais. Se de um lado os *estabelecidos* formam um grupo social, por outro lado, os *outsiders* só existem no plural, não constituem propriamente em um grupo (pois possuem frágil ou inexistente interação e organização social). As pessoas que se encontram inseridas na figuração *estabelecidos-outsiders* estão, simultaneamente, afastadas e unidas por relações tensas e desiguais de interdependência.

Em tal configuração estudada pelos autores, os *estabelecidos* contrapunham-se aos *outsiders*, e a estes atribuíam todas as anomias sociais, isto é, os culpavam pela delinquência, violência e desintegração, estigmatizando-os. Os moradores antigos elaboraram armas ideológicas, um sistema para enfatizar e justificar a sua suposta superioridade, e ao mesmo tempo, julgar como inferiores os moradores mais novos. A ideologia para assegurar seu *status* difundiu e se manteve por um fluxo contínuo de fofocas manipuladas para enaltecer os moradores mais antigos a respeito de sua superioridade e, ao mesmo tempo, denegrir a imagem dos moradores mais novos (ELIAS & SCOTSON, 2000).

O principal elemento de coesão e definidora da concentração de poder, no caso estudado pelos autores, era o tempo de residência no lugar. O estigma contra os moradores recém-chegados agia como instrumento de poder, por um lado se conservava a identidade do grupo (estabelecido), por outro, rebaixava o grupo dessemelhante, pondo-os no “lugar que lhe era devido” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

A teoria da figuração *estabelecidos-outsiders* esclarece processos gerais que ocorrem nas relações sociais, isto é, podem ser encontradas por toda a parte. Essa teoria explica como os grupos sociais monopolizam as fontes de poder e as utilizam para menosprezar membros do grupo dessemelhante (ELIAS & SCOTSON, 2000).

¹⁵ Uma possível tradução seria *forasteiros* ou *os de fora*.

No confronto de forças, o grupo que concentra poder é tendenciado a negar tanto a realização material do grupo mais frágil, quanto a lançar-lhe um estigma. Tal construção ideológica tem como proposta fundamentar o preconceito em relação aos *outsiders*. A teoria, nascida a partir do contexto da moradia de grupos dessemelhantes, também pode servir para analisar a realidade social e urbana de grupos sociais em interação. Veremos que a figuração *estabelecido-outsiders* explicam as tensões que envolvem grupos de vizinhança heterogêneos (moradores de favelas, conjuntos habitacionais e moradores nas intermediações dessas habitações populares). *Estabelecidos* só existe na relação com *outsiders*, além disso, a depender da referência, um mesmo grupo pode manter diversas configurações; por exemplo, na interação grupal envolvendo grupo A e B, onde o A assume a função de *estabelecidos* e o grupo B, por sua vez, a de *outsiders*. Considerando outra configuração, a interação de A e C, onde A pode assumir a função de *outsiders* e C a de *estabelecidos*. Em outros termos, um mesmo grupo, a depender das inter-relações sociais, um referido grupo pode tanto ser *estabelecido* quanto *outsiders*.

Por fim, cabe esclarecer que o termo *habitação dos pobres* ou *moradia dos pobres* – empregado como sinônimo de habitação popular – faz analogia à constituição social presente na gênese da moradia popular, representada pelos que compunham a base da pirâmide social, tanto é assim, que o June Hahner (1993) utiliza a expressão *moradia dos pobres urbanos*. Com este termo não se quer ocultar ou anular a heterogeneidade da constituição social dos que residem nas habitações populares, que já foram apontados em estudos de Lícia Valladares (2005) e Lúcio Kowarick (2009), por exemplo.

3 CIDADE E HABITAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO XIX: DO CORTIÇO À FAVELA

No Brasil, a habitação popular, enquanto Política de Estado, passou a ocupar as agendas governamentais na década de 1920¹⁶, e insere-se em um contexto de profundas mudanças que estavam em curso, desde a transição do século XIX para o século XX. O Rio de Janeiro, a então capital da República Velha, era o epicentro das transformações da forma urbana.

Como *locus* do poder do Estado, o Rio de Janeiro espelhava, com mais nitidez, o rumo que as cidades brasileiras passariam a trilhar no limiar do novo século. É por essa razão que este estudo se detém, mesmo que brevemente, nas questões que antecederam a política de habitação popular, tendo como cenário a cidade do Rio.

As intervenções da administração pública sobre as cidades brasileiras seguiram, de modo geral, um direcionamento bastante semelhante. Sem sombra de dúvidas, o Rio de Janeiro, como sede do poder do Estado, ditou tendências, definiu formas de intervir e de organizar o espaço urbano em todo o território nacional.

Ávidos por implantar preceitos e uma cultura europeia nos trópicos, a elite carioca e o Estado se esforçavam no sentido de eliminar os símbolos do “atraso”, dentre os quais estava a moradia popular coletiva, o cortiço. Por essa razão, no final do século XIX, a habitação popular no Brasil deixou de ser uma questão estritamente do âmbito particular e passou a compor mais uma preocupação da administração pública, tornando-a um caso de polícia, seja no Brasil Império ou nos primeiros anos da República Velha.

A seguir, faz-se um breve sobrevoo na historiografia brasileira, mais especificamente no processo histórico da cidade do Rio de Janeiro, que repercutiu direta ou indiretamente na questão da habitação popular em âmbito nacional. Procuraremos indicar que existe uma origem das concepções que subjugam moradores de habitações

¹⁶ Na cidade do Recife, por exemplo, foi fundada em 1924 a Fundação Casa Operária, pertencente ao Governo de Pernambuco, que produziu 40 unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

populares e, resguardadas suas diferenciações, as mesmas permanecem vigentes nas cidades brasileiras.

Na contemporaneidade, essas concepções ideológicas contra a moradia popular (e contra os seus moradores) aparecem reatualizadas. No passado, o cortiço era a principal expressão da moradia popular e, no presente, as favelas, loteamentos populares e os conjuntos populares assumem essa expressão.

Veremos que, no Rio Antigo, as concepções negativas eliminaram os cortiços do tecido urbano. No Rio Moderno, apareceu uma nova moradia dos pobres, a favela. Estas também foram (e são) alvos de julgamentos pejorativos bastante semelhantes aos que ocorreram aos cortiços, agregando-se novos elementos para condenar as moradias populares.

A narrativa do cortiço permite identificar uma trama, ou melhor, uma construção ideológica que hostiliza a moradia popular. Tais concepções atravessaram a linha do tempo, afinando suas raízes na história brasileira. Cabe destacar que, na transição do cortiço à favela, mudaram os *significados*, mas permaneceram os *significantes*, isto é, os cortiços – moradias dos pobres de outrora – foram substituídos pelas favelas, alterando os *significados* ou as estruturas, isto é, a forma da coisa edificada. Entretanto, mesmo aquele desaparecendo, esta herdou toda uma carga ideológica avessa à moradia dos pobres, permanecendo, assim, seus *significantes*.

Processo bastante similar ocorreu aos conjuntos habitacionais. Considerados como uma das expressões da moradia dos pobres, essas habitações coletivas – mesmo apresentando melhorias estruturas (significados diferentes) – herdaram os significantes da favela. Marcelo Burgos (2006) já havia apontado para este fato, chegando mesmo a afirmar que moradores de favelas e de conjuntos populares compartilham a mesma trajetória política. Tanto os moradores de favelas quanto os moradores de conjuntos habitacionais são caracterizados como favelados¹⁷.

¹⁷ Nas incursões ao campo foi possível identificar o uso do termo “favela” e “favelado” como categorias para classificar respectivamente o conjunto habitacional e seus moradores. O uso dos termos “favela”, “favelado”, “favela planejada”, “favela vertical”, “favela pura” foram empregadas tanto por moradores do conjunto Mucajá, quanto pelos que residem adjacentes ao referido conjunto, em Macapá-AP. Outros estudos, como o de Mário Brum (2012) identificaram a mesma classificação para identificar os conjuntos populares e seus moradores. Em 2015, durante a disciplina eletiva *Produção Social do Habitat*, do Mestrado

Merece destacar que o que está em jogo são as concepções avessas a moradia popular. Tais hostilidades iniciaram-se em um determinado período histórico, permanecem em vigor nas cidades brasileiras e são direcionadas, sobretudo, aos moradores de favelas e de conjuntos populares, indistintamente.

O CHM, em Macapá, analisado no final neste trabalho, integra a história da habitação popular no Brasil. Este apresenta, como herança histórica/social, os *significantes* da moradia dos pobres. Como herdeiros de uma trajetória histórica, seus moradores são subjugados e hostilizados pelos “vizinhos” externos ao conjunto.

Vale esclarecer que, ao perfazer a história dos cortiços, o fazemos na tentativa de identificar a gênese das construções ideológicas que subjugam as atuais moradias populares (favelas e conjuntos habitacionais). É por essa razão que se recorre à história dos cortiços, para explicar que, no presente, parte do estigma relacionado à moradia dos pobres é fruto de construções sociais afincadas na história, ou melhor, na concepção da história das ideias.

3.1 O RIO DE JANEIRO E A MORADIA: O CORTIÇO COMO SOLUÇÃO DA QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR

A virada do século XIX para o XX pode ser interpretada como um período de transição na história do Brasil, caracterizada por profundas transformações no campo da economia, da política, da cultura e do social, que reverberaram na arquitetura, na vida urbana e nos modos de habitar na então capital da República Velha (VAZ, 2002; ABREU, 2010).

Para Lilian Vaz (2002), as principais mudanças ocorreram na relação de produção, na medida em que o trabalho escravo cedeu ao trabalho assalariado; que a

em Desenvolvimento Urbano, desenvolvemos algumas atividades de campo no *Condomínio Dom Helder*, na cidade do Recife-PE. Foi possível identificar a expressão “favela organizada” e “favela de luxo” utilizada por alguns moradores do próprio Condomínio Dom Helder para classificá-los. Tais recursos classificatórios funcionam como uma manipulação do estigma da favela e do favelado que são utilizados, inclusive, pelos próprios moradores de habitações populares.

economia transitou de mercantil exportadora à industrial; que setores da economia classificados como secundários e terciários se desenvolveram; que a população cresceu aceleradamente; que surgiram novas categorias sociais; que houve mudança organizacional e política do aparato estatal provindo do fim do Império e a instituição do Sistema Republicano e que houve a propagação de novos valores e novos ideais.

A cidade emitia os sinais modernizadores que se refletiam na expansão urbana; no aparecimento do sistema fabril e de manufaturas, além de serviços públicos, como o sistema de iluminação e de gás (1854); no sistema de transporte coletivo, utilizando-se do trem (1861); no sistema de esgoto (1862); no transporte por bondes (1868); na oferta de água (1880); no serviço de telefonia (1881) e no serviço de iluminação elétrica (1908). Diversos recursos financeiros foram empregados em tais setores de bens e serviços, como também na produção da cidade. Para isso, foram loteadas novas áreas, inclusive destinadas à moradia. O aspecto e a feição da cidade mudaram, deixando para trás as antigas características coloniais para agregar o novo, como prelúdio da modernidade (ABREU, 2010; HAHNER, 1993VAZ, 1994; VAZ, 2002).

De acordo com Maurício de Abreu (2010), o centro da cidade passava a concentrar os elementos modernizantes urbanísticos, mas continuava a atrair um expressivo contingente populacional dos segmentos pobres que, para sobreviver, precisavam morar na área central, ou nas suas intermediações, já que a busca laboral ocorria diariamente e se realizava nessa área.

Diante de tudo isso, pode-se compreender que duas demandas eram agregadas ao centro da cidade, a moradia e o trabalho, configurando a lógica de ocupação do espaço urbano. De acordo com Vaz (2002) e Abreu (2010), essa lógica só se modificaria com o surgimento de dois fatores: o transporte coletivo moderno, cuja malha se expandiria interligando bairro residencial e bairro industrial, e a Reforma Urbana, levada a cabo na gestão administrativa do prefeito Pereira Passos, no intercurso de 1902 a 1906.

A vida do trabalho, circunscrita à área central, expressava-se no agrupamento de estabelecimentos responsáveis pela confecção de tecidos, calçados, chapéus, mobílias, bebidas etc. O processo de produção pautava-se mais na capacidade artesanal e menos na mecanização, por isso envolvia expressiva força manual (ABREU, 2010).

O centro da cidade, que comumente absorvia as atividades laborais tradicionais, a exemplo do ramo de comércio e de serviços, agregava também atividades industriais, como mencionado acima. Entretanto, após a Proclamação da República, o ramo têxtil intensificou-se. Como não contava com espaços apropriados para sua expansão, algumas indústrias passaram a fazer uso de antigos casarões, desocupados pelos antigos donos que buscavam a Zona Sul para morar.

Assim, “estas construções passaram, então, a ter uma forma-conteúdo, isto é, uma função, totalmente diferente daquela que lhes dera origem” (ABREU, 2010, p. 55). A nova função atribuída aos antigos casarões passou a impactar na questão da moradia, conforme veremos adiante.

Os últimos anos do século XIX não se caracterizaram somente pela expansão do setor industrial, mas também: a) pelo fim do sistema escravocrata e a consequente desarticulação política e econômica das fazendas de café, na província do Rio de Janeiro e, b) por um espantoso crescimento do número de estrangeiros, por meio do fenômeno da imigração. Disto, resultou um “processo de crescimento populacional acelerado via migração, que agravou consideravelmente o problema habitacional da cidade” (ABREU, 2010, p. 57).

Lilian Vaz (2002) explica que o acelerado crescimento demográfico fora retroalimentado, sobretudo, pela onda migratória cujo movimento impactava interna e externamente. Para se ter ideia, em 1870 o quantitativo populacional era de 235.381 habitantes enquanto em 1906 essa variável passou a ser de 805.335, ou seja, em 36 anos a população mais que triplicou no Rio.

Vale recordar também que, em 1888, o sistema escravista chegava ao fim. Isso representou o deslocamento de uma população de quase 2 milhões de adultos, ex-escravos, que deixaram as senzalas com destino às cidades¹⁸. Os recém-libertos procuravam, através do trabalho livre, algum meio para sobreviver e as cidades portuárias

¹⁸ Segundo Boris Fausto (2007), o destino dessa população variou de acordo com as regiões do país. No Nordeste, por exemplo, os ex-escravos se tornaram dependentes do grande proprietário de terras; nos centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo – Sudeste) a situação foi diferente: em São Paulo, os imigrantes assumiram os postos de trabalho estáveis enquanto aos ex-escravos destinavam-se os postos de trabalhos irregulares e com baixa remuneração (como a carga e descarga de navios no Porto de Santos). Já no Rio de Janeiro, os negros tiveram melhores oportunidades, uma vez que tradicionalmente já eram inseridos nas oficinas de artesanato e manufaturas, além de que, a quantidade de imigrantes era bem menor que a de São Paulo.

pareciam ser uma das poucas opções de subsistência. Nesse aspecto, o porto oferecia inserção laboral com uma única exigência aos operários que era a de possuir força física para carregar e descarregar os navios atracados nos portos (STEDILE, 2005).

Pesava sobre essa população a força da Lei de Terras, de 1850, que a impedia de possuir alguma gleba. Tal normativa estabelecia que qualquer cidadão, desde que brasileiro, poderia se converter em proprietário de terras. Nela, se previa a mudança de uso de concessão à propriedade privada, com direito à compra e venda. Esse privilégio, no entanto, não fora concedido sem custos, pois o interessado deveria desembolsar certo valor aos cofres do Império, isto é, comprava-lhe o direito de propriedade (STEDILE, 2005).

De acordo com Stedile (2005), além de suprir os cofres do Império, essa medida tinha a intenção de rechaçar qualquer mudança na condição de dependência dos então escravos em relação aos fazendeiros: admitia-se que, no futuro, os trabalhadores poderiam até se tornar livres, mas não se tornariam camponeses, uma vez que, desprovidos de recursos financeiros, não poderiam adquirir as terras do Império. Logo, manter-se-iam na relação de subserviência aos fazendeiros, assumindo a nova condição de trabalhador assalariado.

A este respeito, afirma Lúcio Kowarick (1994), o sistema então operante, o escravismo, efetuou uma forte expropriação, com intenções de aniquilar qualquer forma de autonomia de subsistência por parte do trabalhador. Para isso, tratou de impedir, inclusive por meios jurídicos, o acesso à propriedade de terra.

Sem sombra de dúvidas, após a abolição da escravidão, o déficit habitacional no centro das cidades, sobretudo a do Rio de Janeiro, elevou-se consideravelmente. Havia uma população em expansão, cuja necessidade essencial por moradia precisava ser equacionada.

Como já dito anteriormente, a produção do habitat não acompanhou o intenso crescimento da população, mesmo porque a maneira tradicional de produzir moradias era muito morosa. Além disso, outro fator contribuiu ainda mais para a crise habitacional que foi o aparecimento de novos empreendimentos produtivos. O sistema fabril, na medida em que não contava com áreas específicas, instalou-se nas áreas destinadas à habitação e

antigos casarões passaram a ter nova função no espaço urbano, totalmente contrária ao fim para o qual haviam sido construídos (VAZ, 2002; ABREU, 2010).

A resposta encontrada à questão da moradia foi o cortiço¹⁹ – habitação coletiva que passou a adensar a malha urbana da capital do Império, desde 1850 (ABREU, 2010).

Segundo Vaz (2002), o intenso uso do cortiço só foi possível graças a diversos fatores, dentre os quais se destacam: a) a carência na oferta de moradia barata para atender à massa crescente de trabalhadores que necessitava residir próximo ao centro da cidade, para sobreviver diariamente; b) as habitações tradicionais disponíveis, térreos e sobrados, não poderiam absorver todo o contingente populacional; c) a elevação no preço dos aluguéis; e, d) proprietários e arrendatários de prédios e lotes vislumbraram uma possibilidade de obtenção de renda.

As habitações coletivas receberam diversas denominações, cada uma correspondia a uma forma arquitetônica, que também variava em sua carga ideológica, como estalagem, casa de cômodo e casas de dormida. Porém, o uso do nome cortiço foi massificado de tal maneira que o próprio termo passou a denotar um símbolo da época (BONDUKI, 2011; VAZ, 2002).

De acordo com Vaz (2002), é possível associar os cortiços a outro tipo de alojamento direcionado aos trabalhadores, a senzala que se caracterizava pela presença sucessiva de quartos enfileirados. Tais alojamentos eram construídos com material de baixa qualidade, ínfimo espaço interno e débil ventilação e iluminação. Dadas as suas semelhanças, é possível destacar uma diferença: o tranque na porta.

Na senzala as portas eram trancadas pelo lado de fora, enquanto no cortiço eram trancadas pelo lado de dentro. A finalidade de ambos era a mesma: oferecer mínimas condições de descanso a fim de que a força produtiva se recompusesse para uma nova

¹⁹ Vaz (1994, p. 583) aponta duas hipóteses para o uso da terminologia cortiço: a) a etimologia da palavra alude à caixa cilíndrica, cortiça, na qual as abelhas produzem tanto o mel quanto a cera. É provável que o termo tenha surgido da alusão feita entre estalagens/colmeias: “formada por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido”; b) o termo teria aparecido em referência a uma corte pequena, isto é, “a um pátio, como no caso alemão, que denomina de <Hof> (corte ou pátio) o conjunto de pequenas casas ao redor de um pátio, e também no caso português, que denomina <pátio> (em Lisboa) e <ilha> (no Porto) o que chamamos de cortiço”.

rotina de trabalho. Os dois tipos foram construídos dentro da mesma lógica: a imperiosa necessidade de controle social e de imposição de ordem econômica (VAZ, 2002).

Tal analogia é corroborada por Nilzete Ferreira e Antônio Miranda (2012) que afirmam que a antiga relação de dominação da casa grande em relação à senzala foi aprofundada ainda mais nos cortiços. Segundo os autores, a própria história tratou de materializar esta relação no espaço urbano.

Em certa medida, pode-se afirmar que o cortiço seria a extensão da subserviência que imperava na senzala. Entretanto, mais adiante é apresentada uma leitura oposta à ideia de cortiço-senzala, segundo a qual o cortiço é interpretado como cortiço-quilombo, isto é, um território de resistência bem no coração do tecido urbano.

Inúmeros casebres tomaram conta de quintais e de lotes vagos, moradias antigas foram desocupadas e compartimentadas. “Lotes e casas eram encortiçados, isto é, transformados respectivamente em estalagens e casas de cômodos” (VAZ, 2002 p. 30). Estalagens e casas de cômodo, apesar de diferentes na arquitetura, tinham uma única essência, eram resultados de um único sistema produtivo de moradia.

Tal sistema consistia na cessão dos imóveis pelos proprietários a um terceiro. Este, por sua vez, investia certa quantia financeira para a construção de pequenas casas (levantadas em quintais ou lotes) ou em adaptação de cômodos (feitas nas casas térreas e nos sobrados).

Muitos proprietários desses imóveis eram da nobreza que arrendavam a outrem, normalmente comerciantes de origem portuguesa, que se encarregavam da produção e adequação dos imóveis. Anexadas aos cortiços, eles costumavam colocar um ponto de venda ou uma taberna. Mas, nem sempre esses papéis se separavam sendo, portanto, desempenhado por um único indivíduo que poderia ou não se fazer presente no imóvel (VAZ, 2002).

De modo geral, o mercado de aluguel tornou-se extremamente oneroso ao inquilinato, mas um negócio altamente rendoso aos proprietários e arrendatários de imóveis, tanto que a prática de investir em habitação coletiva passou a ser comum entre eles. Essa prática chegou a tal ponto que esses tipos de arquitetura se espalharam, no fim do século XIX, por toda a cidade, concentrando-se nas áreas centrais (VAZ, 2002).

A intensa massificação dos cortiços degradava as condições higiênicas no interior desse tipo de habitação que, por sua vez, acentuava a fragilidade das condições salubres em toda a cidade do Rio de Janeiro, arrasada de tempos em tempos por diversas epidemias, como o cólera, a febre amarela e a varíola (VAZ, 2002).

De acordo com June Hahner (1993), é difícil precisar o quantitativo de pessoas que moravam nas habitações coletivas no Rio de Janeiro, mesmo porque os órgãos responsáveis por tal levantamento divergiam quanto à compreensão de alguns termos. Por exemplo, tanto o censo nacional (1890) quanto o do Rio de Janeiro (1906) usavam o termo *estalagem*, mas com significados divergentes: o censo de 1890 compreendia *estalagem* como habitação coletiva, já o censo de 1906 entendia que *estalagens* compunham outra categoria diferente de habitação coletiva. Enquanto o censo de 1890 quantificou o número de famílias que viviam nas habitações coletivas, o censo de 1906 não procedeu da mesma forma. É possível estimar que pelo menos um quarto do total dos habitantes vivia em cortiços.

A elite carioca, desejosa de aproximação com a paisagem e ares europeus, agiria no sentido de infundir mais fortemente elementos modernizantes, imprimindo à cidade uma das mais impressionantes reformas urbanas da então capital da República Velha (Reforma de Pereira Passos). Era imperioso sanear, controlar e modernizar a cidade. No tecido urbano do Rio que se queria moderno não haveria lugar para os cortiços.

Nesse contexto, diversos mecanismos ideológicos, elaborados ainda no Brasil Império, puderam ser acionados contra a habitação popular coletiva, isto é, o cortiço. As perseguições aos cortiços iniciaram-se no Brasil Império, mas foi na Velha República que se desenhou um quadro dramático: condenadas a desaparecer da espacialidade urbana, essas moradias foram associadas ao perigo à saúde pública (epidemias) e ao perigo de ordem social (convulsões).

No caso específico dos cortiços, pode-se constatar que o plano das ideias alterou o rumo da realidade social e construiu uma história que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais no espaço urbano brasileiro.

3.2 AS BASES IDEOLÓGICAS CONTRA OS CORTIÇOS: A MORADIA DOS POBRES COMO PERIGO À SAÚDE PÚBLICA E AMEAÇA À ORDEM SOCIAL

Antes de se materializar no plano da realidade, a perseguição aos cortiços precisou primeiro ser concebida e dinamizada no plano das ideias. No final do século XIX, as autoridades percebiam esse tipo de moradia coletiva como esconderijo de desordeiros e antro de epidemias. Todas as contaminações e a causa de todos os problemas viriam de um lugar comum: a habitação popular, o cortiço.

Entretanto, as ideias hostis aos cortiços precisaram ser inventadas, ou seja, era necessário atribuir-lhes uma origem. Uma vez concebidas, elas não ficaram restritas aos círculos das elites urbanas, como autoridades públicas (elites do Império, e depois, elites da República). Ao contrário, alcançaram também empreendedores que começavam a investir na cidade e que se apropriaram do discurso para executar seus planos de expansão dos negócios. A extinção dos cortiços ampliaria enormemente sua capacidade de atuar no cobiçado tecido urbano. As concepções avessas aos cortiços também envolveram profissionais da imprensa, que trataram de equalizar esse pensamento para a sociedade mais ampla.

Nessa perspectiva, afirma Sidney Chalhoub (1996), a perseguição aos cortiços, a truculência com que os moradores dos cortiços foram tratados e a própria eliminação desse tipo de moradia do tecido urbano, tem relação direta com a concepção das ideias. Para ele, os principais pensamentos que contribuíram para uma construção ideológica associada à moradia popular coletiva, foram: *i) a concepção de que o cortiço era a moradia dos pobres e a pobreza se associava diretamente às classes perigosas; ii) a concepção de que o cortiço era palco da questão dos negros contra o escravismo; e, iii) a concepção de que os cortiços eram o antro das epidemias que assolavam a cidade, logo seus moradores eram responsáveis pela proliferação de doenças.*

Em seguida, de maneira breve, mostram-se como esses pensamentos foram elaborados e dinamizados a ponto de transformar a realidade do Rio de Janeiro, em particular, e de outras cidades brasileiras, em geral:

i) o cortiço: moradia das classes pobres, logo, moradia das classes perigosas:

O termo “classes perigosas” possivelmente surgiu na primeira metade do século XIX, na Europa. Segundo a escritora inglesa May Carpenter, esse termo servia para designar indivíduos que haviam passado pelo cárcere, ou ainda, mesmo que não tivessem sido presos, haviam optado por sustentar a si e a sua família, através da aquisição de bens provindos de furtos e não pelo suor do trabalho. O termo designa uma situação bastante restrita: pessoas que escolheram como estratégia de sobrevivência, práticas que os colocavam em conflito com a legislação.

De acordo com Chalhoub (1996), essa terminologia foi importada para o Brasil, mas não foi adequadamente empregada, ou seja, perdeu seu caráter restrito, passando a ser utilizada também para designar todos os pobres, sem distinguir a condição social de pobreza e criminalidade.

Na Câmara dos Deputados do Brasil Império, exemplifica Chalhoub (1996), nos meses que seguiram o fim da escravidão, os deputados discutiam um projeto de repressão ao ócio. No debate, um dos principais eixos de discussão centrava-se no conceito de *classes perigosas*. Para isso, evocavam escritores franceses, cujo sentido do termo viria a calhar mais aos seus interesses particulares.

Um dos principais autores era M.A. Frégier, membro do alto escalão da polícia parisiense e autor do livro “As classes perigosas da população nas grandes cidades”, publicado em 1840. A intenção desse autor era realizar uma descrição minuciosa de todos os tipos de “malfeitores” que atuavam na cidade de Paris. O seu esforço, no entanto, centrou-se na descrição do mundo em que as prostitutas, os ladrões e os ardilosos costumavam atuar em Paris. Apesar de seu esforço analítico, o autor não conseguiu resolver a questão fundamental que é a fronteira entre o que seriam *as classes pobres* e *as classes perigosas* (CHALHOUB, 1996).

O trabalho de Frégier consistiu somente em descrever amplamente as condições de vida dos pobres de Paris. Os deputados brasileiros evocaram os escritos de Frégier no exato ponto onde ele não conseguiu avançar, onde ele mergulha numa descrição entre as classes pobres e classes perigosas, sem distingui-las (CHALHOUB, 1996).

Foi nessa imprecisão que os legisladores brasileiros inspiraram a sua filosofia sobre as questões atinentes ao mundo do trabalho, da ociosidade e da criminalidade. Nas

discussões sobre ociosidade, os deputados recorreram a textos que os fundamentassem teoricamente na “sua guerra santa contra os vadios – tratava-se de uma questão de ‘salvação nacional’” (CHALHOUB, 1996, p. 21).

Para os deputados, a principal característica virtuosa do bom cidadão seria a sua aptidão ao trabalho que o conduziria a um hábito desejável de poupar, de modo que a poupança lhe permitiria uma vida confortável. Assim, o raciocínio oposto funcionava como uma sentença condenatória: o indivíduo que não consegue poupar, aquele que vivia arraigado à pobreza, era um suspeito de não ter gosto pelo trabalho e, portanto, era um mau trabalhador. Por fim, como a pior característica de um ser humano é o vício do não-trabalho, a ociosidade, prosseguia que a esses faltavam-lhes a virtude mais essencial. Nos indivíduos em que a virtude não aparece, os vícios tomam conta e, assim, pobreza e vícios denotariam a mesma realidade (CHALHOUB, 1996).

A esse pensamento segue o raciocínio sem fundamentação empírica, a saber: os pobres são portadores de vícios, estes são responsáveis pela existência de malfeitores, os malfeitores, por sua vez, são um perigo à sociedade. Ao juntar os dois pontos dessa cadeia, tem-se a concepção de que os pobres são definidos como perigosos (CHALHOUB, 1996).

Para Chalhoub (1996), a construção ideológica que subjuga um indivíduo pelo simples fato de ele ser pobre, logo um malfeitor em potencial, trouxe para a história que se desenrolaria no Brasil, uma série de consequências. Por exemplo, ela é uma das fundamentações teóricas da atuação estratégica da força policial, implementadas desde as décadas iniciais do século XX. A polícia agia, a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da ideia de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até que prove o contrário e que alguns cidadãos são bem mais suspeitos que outros.

O processo de criminalizar a pobreza desresponsabiliza qualquer ação (ou omissão) em desfavor de uma grande parcela da sociedade. Além de condenados à pobreza, essa população passou a ser tratada como suspeita em potencial, contrárias a ordem estabelecida.

Tratados como perigosos e avessos à ordem, os moradores das habitações populares poderiam ser extirpados do tecido urbano. Aliás, a extinção dessas moradias populares passaria a ser algo desejado no final do século XIX. A própria presença dos

cortiços no tecido urbano era um símbolo, na concepção das elites, de uma condição de imoralidade e atraso, pois se referia à moradia de pessoas, senão criminosas, ao menos suspeitas em potencial, cuja conduta de vida era deplorável.

ii) a concepção de que o cortiço era palco da questão dos negros contra o escravismo:

A tomada de decisão de expulsar as classes populares do centro das cidades, através do fechamento de cortiços, pode ter alguma relação com a expectativa de dissociar a memória dos recentes movimentos sociais, como a luta pelo fim da escravidão.

A moradia das classes pobres, isto é, os cortiços, apareceram, nas últimas décadas do século XIX, associadas à escravidão e ambos preocupavam sobremaneira o aparato de segurança da Corte. Alguns jornais da época, inclusive, divulgavam as demandas que chegavam à polícia e faziam uma leitura do cortiço como moradia de negros fujões. Os negros foragidos, por sua vez, eram acusados pela imoralidade, dentre outros prejuízos (CHALHOUB, 1996).

O uso do cortiço pela população negra nas décadas de 1850-60 em diante, na capital do Império, contribuiu para intensificar a produção desse tipo de moradia coletiva popular. A ocupação dos cortiços era compreendida como consequência do crescimento do fluxo migratório de portugueses e ao aumento quantitativo de negros alforriados, ou ainda, de escravos foragidos. Além disso, passou a ser mais comum aos escravos conseguir permissão dos seus senhores para viver por conta própria, isto é, sem depender diretamente de seu proprietário. O termo da época que designava essa nova condição era viver “sobre si”. E, viver “sobre si”, não extinguiu a relação de subserviência, mas oferecia certa autonomia aos escravos da Corte. Por isso, os negros cativos se esforçavam bastante para obter essa autorização de seus senhores (CHALHOUB, 1996).

Como já mencionado, viver “sobre si” possibilitava certa autonomia para o escravo, como atuar em outras atividades laborais. Acrescenta-se a isso outro fator favorável: viver longe das sombras de seu proprietário permitia ter uma rotina de vida que se aproximava, em muito, à rotina ordinária dos que viviam livremente na cidade (CHALHOUB, 1996).

Por outro lado, para o senhor de escravo era proveitoso ter um cativo vivendo por conta própria, pois, desta maneira, fazia com que os escravos desenvolvessem uma intensa atividade produtiva. Além disso, esse novo arranjo desobrigava o senhor de arcar com os gastos com os escravos. Ainda para os cativos, viver “sobre si” lhes permitia arrecadar, por meio de uma segunda atividade laboral, recursos para adquirir sua alforria (CHALHOUB, 1996).

Dentre outras razões, o novo arranjo de “viver sobre si” concorreu para o esfacelamento do sistema escravista no Brasil Império, pois, essa nova configuração entre senhor e escravo, obstruía a tradicional relação de subserviência e dependência pessoal. O cativo se sujeitava ao seu proprietário, e este, por sua vez, detinha a exclusividade de decidir sobre a eventual alforria do escravo (CHALHOUB, 1996).

Um dos elementos de dominação era, sem dúvida, a proximidade na escala espacial entre o senhor e o escravo, já que viver próximo ao escravo viabilizava ao senhor um forte controle e maior domínio. Entretanto, a adoção e generalização do arranjo de “viver sobre si” possibilitou a introdução de uma interpretação ambígua na definição tradicional do cativo. Isto porque o cativo, numa perspectiva ortodoxa, se definia pela subserviência e dependência pessoal. Logo, não é demais supor que, se alguém possui autonomia para decidir onde vai morar e com que meios se sustentará, esta pessoa não está sob o domínio de ninguém, ela não é, portanto, cativa. Por essa razão os negros passaram a pressionar cada vez mais os seus senhores a conceder permissão de “viver sobre si”, pois, morar longe da casa do senhor simbolizava um passo, uma conquista, rumo à liberdade (CHALHOUB, 1996).

Nas décadas que antecederam a abolição da escravidão, a presença negra (livre ou cativa) se fazia notar expressivamente no centro da cidade. Foi nesse contexto que as habitações coletivas se tornaram mais evidentes, uma vez que os cortiços apareciam como a mais viável alternativa de moradia popular na Corte (CHALHOUB, 1996).

Nessas habitações, os cativos encontraram, com certa regularidade, apoio e solidariedade “para realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores”. Consequentemente, “misturar-se à população variada de um cortiço podia ser ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga” (CHALHOUB, 1996, p. 28-29).

O tempo dos cortiços também foi o tempo em que se intensificaram as pressões por parte dos escravos, que almejavam viver livremente. O espaço da cidade que mais representava o aparecimento, em certa medida, da autonomia do escravo – característica genuína da pessoa livre – eram os cortiços (CHALHOUB, 1996).

Os cortiços se apresentavam aos negros como um lugar de moradia, símbolo de refúgio, uma fenda para a liberdade. Nesse sentido, esse tipo de moradia foi comparado ao quilombo. As ações violentas que extinguiram os cortiços da capital da Velha República, certamente, muniram-se de cargas ideológicas que procuravam tornar acéfalas as manifestações populares e, para isso, o melhor seria cortar o mal pela raiz, arrancando suas marcas do tecido urbano da cidade.

iii) a concepção de que os cortiços eram o antro das epidemias que assolavam a cidade, logo seus moradores eram responsáveis pela proliferação de doenças:

A construção da ideia de classes pobres associadas à suspeição do crime, e ao perigo à ordem estabelecida, já foi explicitada acima. Acrescentava-se a isso, a elaboração de uma concepção que interligava os pobres ao perigo de contágio. No imaginário político do Brasil, no final do século XIX, o perigo social que os pobres representavam à ordem também se expressava pelo uso de jargões como doença contagiante (metáfora).

A pobreza era tratada como uma questão patológica. Havia um entendimento, por exemplo, de que, enquanto as crianças – os filhos dos pobres – permanecessem sujeitas aos vícios de que seus pais eram portadores, a pobreza se reproduziria sucessivamente (CHALHOUB, 1996).

Dessa concepção, surgiu outra crença, a de que os pobres eram portadores de doenças que poderiam ser transmitidas no sentido denotativo. Nesse período, os médicos-intelectuais se firmavam como aqueles capazes de conjurar, pelo uso da técnica e da racionalidade, o mal tanto do corpo físico quanto do corpo societário. Eles “analisavam a realidade, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente” (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Os especialistas chegaram a um diagnóstico: as moradias habituais dos pobres prejudicavam o corpo social, na medida em que elas concentravam os focos que

emanavam todo tipo de epidemia. A insalubridade dessas habitações era nociva à saúde física e social. A isso, acrescentava-se o fato de que as moradias dos pobres eram um solo fértil para disseminação de toda espécie de vícios, tão prejudiciais à moralidade (CHALHOUB, 1996).

Na metade do século XIX, esse pensamento ganhou mais força, pois nesse momento o Rio de Janeiro era assolado por surtos epidêmicos, como febre amarela (1850) e cólera (1855) que elevaram, consideravelmente, o número de óbitos. Na década de 1850, o Governo Imperial, pela primeira vez, demonstrou alguma preocupação relacionada aos cortiços. A agenda governamental, numa perspectiva geral, voltou-se para a questão da salubridade pública, e, particularmente passou a focar na questão da salubridade das moradias coletivas (CHALHOUB, 1996).

O Governo Imperial instituiu duas instâncias que iriam agir diretamente no controle das habitações populares coletivas: a Junta Central de Higiene (responsável pelo zelo atinente à saúde pública) e a Câmara Municipal da Corte (responsável pela regulamentação da existência das moradias coletivas) (CHALHOUB, 1996).

A Câmara Municipal recebeu diversas propostas da área da segurança atinentes às moradias coletivas. Interessava à polícia a imposição da ordem, a prevenção de práticas criminosas e o controle do fluxo de moradores dos cortiços (com especial destaque ao controle de vadios, estrangeiros sem autorização legal, criminosos e a vigilância dos suspeitos em potencial) (CHALHOUB, 1996).

Dentre as sugestões, também se destacaram as de apelo higiênicas que propunham, por exemplo, a limpeza, a colocação adequada das latrinas, o destino do lixo e do esgoto, a iluminação e o calçamento, dentre outras, que deveriam ser realizadas pelos proprietários das moradias coletivas. Sugeria-se também o incentivo fiscal aos interessados na construção habitacional, se bem que, praticamente, nada fora acatado pela Câmara Municipal (CHALHOUB, 1996).

Interessa notar que até então, a preocupação desses novos organismos centrava-se na questão do melhoramento (qualidade) das condições de moradias coletivas e na imposição de regras que forçavam os proprietários a investir recursos nesses tipos de habitações. Mas, essa maneira de pensar mudaria radicalmente nas décadas seguintes,

pois os organismos em questão deixariam de lado a preocupação com a forma (as melhorias das habitações) e priorizariam o espaço (a localização das moradias) (CHALHOUB, 1996).

A postura de dezembro de 1873 foi o primeiro sinal de uma nova maneira de pensar. Esse documento municipal vedava a construção de cortiços no perímetro correspondente à Praça de D. Pedro II e a Onze de Junho. A proibição atingia uma longa extensão, entre as ruas do Riachuelo e as do Livramento.

No mês de setembro de 1876, uma segunda postura ratificava a primeira e detalhava ainda mais a proibição, uma vez que se precava de possíveis manobras para não cumprir a determinação. De acordo com a postura, também deveriam ser interditadas aquelas construções, cujos proprietários, em lugar de cortiços, insistissem em utilizar outra nomenclatura – como casinhas, por exemplo. Ainda assim, elas deveriam ser interditadas (CHALHOUB, 1996).

No plano da realidade, foram modeladas ferramentas institucionais e legais. Era um anúncio de um novo momento, no qual as moradias populares coletivas seriam eliminadas. Equivale dizer que se desenhava uma nova postura política de negação das classes pobres, pois elas seriam expulsas da área central da cidade.

No final do século XIX, os discursos relacionados aos cortiços transitavam em torno de duas crenças que pairavam no imaginário de políticos e gestores, a saber: a) existiria uma via para a civilização, ou seja, um padrão, um modelo para se aperfeiçoar, tanto material quanto moralmente. Esse modelo serviria para qualquer povo, cabendo aos seus governantes encaminhar, com presteza e rapidez, a sociedade a qual comanda; b) para uma nação que pretendia alcançar o *status* de grandeza e de prosperidade, tal qual o de um país culto, era essencial a capacidade de solucionar questões de higiene pública (CHALHOUB, 1996).

A conjunção dessas duas concepções originou um processo ideológico de higienização, isto é,

Um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano (CHALHOUB, 1996, p. 35).

De modo geral, acreditava-se que questões políticas seriam solucionadas pelo viés da técnica científica. Aliás, o homem público do final do século XIX pensava que a subordinação da política ao domínio da técnica inevitavelmente colocaria o país na via civilizatória.

De acordo com essa crença, a ciência técnica direcionaria o Brasil, pois haveria uma maneira de gerir a cidade pelo viés da neutralidade, próprio da ciência. Por meio da neutralidade, seriam resolvidas as demandas da cidade e extirpadas as diferenças específicas das questões sociais.

Tal maneira de pensar, com base no discurso da técnica e na ciência, dominou o ambiente intelectual no Brasil nas décadas subsequentes e forneceu todo o suporte às ações saneadoras dos médicos e engenheiros higienistas. Desde então, estes profissionais se consolidaram como autoridades no direcionamento da administração pública, sobretudo, na República Velha.

Com aval das autoridades, os higienistas transformaram as cidades brasileiras. Por meio da ordem e da técnica, pretendiam alcançar o progresso e a civilidade enquanto ações de limpeza, de controle e monumentalidade passaram a ocupar a agenda pública da capital da Velha República, assim como de outras cidades.

Por outro lado, a higienização pretendia anular a “sujeira” e o “atraso”, tão característicos das cidades coloniais. A política higienista rasgou o tecido urbano para receber os símbolos da modernidade (ruas racionalmente desenhadas, vias largas, equipamentos públicos, etc.), para eliminar as características tradicionais do passado e expurgar, definitivamente, o modelo popular de habitação coletiva – o cortiço.

De acordo com Ana Carolina Costa e Delmo de Argulhes (2008, p. 128), o discurso da higienização se baseava no

saneamento básico, padrões de valores, crenças e comportamentos fundamentados na razão e em parâmetros científicos que valorizavam a centralidade da cidade. Essa metodologia de estabelecer o certo e o errado julgava os costumes populares como os mais infundados e nefastos que deveriam ser corrigidos pela ação policial.

As classes dominantes buscavam dinamizar o discurso, com viés disciplinar, que enaltecia o “fazer ciência”, e procuravam demonstrar que o Brasil caminhava em direção

à modernidade e que também os valores e os comportamentos do brasileiro assemelhavam-se bastante aos do europeu (COSTA E ARGULHES, 2008; O'DONELL, 2008).

Uma vez concebidas essas diversas ideias, abria-se na concretude do tecido urbano a possibilidade de extinguir a presença indesejada dos cortiços, pois eles eram símbolo da criminalidade, do atraso, da convulsão social, em suma, eles eram vistos como perigo à saúde pública e à moralidade.

A carga ideológica em torno da questão da habitação popular coletiva precisou ser construída. Tais concepções, no entanto, não se extinguiram com a eliminação dos cortiços, pelo contrário, julgamento e hostilidade acompanharam os pobres que, por “natureza”, continuam sendo considerados perigosos ou suspeitos em potencial.

Significa que, boa parte da carga negativa que desqualifica e criminaliza as classes pobres e suas moradias (o habitat), foi concebida no passado, emergiu das relações de sujeitos sociais históricos e que elas afetam as relações sociais nas cidades no Brasil contemporâneo.

Uma vez construídas as bases ideológicas, restava somente pôr em prática o combate aos cortiços, para assim exterminá-los, conforme está explicitado a seguir.

3.3 NO PLANO DA REALIDADE: ATAQUE E EXTINÇÃO DO CORTIÇO

A perseguição aos cortiços só foi concretizada porque, antes de tudo, se sustentou no plano das ideias. Nutridas por pensamentos ideológicos, investidas reais contra os cortiços passaram a ser correntes no final do século XIX para o XX.

Na empreitada de perseguir e eliminar os cortiços, dois agentes desempenharam um importante papel: o Estado e o nascente setor da construção civil. Segundo Lilian Vaz (2002) e Nabil Bonduki (2011), o Estado impôs normas e controles à produção de moradias populares e determinou o uso de padrões higiênicos, intervindo, inclusive, no fechamento definitivo dos cortiços.

De acordo com Hahner (1993), tendo em vista a autonomia legítima para exigir melhorias nas condições higiênicas dos cortiços, o Estado enrijeceu as ações contra esse tipo de moradia popular. Assim, diligências, inspeções, multas e fechamentos de cortiços passaram a ser comuns no Rio Antigo.

O fechamento dos cortiços foi feito de modo truculento, pois as autoridades sanitárias desejavam “limpar”, por definitivo, a “sujeira” que contaminava a cidade. A conexão ideológica entre “cortiço” e “classes perigosas” era um dado bastante “evidente”, pois ambos se referiam à “realidade” dos hábitos das mesmas pessoas, os pobres (CHALHOUB, 1996).

Para Chalhoub (1996), tanto o termo “cortiço” quanto o de “classes perigosas” eram portadores de cargas simbólicas, pois se tratava de conceitos pejorativos, extremamente estigmatizados. Assim, autoridades sanitárias passaram a empregar o termo “cortiço” quando pretendiam estigmatizar, por definitivo, qualquer habitação popular coletiva.

Tal postura concorreu para comprimir a esfera da cidadania e, ao mesmo tempo, dilatar a esfera da intervenção das autoridades públicas, cujas ações afetaram diretamente a moradia das classes pobres, cujo mais expressivo símbolo era o cortiço (CHALHOUB, 1996).

O medo de contaminação epidêmica pairava sobre todos da cidade e tal temor contribuiu fortemente para a concepção da imagem negativa associada aos cortiços. Por seu turno, os agentes estatais se aproveitaram desse medo para aprofundar ainda mais essa fissura, pois eles passaram a realizar campanhas contrárias aos cortiços e expulsar os inquilinos que, não tendo onde se abrigar, passaram a endossar o número de despossuídos que faziam das ruas a sua casa (HAHNER, 1993).

A administração pública, por exemplo, passou a impor, de 1856 em diante, a obrigação de licença de edificação, além de estabelecer regras relacionadas às questões sanitárias. Em 1873, foi vetada a construção de cortiços tanto na área central da cidade quanto em suas proximidades e, em seguida, a proibição estendeu-se paulatinamente a outras zonas. Durante a década de 1880, foram fechados alguns cortiços sob alegação de

insalubridade. Em 1893, foi proibida definitivamente qualquer construção, conserto ou ampliação de cortiços (VAZ, 2002).

Na transição do Brasil Império ao Brasil República, grosso modo, pouco foi feito em prol dos trabalhadores urbanos. A área de habitação se constituiu na única exceção, para a qual os governos implementaram programas, ainda que em pequena escala. Os investimentos na área ocorreram não em prol dos trabalhadores em si, mas em decorrência dos problemas que as habitações insalubres provocavam nas elites (BONDUKI, 2011; HAHNER 1993).

A este respeito, Vaz (2002) ressalta que a intervenção do Governo Imperial referente à moradia ocorreu, sobretudo, pela preocupação com a degradação tanto no aspecto físico, quanto moral de trabalhadores dos segmentos populares. Assim, o então aparelho estatal procurou meios para incentivar a produção de moradias higiênicas e de baixo custo, voltadas a esse segmento.

Há de se considerar que, em termos práticos, as ações pontuais em nada alteraram as condições de moradia dos trabalhadores urbanos, menos ainda influenciaram no processo de construção de uma política pública de habitação, que só se desenharia décadas posteriores.

Conforme recorda Bonduki (2011), a construção de moradias não era uma preocupação do Estado, uma vez que os princípios políticos vigentes na República Velha relegavam esse papel ao setor privado (Liberalismo). Esse quadro alterou-se somente na década de 1930. Assim, desde o Brasil Império, o Estado procurou incentivar a produção particular e tratou a moradia popular como caso de polícia, sendo solucionada, muitas vezes, à base da truculência.

Com a mudança da forma de governo, do Brasil Império ao Brasil República, não houve interrupção da política higienista e dos incentivos fiscais. Diversos incentivos foram concedidos, a partir de 1875, a atores da construção civil que deveriam produzir moradias baratas e higiênicas, como dispensa de impostos fiscais e isenção de taxas alfandegárias referentes aos materiais da construção. Já em 1882, os incentivos passaram a ser regulamentados e se mantiveram até 1911. As concessões iniciais imbuíram os empresários de grande autonomia de modo que poderiam, inclusive, desapropriar imóveis

e lotes para a edificação de seus projetos (BONDUKI, 2011; HAHNER, 1993; VAZ, 2002;).

O governo da República Provisória avolumou as ações que se iniciaram no Governo Imperial, a saber: isenções fiscais, como incentivo à produção de moradias adequadas e higiênicas, e enrijeceu as campanhas de demolição dos cortiços. Amparado por decreto, o governo atuou diretamente no fechamento de cortiços conjurados como nocivos à saúde coletiva, inclusive prevendo sua inatividade em 48 horas (HAHNER, 1993).

Por seu lado, os empresários da construção civil – agentes que desempenharam um papel importante para a eliminação dos cortiços – atribuíam aos cortiços todas as dificuldades para que o setor não se realizasse. Quanto ao Estado, encarregava-se de encontrar diversos mecanismos para equacionar os problemas levantados. Ainda assim, os empresários precisavam convencer a sociedade em geral que o seu produto, um novo modelo de moradia, era detentor de vantagens (salubres e baratas), e que os cortiços eram maléficos para a cidade (VAZ, 2002).

Nesse contexto, foram construídas moradias concessionadas pelo governo – as vilas operárias. Estas contavam com quartos, banheiros individuais e cozinhas, deveriam ser de baixo custo e higiênicas. Foram levantadas cinco vilas, produzidas pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – Rui Barbosa, Arthur Sauer, Maxwell, Senador Soares e Sampaio. Entretanto, essas foram as únicas habitações coletivas construídas durante todo o século XIX. Abrigavam 5.102 pessoas, o que representava menos de um décimo da população que se pretendia atingir (61.060 habitantes). Mesmo não cumprindo as metas construtivas, a companhia recebera doação de lotes por toda a cidade (ABREU, 2010; HAHNER, 1993).

Embora as vilas operárias fossem construídas para abrigar os que viviam nos cortiços, oferecendo-lhes um ambiente salubre e barato, na prática essas habitações não atingiram os que demandavam tal constituição, pois essas moradias eram bastante onerosas, sobretudo a um segmento que não contava com recursos financeiros suficientes para solver suas demandas pelo mercado.

Neste sentido, afirma Hahner (1993, p. 175),

estas vilas abrigavam muito mais pequenos burocratas, caixeiros e militares do que operários. Estas moradias, relativamente caras, louvadas pelos funcionários do governo e do mesmo modo por observadores distantes, demonstraram ser extremamente populares para atender à ‘enorme demanda’, como os funcionários reconheciam.

Assim, a primeira contradição apareceu no próprio frontispício dessas habitações, isto é, em sua denominação “vilas operárias”. A nomenclatura deveria indicar o público às quais tais habitações se destinariam, no caso, abrigaria trabalhadores pertencentes ao segmento mais baixo da sociedade. Na prática, entretanto, as vilas operárias foram ocupadas por segmentos da população que dispunham de melhores condições, quando comparados aos operários.

De acordo com Vaz (2002), os agentes econômicos se apropriaram e difundiram o discurso da higienização, destacaram mais fortemente as características negativas dos cortiços e bradaram pelo seu desaparecimento. O discurso higienista, apregoado por empresários e autoridades sanitaristas, estimulou a reprovação dos cortiços aludindo às frágeis condições higiênicas. Com a propagação do discurso, o próprio termo cortiço passou a se definir por essa carga negativa.

No Brasil República, o cortiço se exauriu e com a ascensão do Marechal Floriano Peixoto à presidência do Governo Central, a gestão municipal do Rio de Janeiro recebeu aval para atuar enfaticamente na questão dos cortiços. A prefeitura tratou de endossar as mesmas estratégias de fechar e demoli-los e subsidiou a construção de moradias populares. Foi na gestão de Floriano Peixoto, inclusive, que as diligências como fiscalização e multas aos cortiços, aumentaram dramaticamente (HAHNER, 1993).

De acordo com Hahner (1993), as ações sanitaristas adentravam truculentamente nos cortiços e ali desenvolviam seu trabalho, com rigidez. Não havia uma política de cordialidade para os que moravam nos cortiços, essas pessoas eram tratadas com bastante hostilidade e repressão.

Merece destaque a ação de demolição do maior e mais afamado cortiço do Rio de Janeiro, o “Cabeça de Porco”. Para a sua destruição, a prefeitura planejou e montou todo um esquema policial. Esse evento marcou o início do processo intervencionista direto do Estado no centro da cidade. Tal processo intensificou-se no princípio do século XX e, por sua vez, contribuiu significativamente para a estratificação social do espaço urbano, uma vez que tais ações expulsavam indivíduos e famílias da cidade formal de

modo que estes passaram a reproduzir suas moradias nas bordas da cidade (ABREU, 2010).

Apesar de ser considerado um típico cortiço da época, o “Cabeça de Porco” não expressava a real dimensão da maioria dos cortiços da cidade. Suas dimensões físicas compreendiam diversos sobrados, térreos, sequências de casas, casinhas, puxadinhos que serviam para morar e trabalhar. O “Cabeça de Porco” foi tomado como referência de habitação popular coletiva, porque tornava possível identificar “todos os vícios e defeitos que se procurava eliminar na habitação” (VAZ, 2002, p. 35).

O poder público esforçou-se diversas vezes em eliminar o “Cabeça de Porco”, mas, graças em parte à influência dos importantes donos desse conjunto de habitações e em parte, à hostilidade dos que nele moravam, ele conseguia manter-se em pé. Entretanto, em 26 de janeiro de 1893, a prefeitura do Rio de Janeiro demoliu completamente o complexo habitacional. A ação fora acompanhada pessoalmente pelo prefeito Barata Ribeiro e por seus secretários, além de higienistas, agentes da segurança pública, bombeiros, soldados armados e da cavalaria (VAZ, 2002).

Segundo Vaz (2002), o “Cabeça de Porco” ganhou notoriedade por duas razões: *i)* a maneira como ele foi demolido, pois a gestão municipal montou todo um aparato militar para destruí-lo, dando-lhe um caráter de espetáculo; *ii)* graças aos boatos que visavam a associar o cortiço ao seu proprietário, acreditava-se que o “Cabeça de Porco” pertencia a uma figura da nobreza, no caso o Conde d’Eu, esposo da princesa Isabel.

De qualquer modo, a disseminação da imagem negativa do cortiço “Cabeça de Porco”, tomada como referência da moradia popular coletiva, caracterizada pela insalubridade e pela degradação, contribuiu para a condenação e extinção do modelo de moradia popular (VAZ, 2002).

A demolição do “Cabeça de Porco” simbolizou um marco de passagem do início e fim de uma era, uma vez que sua destruição “dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas”. A imprensa, por seu lado, ovacionou o prefeito Barata Ribeiro que conseguiu banir da cidade toda aquela “sujeira”. Ele havia, com seus serviços, realizado um grande feito à cidade (CHALHOUB, 1996).

Para Sidney Chalhoub (1996), o feito do gestor Barata Ribeiro entrou mesmo para a história, pois, mal era proclamada a extinção da era dos cortiços e o Rio de Janeiro já adentrava num novo tempo, no século das favelas.

Uma das soluções dos despossuídos e sem-teto foi recorrer aos morros para morar – terras devolutas, que não contavam com equipamentos urbanísticos. Até então, essas áreas não haviam despertado o interesse de atores econômicos da construção civil. Além disso, as moradias foram levantadas longe da vista das elites cariocas e dos agentes públicos.

Nesse contexto, as desigualdades sociais na cidade do Rio de Janeiro passaram a se expressar mais fortemente na escala espacial. Ou seja, ganhou uma nova tônica, uma fissura que afastou os despossuídos e sem-teto do centro urbano e os relegou a um lugar específico na espacialidade da cidade.

As armas ideológicas, apontadas para os operários e sem-teto, não cessaram após a eliminação dos cortiços. Pelo contrário, na transição dos moradores dos cortiços para as favelas, o arsenal de hostilidade permaneceu em vigor, tanto é assim que décadas mais tarde ela emergiria robustamente.

A carga negativa, elaborada contra os cortiços e seus moradores, tornou-se um acompanhante dos que passariam a morar nas favelas, pois o julgamento e a hostilidade permaneceriam em vigor na mentalidade da sociedade mais ampla, especialmente das elites. Tal tratamento fora, de certo modo, transferido aos moradores das favelas, como uma espécie de jogo projetional.

Não tardaria para que as engrenagens ideológicas se armassem novamente. O alvo deixaria de ser uma construção arquitetônica (o cortiço) e passaria a envolver a área da “pobreza”, dos considerados “perigosos”, dos eternos “suspeitos em potencial”, dos “vadios” por natureza, em uma palavra, da favela.

Os atributos negativos e a carga ideológica, lançados contra um grupo específico, no caso os moradores das favelas, não surgiram do dia para a noite. São resultado das relações dos homens, seja no passado, seja no presente. No caso dos moradores das favelas, é possível afirmar que o preconceito que os atingem tem raízes históricas e

funciona como uma espécie de herança sociológica. Isto para não dizer que possuem característica de um estigma, uma marca que os acompanha numa longa duração.

A seguir, faz-se uma curta passagem pelo Rio que se modernizou, mas cujas contradições permaneceram na espacialidade urbana, cuja mais emblemática expressão é a favela.

3.4 O RIO DE JANEIRO DA *BELLE ÉPOQUE* E SEU CONTRAPONTO, AS FAVELAS: AS CONTRADIÇÕES NA ESPACIALIDADE URBANA MODERNA

Como já mencionado, as principais cidades brasileiras passaram por profundas transformações urbanas em curso desde o final do século XIX e tais mudanças foram bastante significativas na capital da então República Velha, o Rio de Janeiro. Nos primeiros anos do século XX, o governo pôs em prática uma política de intervenção direta no tecido urbano, cujas principais forças norteadoras eram a urbanização, o saneamento e o controle das cidades.

A situação da moradia dos pobres urbanos agravou-se imensamente com o fim da era dos cortiços, pois, ao eliminar esse tipo de moradia popular, as autoridades da Velha República não esboçaram nenhuma solução efetiva à questão da habitação destinada as classes populares, cabendo, exclusivamente aos pobres, a responsabilidade de buscar um teto.

A cidade se vestiu de beleza aos olhos das elites e dos estrangeiros, entretanto, sua modernização, com o alargamento de vias e o aparecimento de edifícios luxuosos, despiu ainda mais os agravamentos sociais em torno do déficit habitacional que atingia os mais pobres (HAHNER, 1993).

De acordo com Vaz (2002), as obras de embelezamento e de saneamento implementadas na Capital Federal, conhecida como o “bota-a-baixo”, excluíram qualquer possibilidade de as antigas moradias populares, os cortiços, manterem-se no centro; como

consequência, uma ampla população de sem-teto era impelida a procurar moradia em outras áreas da cidade.

Para Abreu (2010, p. 59), a Reforma Urbana realizada na primeira década do século XX, objetivou adequar a “forma urbana às necessidades reais de criação concentração e acumulação do capital”. O desenvolvimento da economia brasileira, a intensificação de atividades de exportação, e, como consequência, a estabilização do país no cenário econômico internacional, exigia adequações do espaço urbano, sobretudo na capital do Brasil, condizentes com o novo momento da economia e da organização social, desfazendo-se da antiga feição colonial.

A própria implantação de um novo Regime de Governo, no caso a República, necessitava imprimir, na cidade, uma nova política de produção e reprodução da espacialidade urbana, condizentes com o novo momento político e econômico. Assim, “o projeto político passava a ser, no plano espacial, um projeto urbanístico e, no plano ideológico, um projeto civilizatório” (O’DONNELL, 2008, p. 40).

Destacam-se as intervenções realizadas na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). As grandes mudanças no cenário urbano do Rio de Janeiro contaram também com a colaboração do Governo Central, já que ambos pretendiam transformar o espaço urbano, através do controle, do saneamento, da urbanização e circulação de pessoas, bens e serviços (ABREU, 2010; HAHNER, 1993; VAZ, 2002;).

Para Vaz (2002), nesse período, teve início no Brasil a prática de transformar o espaço urbano, por meio do permanente ato de construir/reconstruir. De acordo com a autora, é também nesse momento que os preços dos terrenos passaram a valer bem mais do que as tradicionais moradias, térreos e sobrados. Logo, as antigas casas passaram a ser destruídas ao invés de encortiçadas.

Era imperioso que o tecido urbano expusesse símbolos modernizadores, insígnias de uma nova civilidade nos trópicos. Para alcançar tal objetivo, de acordo com os preceitos da época, era suficiente valer-se de uma nova ordem pautada na técnica-científica que, inevitavelmente, colocaria o Brasil em um novo patamar de civilidade, em simetria aos países europeus.

Para tornar realizável tal propósito, imaginavam as elites, seria necessário anular a trajetória histórica expressa no próprio desenho urbano – cuja feição colonial remetia ao Antigo Regime – e banir os pobres das áreas centrais da cidade – através da eliminação definitiva das habitações coletivas.

Guiados por essas inspirações, os agentes públicos rasgaram o tecido urbano, com o propósito de eliminar os elementos considerados símbolos do atraso e introduzir os que representassem a chegada de um novo tempo, a Modernidade. Assim, a República Velha procurou comunicar, através de pressupostos arquitetônicos e urbanísticos, que as cidades brasileiras se assemelhavam às europeias.

Um dos mais significativos planos postos em prática por Pereira Passos foram os Planos de Alinhamentos (PA's). Este significou o recuo sistemático de edifícios, homogeneização e alargamento das ruas da então capital federal. Através dos PA's, a gestão municipal demoliu mais prédio que o necessário, atingindo, principalmente, quarteirões onde moravam operários, deixando-os ao relento (ABREU, 2010; VAZ, 2002).

Além dos PA's, a prefeitura agiu em diversas frentes, com o uso do asfalto (foi a primeira vez que se utilizou asfalto no Brasil). Abriu novas artérias no tecido urbano para facilitar a circulação e o controle. No que concerne ao embelezamento, Pereira Passos investiu na criação ou melhoria de praças, largos, jardins, arborizações. Construiu pavilhões arquitetônicos em variados pontos da cidade. Iniciou a construção do Teatro Municipal, cuja estrutura metálica proveio da Europa (ABREU, 2010).

Pereira Passos também atuou no saneamento, canalizou rios, saneou parte da Lagoa Rodrigo de Freitas e ordenou que o lixo fosse depositado na Ilha de Sapucaia. No campo da higienização e da estética, a gestão pública realizou ações contrárias aos quiosques, vetou a comercialização de mercadorias por ambulantes, o que prejudicou diversas famílias que se sustentavam através do mercado informal. Proibiu ordenhar vacas nas ruas e recolheu mendigos. Chegou a proibir alguns hábitos, como cuspir e urinar na rua (ABREU, 2010; HARNER, 1993; O'DONNELL, 2008).

Uma das principais intervenções da Reforma Urbana – a abertura da Avenida Central, atual Rio Branco – não foi realizada por Pereira Passos, mas pelo Governo

Central. Para sua abertura, foram derrubadas em torno de 3 mil moradias tradicionais, deixando desabrigada uma expressiva população. A Avenida Central significou, para a elite carioca, uma forte aproximação da desejada paisagem europeia (ABREU, 2010; HARNER, 1993).

Em relação à questão da moradia voltada à categoria dos despossuídos, a elite política somente repetia como um mantra a necessidade de prover as habitações de dois elementos fundamentais, baixo custo e higiene. Mas, praticamente, em nada atuou para minimizar o déficit habitacional. Pereira Passos chegou a autorizar a produção de algumas moradias, por meio de subsídios – nesse período foram construídas 120 casas²⁰ – mas, essa iniciativa em nada alterou a grave crise habitacional instalada. (ABREU, 2010; HARNER, 1993).

A prática de demolir repercutiu numa crescente disponibilidade de terrenos, o que, por sua vez, possibilitou a superação de um dos principais gargalos que limitavam a ampliação do nascente setor imobiliário. A construção civil emergiu com significativa força e a cidade se tornava um canteiro de obras, pois além de construir edificações para área central que se renovava, era necessário expandir-se para os novos bairros periféricos, que absorviam boa parte dos que foram expulso do centro²¹ (ABREU, 2010; VAZ, 2002).

De acordo com Vaz (2002), na gestão de Pereira Passos, os investidores privados prosperaram, sem mais necessitar de incentivos fiscais. Assim, o emergente setor imobiliário pôde abandonar o seu propósito inicial – produzir moradias populares – e se direcionou para outros interesses. Por seu lado, o Estado deixou de se preocupar com a

²⁰ Os autores divergem quanto ao quantitativo de moradias populares construídas na gestão de Pereira Passos. Hahner (1993) e Abreu (2010) informam um número de 120 habitações. Bonduki (2011), por outro lado, indica 105 unidades habitacionais. Independente do quantitativo, é digna de nota a observação feita por Bonduki (2011), pois foi uma das poucas vezes na história do país o Estado se direcionou para construir moradias. Não se tratou de uma política habitacional, mas uma manobra política para minimizar as críticas referentes às demolições de moradias que desabrigou um enorme quantitativo populacional. Vale lembrar que a habitação popular era tratada, pelo Estado, como caso de polícia. Como já mencionado anteriormente, Pernambuco apresentou também experiência inédita em relação a intervenção estatal na questão da moradia: o Governo Estadual, através da Fundação Casa Operária, construiu 40 moradias populares na cidade do Recife, em 1926.

²¹ Veremos mais adiante que o aparecimento dos subúrbios absorveu parte considerável dos que foram expurgados da área central. Os operários encontraram certa facilidade para adquirir lotes e construir no subúrbio. No entanto, a partir de 1903, essa abertura se fechou, pois, a administração municipal passou a impor uma série de exigências de ordem técnica, arquitetônica e legal, o que engessou a produção de moradias populares em toda a cidade formal, incluindo a periferia.

moradia popular, pois a cidade já contava com melhores condições de salubridade e a presença dos cortiços do tecido urbano decrescia consideravelmente.

Em 1906, posterior à onda modernizadora do Rio de Janeiro, quase não restaram opções de moradia voltadas aos pobres nas áreas que receberam infraestrutura urbana – raríssimas habitações coletivas não foram destruídas, estas ficaram mais adensadas de inquilinos. E, como já mencionado, as ínfimas vilas operárias não absorveram a expressiva demanda por moradia (ABREU, 2010; HARNER, 1993).

Além disso, os desabrigados que se direcionaram para os subúrbios da cidade, lugar inclusive destinado à habitação popular, passaram a se deparar com a rigidez imposta pela administração pública. Antes de 1903, essa população foi induzida a ocupar os subúrbios, através da facilidade de adquirir um lote e construir sua moradia, além da simplificação das normas de construção (ABREU, 2010; VAZ, 2002).

Em fevereiro de 1903, Pereira Passos baixou um decreto, impondo uma série de exigências de natureza técnica, arquitetônica e jurídica que onerou excessivamente a produção habitacional. Tais imposições impactaram sobremaneira a ponto de inviabilizar a construção das moradias dos operários. Assim, os sem-teto não puderam mais se fixar nas áreas periféricas da cidade (ABREU, 2010; VAZ, 2002).

Famílias e indivíduos desabrigados passaram a ocupar as encostas dos morros – lugares que até então não despertavam interesse das elites políticas e econômicas – de modo que surgiu, assim, uma nova contradição do espaço urbano do Rio de Janeiro que se vestia de moderna, a favela em sua forma embrionária.

Os despejados recorreram a uma estratégia por moradia até então pouco convencional – edificaram suas habitações por conta própria, em lugares indesejados e desocupados da cidade. Alguns fatores concorreram diretamente para o aparecimento e expansão dessa nova forma de ocupar do espaço: *i*) a valorização fundiária; *ii*) os altos custos para adquirir as moradias que se pretendiam salubres (“vilas operárias”); e, *iii*) a ineficiência governamental para estimular a produção de habitação coletiva, mesmo sob concessão. Assim, os barracões se tornaram a opção menos onerosa de moradia na cidade, com baixo custo nos materiais empregados e no trabalho para levantá-los (HARNER, 1993).

As novas ocupações situadas nas encostas dos morros eram as mais perceptíveis, mas outras também surgiram nas áreas de pântanos e em lugares degradados. Todas estavam isentas das cobranças tributárias, da burocracia dos órgãos públicos e de suas diligências que diretamente atuavam como percalço à moradia popular. Apesar de não contar com uma infinidade de serviços urbanísticos e sanitários, ainda assim a favela tinha a vantagem de se localizar mais próxima ao lugar de trabalho e se tornara uma das escolhas mais disponíveis a que os pobres urbanos recorriam para morar (HARNER, 1993).

No Rio moderno, parte considerável das moradias dos pobres passou a se realizar pela autoconstrução. Além disso, a própria moradia popular deixou de ser associada exclusivamente a um elemento arquitetônico, isto é, uma edificação, como acontecia com os cortiços e passou a abarcar uma área mais ampla na escala espacial da cidade, a favela.

A alteração na escala espacial – micro cortiço/macro favela – não alterou as concepções a respeito dos seus moradores. Aliás, todo arsenal de natureza ideológica posto em prática, que culminou com a extirpação dos cortiços, continuaria em operação nas primeiras décadas do século XX. Uma das principais expressões desse movimento foi a indiferença com que as elites cariocas encararam as favelas em formação. Por certo, a satisfação por ter expurgado a moradia dos pobres da cidade formal anestesiou as elites cariocas, que demoraram a assimilar que uma nova contradição inédita no espaço urbano havia emergido.

Situada fora dos domínios formais da cidade que se moldara aos pressupostos modernizadores, a favela se desenvolveu como uma espécie de contra efeito da cirurgia urbana que expurgou as habitações populares do tecido urbano. Inevitavelmente, a favela modificara a paisagem urbana e isso não poderia mais ser ignorado pelas elites cariocas (econômica e política). Tanto é assim que a moradia popular passou a compor a agenda das políticas conduzidas pelo Estado, a partir da década de 1940.

A seguir, veremos que a intervenção pública na questão da habitação popular procurará resolver a nova contradição do espaço Moderno. A moradia popular pela primeira vez passou a ocupar a agenda das políticas públicas. Porém, isso não significou a ampliação no campo dos direitos, menos ainda a eliminação das contradições do espaço urbano, mas um esforço para apagar a presença da moradia dos pobres da paisagem

urbana. Assim, diversas famílias foram retiradas das favelas e ejetadas em vazios urbanos – lugares periféricos e distantes do anterior lugar de moradia.

As concepções e ações dos agentes públicos a respeito da favela e de seus moradores foram bastante autoritárias. Veremos que isso se explica em razão da manipulação de estereótipos elaborados contra a moradia popular no Regime Antigo (cortiço) e resinificado no Tempo Moderno (favela e conjuntos habitacionais). Observaremos que tanto os que moram na favela quanto os que moram em conjuntos populares, independente de melhorias estruturais, compartilham a mesma trajetória histórica, política e social.

4 FAVELAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS: ORIGEM, INTERVENÇÃO DO ESTADO E A MANIPULAÇÃO DO ESTIGMA DO FAVELADO

Nesta seção, faremos uma breve trajetória histórica, sem nos determos na cronologia dos fatos, referentes ao aparecimento das favelas, e seu reconhecimento pelo poder público, assim como as primeiras representações em torno desse habitat no Rio de Janeiro. A permanência, no tempo e espaço carioca, como cenário de análise se justifica pela centralidade que a então capital do país exercia em relação às demais cidades brasileiras. Acreditamos que parte dessa história influenciou o pensamento e as práticas tanto de agentes públicos quanto da sociedade mais ampla em relação à moradia popular, em diferentes espaços e tempos.

Discorreremos a respeito da primeira política habitacional específica para as favelas (parques proletários). Neste sentido, traçaremos um olhar panorâmico a respeito da política de remoção das favelas e a transferência compulsória de seus moradores para os conjuntos populares, durante as décadas de 1960/70, em que os agentes estatais passaram a manipular enfaticamente o estigma do favelado (durante o Regime Autoritário).

Por fim, traremos alguns exemplos de estudos que apontaram, explícita ou implicitamente, as inter-relações conflituosas envolvendo a moradia popular, e as analisaremos à luz da teoria elaborada por Becker (2008), Douglas (2014) e Elias (2000). Veremos que o estigma aparece como uma questão social afinçada na história da moradia das populações mais pobres. Independente do recorte espacial, ele desponta como uma marca desabonadora.

4.1 A ORIGEM DA FAVELA: UMA GÊNESE E DIVERSAS VERSÕES

A origem da favela é coberta por uma história nebulosa que impossibilita uma visão mais nítida a respeito de sua gênese. Tanto é assim que não há um consenso na

historiografia sobre o seu aparecimento. Por certo, tal lapso histórico revela o lugar marginal que a moradia popular ocupava no pensamento das elites brasileiras da época.

Foi somente na década de 1930 que a favela emergiu como uma realidade para a administração pública. Ela ocupou, por exemplo, parte das atenções do plano urbanístico de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, conhecido como “Plano Agache” (1928-1930) – o primeiro elaborado na República Velha, como também do Código de Obras, de 1937. Não é demais mencionar que tal instrumento normativo/regulador a considerou como um mal, chegando mesmo a classificá-la como uma “lepra” e “aberração” presente na cidade. Isto será visto mais adiante e, por hora, nos deteremos nas versões mais recorrentes sobre a origem da favela.

Uma das versões aceitas para o seu aparecimento faz memória ao episódio da demolição do Cortiço Cabeça de Porco, próximo à Central do Brasil. Na noite em que o famoso cortiço fora destruído, em janeiro de 1893, o prefeito Barata Ribeiro permitiu que os desabrigados tomassem para si alguns escombros – materiais de construção que poderiam ser reaproveitados. Em seguida, essas famílias, de posse desses destroços, se dirigiram ao Morro da Providência e nele levantaram seus barracões (ABREU, 2010; BRUM, 2012; VALLADARES, 2005; VAZ, 1994).

Já a segunda versão remonta ao fim da Revolta Armada²², em 1893. Com o término do motim, os soldados envolvidos no combate se instalaram no Morro de Santo Antônio, localizado bem no centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta ocupação teria sido o marco inicial da favela (ABREU, 2010; BRUM, 2012; VALLADARES, 2005; VAZ, 1994).

A terceira versão, e a mais aceita, retoma o episódio da Guerra de Canudos²³ no interior da Bahia. Os soldados envolvidos no conflito, ao retornarem à Capital Federal,

²² A Revolta Armada ocorreu em duas fases – Primeira e Segunda Revolta Armada concentrada no Rio de Janeiro. Foi um movimento de insurreição promovido por algumas unidades da Marinha Brasileira que eram contrárias ao governo do Presidente da República – Deodoro da Fonseca e às ações de seu vice-presidente, Floriano Peixoto. O motim, com pouco apoio popular, chegou ao fim em 1893, quando o presidente, com apoio do exército e contando com nova frota de navios, conseguiu controlar os revoltosos. Para mais informações consultar Hélio Leôncio Martins (1997).

²³ Guerra dos Canudos também conhecida como Campanha de Canudos, foi o confronto entre os militares do exército do Brasil e membros de movimento popular, ocorrido no interior do sertão da Bahia (BA), em outubro de 1897. O lugarejo dos integrantes do movimento, liderado por Antônio Conselheiro, foi

aguardavam receber seus soldos. Em 1897, parte considerável desses militares, com propósito de pressionar mais fortemente o governo, improvisaram suas moradias no Morro da Providência, que ficava próximo ao Ministério da Guerra. É possível que esses militares tenham encontrado similitudes entre o Morro da Providência e a paisagem interiorana da Bahia, o que explicaria a alteração da nomenclatura “Morro da Providência” para “Favela”, que é uma vegetação típica do sertão baiano. (ABREU, 2010; BRUM, 2012; HAHNER, 1993; VALLADARES, 2005; VAZ, 1994).

Para Mário Brum (2012), se a associação entre os dois morros – um na Bahia e o outro no Rio de Janeiro – simbolizava um momento marcante na trajetória dos ex-soldados, para as elites cariocas a coisa foi bem diferente, uma vez que a *favela* foi encarada com um forte tom negativo. A elite julgava que, da mesma maneira que o ocorrido na Bahia representava um retrocesso, também a favela se apresentava como um empecilho ao país que se erguia sob a égide da República.

Aos poucos, o termo *favela* passou a ser utilizado para denominar genericamente qualquer aglomerado de barracões, caracterizada por não possuir traçados de vias, nem dispor de serviços públicos cujos terrenos, públicos ou privados, eram ocupados irregularmente. Nota-se que a tônica em torno da “*falta de*” é a principal e a mais forte tônica da ideia/concepção de *favela* (VALLADARES, 2005).

De acordo com Lícia Valladares (2005), antes mesmo do fim do século XIX, as favelas apareciam nas franjas da cidade do Rio de Janeiro, mas elas não perfaziam uma categoria. Um exemplo seria o Morro de Santo Antônio (1898) que apresentou um processo similar ao que ocorreu ao Morro da Providência.

Outros exemplos, inclusive anterior ao Morro da Providência, como a Quinta do Caju, a Serra Morena e a Mangueira datam de 1881 – é bastante provável que estes não tenham sido ocupados ilegalmente. Mas é o Morro da Favela que entra para a história. E sua denominação *favela* passa a demarcar uma nova categoria para classificar um habitat dos pobres, cuja característica seria sua ocupação irregular e ilegal, que não obedece às normativas e se localizam, comumente, sobre encostas (VALLADARES, 2005).

destruído. No confronto foram mobilizados cerca de 12.000 soldados. Para mais informe consultar Edmundo Moniz (2001).

Independente de qual seria a versão mais coerente a respeito da gênese da favela, o que interessa observar é a atualização de antigas contradições que se expressavam no “Novo Rio”. Descartados da pretensa civilidade nos trópicos, os pobres urbanos refizeram literalmente suas moradias às margens da “cidade formal”. A presença das moradias populares provocou mal-estar nas elites cariocas, que passaram a avaliar as favelas como uma doença e um mal iminente, pondo em risco a civilidade; assim, o poder público e seus agentes repetiram o mesmo tratamento truculento dispensado aos então moradores dos cortiços.

Vale lembrar que os cortiços foram alvos de diversas investidas hostis que acabaram por eliminar esse tipo de moradia. Já no Rio de Janeiro que se modernizou, o habitat dos pobres também passou por processos semelhantes de julgamento e de hostilidade. Vejamos, a seguir, as primeiras representações da moradia popular do Rio Moderno.

4.2 AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA: UM ESTIGMA NO CORPUS SOCIETÁRIO E NO TECIDO URBANO

Nos primeiros anos do século XX, as elites cariocas se livraram dos cortiços, pois raríssimos conseguiram manter-se de pé, de modo que já não eram mais um problema do presente, ficando definitivamente restrito ao campo das coisas que se foram. Aos poucos, a favela passou a ocupar uma nova preocupação das elites cariocas, sobretudo aos higienistas. Na nova conjuntura do Rio Moderno, o discurso higienizador também desaprovou a habitação popular, situada principalmente nas franjas e morros da cidade (VALLADARES, 2005).

Para as elites cariocas e nacionais, a existência da favela no espaço urbano reverberou em incômodo, pois eles acreditavam que todos os esforços para colocar o Brasil em patamares civilizatórios poderiam ser arruinados. Assim, na tentativa de solucionar o problema favela, o poder público e seus agentes – além de outros segmentos sociais pertencentes às elites cariocas – recuperaram os postulados higienistas. A estes, somaram-se novas representações a respeito da favela e de seu morador, o favelado.

Uma das primeiras representações a respeito da favela e de seus moradores foi feita na Revista o Malho (figura 01), em 1907, que trouxe um desenho caricatural do Morro da Favela sendo saneado pelo médico Oswaldo Cruz²⁴, confira.

Figura 01 – Oswaldo Cruz higienizando a favela



Fonte: Oswaldo Cruz Monumenta Histórica, tomo 1, CLXXXVIII.

O médico aparece com boas vestimentas, incluindo um bom calçado e está bem penteado. No seu braço esquerdo ostenta uma braçadeira com o símbolo da Cruz Vermelha, enquanto com o outro braço retira a população do morro com um pente, no qual há o seguinte letrero: “Delegacia de Hygiene” (VALLADARES, 2005; ZALUAR & ALVITO, 2006). A cabeça do homem representa o morro – seu aspecto é de um malfeitor. A caricatura traz expressa a metáfora “os moradores dos morros são piolhos”,

²⁴ Oswaldo Cruz – nasceu em São Paulo (1872), se formou em medicina no Rio de Janeiro (1892). Após isso realizou um estágio por 3 (três) anos em Paris. Assumiu, em 1903, o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública. Dentre outros, liderou a campanha de cunho sanitaria durante a gestão de Pereira Passos.

e o passo seguinte é o fechamento desse pensamento “*e por se tratar de parasitas, logo devem ser eliminados*”.

Na figura, também chama a atenção o desenho de homens deitados sobre o morro, que representam as pessoas entregues à ociosidade – os ditos vadios. Dentre estes, uns aparecem com as mãos estendidas em alusão à prática da mendicância. A própria personificação do morro é a de um malfeitor, a narrativa simbólica por trás dessa metáfora é que o morro teria vida por si mesmo e este agiria influenciando todos que vivem sob seu domínio. Isso induzia à máxima, tão comum em nossos dias, que “*o lugar é tanto do crime quanto do criminoso*”.

O que importa evidenciar é que tal estereótipo não é novo, pois serviu para caracterizar os moradores dos cortiços do Rio Antigo. Apesar da eliminação dos cortiços, as concepções ideológicas a respeito da moradia popular não foram extintas, uma vez que dinamizaram as primeiras representações das favelas e de seus moradores.

Isso é o que verificam Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006) ao estudarem a história das favelas cariocas. De acordo com esses autores, desde o início do século XX os morros do Rio de Janeiro foram considerados – tanto pelos agentes da segurança pública estatal quanto por alguns segmentos da sociedade – como lugares perigosos e refúgio de malfeitores.

Pode-se constatar que concepções gestadas no mundo das ideias não se extinguem do dia para a noite, tal como ocorre com as edificações de pedra e cal quando são destruídas, pois uma vez que se aniquilam seus fundamentos, elas rapidamente desaparecem da concretude do plano espacial para sempre, muito embora esta possa ser revisitada pela memória de quem as conheceu²⁵. O que se quer afirmar com isso é que a supressão total dos cortiços – tipologia arquitetônica que abrigava os segmentos mais pobres da sociedade que se tornara a Capital da República – não significou a diluição de todo arsenal ideológico avesso à moradia popular. Tais concepções permaneceram ocultas por um breve tempo, mas suas engrenagens continuaram operantes na

²⁵ O exemplo não cabe às ruínas, pois estas resguardam reminiscência das coisas que se foram, são testemunhas da organização e das relações do homem no tempo e no espaço. Elas se configuram num texto que subscreve a história das cidades. O exemplo serve tão somente às edificações destruídas por completo, sem que nada tenha restado de sua materialidade.

mentalidade das elites. Aguardavam tão somente o desenrolar de novas condições históricas que possibilitassem seu reaparecimento na realidade social.

A hostilidade ao habitat dos pobres de outrora fora projetada na moradia popular que surgiu no Rio de Janeiro, que se vestia de moderno. Suas expressões alargaram-se em conteúdo (ideológico) e em forma (arquitetônica/espacial) e novas ideias a respeito da favela foram produzidas e acopladas às mentalidades que já existiam a respeito do habitat popular.

Conforme aponta Valladares (2005), as primeiras representações referentes especificamente às favelas e aos seus moradores faziam uma leitura com base nas influências do meio (geográfico) sobre o comportamento dos indivíduos. Isso acabava por reforçar a ideia de que os pobres eram responsáveis pelos seus próprios destinos e também eram responsabilizados por tudo que existia de ruim na cidade.

Esse foi o novo pensamento que afetou a moradia popular na cidade do Rio, mas não destoou das concepções avessas à habitação dos pobres do Rio de Janeiro do Antigo Regime. Aliás, as novas concepções foram nutridas pelas que já existiam – ambas permanecendo no mesmo compasso, mas em tempos e em escalas espaciais diferentes.

O diagnóstico condenatório aplicado aos cortiços e ao *Morro da Favella* se universalizou, conjugando todas as favelas. Estas, por sua vez, se espraiaram consideravelmente durante a década de 1920. Nos estudos de higienistas referentes à contaminação de agentes transmissores de doenças epidemiológicas, eles reprovaram a favela e a ela “atribuíram a contaminação do meio urbano aos miasmas da cidade. Pareceu, então, natural a representação da favela retomar a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2005, p. 40-41).

O discurso higienista precisou se readequar e, por isso, lançou mão de novas retóricas que desabonassem a moradia popular. Um dos argumentos evocados sustentou a ideia, sem fundamento, de que o meio – o espaço geográfico – influenciava massivamente as más ações praticadas pelos que viviam subjugados a esses lugares²⁶ (VALLADARES, 2005).

²⁶ Diversas representações foram elaboradas a respeito da favela, entretanto, Lícia Valladares aponta um arquétipo que envolveu todas as concepções ideológicas a respeito desse lugar, figurando em um mito de

Nessa leitura, nota-se que as ações individuais se tornam, praticamente, irrelevantes, pois, em última instância, era o lugar que determinava a má conduta (discurso determinista). Essa visão sustenta a metáfora de que “a favela tem vida própria”, em consonância com o que verificamos na figura 1 (Oswaldo Cruz higienizando a favela), onde o *Morro da Favella* é representado pelo desenho da cabeça de um malfeitor.

Um exemplo elementar da truculência do poder estatal sobre o lugar da moradia popular (uma área geográfica), cuja representação fora inspirada na metáfora de um *corpus*, ocorreu na segunda década do século XX, quando o país se preparava para comemorar o centenário da Independência (1922). A gestão municipal do Rio de Janeiro estava sob a condução de Carlos Sampaio (ABREU, 2010).

O prefeito, inspirado nessa festa e em nome da higiene e do arejamento da cidade, “extraiu” do tecido urbano o Morro do Castelo, considerado um “dente cariado” que destoava da linda “boca” que era a Baía de Guanabara²⁷. Apesar de seu inestimado valor histórico, uma vez que o Castelo foi o primeiro núcleo urbano da cidade, ainda

origem que repercutiu enormemente no imaginário social – a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, de 1902. De acordo com ela, vários intelectuais se inspiraram nessa literatura e a partir dela construíram sua ideia de favela. Transpareceu fortemente a imagem relacional entre dois lugares – a favela (RJ) e Canudos (BA). Essa imagem por si só já expunha uma condição negativa da favela, pois como lembra Brum (2012), Canudos representava um percalço ao país que se erguia sob a égide republicana. Canudos/sertão (bem como a favela) era o símbolo do atraso e a cidade (litoral) era o símbolo da novidade e do avanço civilizacional. A favela era um lugar exótico, deslocado da cidade e evocava uma imagem de ruralidade (sertaneja). Assim, as mesmas ideias lançadas a Canudos na obra “Os Sertões” serviram também à favela (símbolo do rural na cidade). Vejamos essas imagens (VALLADARES, 2005, p. 33-35): *a*) “crescimento urbano [...] rápido, desordenado e precário”; *b*) “topografia de uma região de morros” que se assemelha a uma fortificação; *c*) “ausência de propriedade privada do solo”; *d*) “ausência do domínio do Estado e das instituições públicas”; *e*) “ordem política específica marcada pelo domínio do chefe, [...] a favela também tinha um chefe que controlava a cidade”; *f*) “espaço capaz de condicionar os comportamentos dos indivíduos, integrando os recém-chegados à identidade coletiva”; *g*) “comportamento moral revoltante [...], marcado pelo deboche, pela promiscuidade e ausência de trabalho, uma economia fundamentada no roubo”; *h*) “um perigo para a ordem social”; *e, i*) “morar nesses locais também se apresentava como uma escolha, assim como ir para Canudos dependia da vontade individual de cada um”. Vale mencionar que tais imagens não destoam da noção de favela representada na figurativa de um *corpus*, pelo contrário, todas essas imagens mesclaram-se para expressar uma mensagem desviante da favela.

²⁷ Verifica-se que a metáfora do dente cariado ganha expressões imagéticas na figura 01 (Oswaldo Cruz higienizando a favela). O morro é um malfeitor e seus dentes praticamente estão todos cariados. Aliás, a palavra “favella” que aparece no desenho é feita nos dentes podres do malfeitor. Na caricatura, os dentes cariados anunciam e identificam o lugar através de seu nome. Simbolicamente tudo que existe é atestado pelo nome que recebe. O nome anuncia e guarda a identidade e o significado das coisas existentes. É um prelúdio das coisas que virão e o frontispício de tudo o que há. Considerando a figura, pode-se deduzir que nele o nome “favella”, esculpido nos dentes cariados, expressa em seu conteúdo (semântico) um estado de coisa patológica, estragada e vergonhosa atestada pelo apodrecimento dos dentes.

assim, o Morro foi “arrancado” com toda ferocidade de uma intervenção cirúrgica urbana (ABREU, 2010; NONATO & SANTOS, 2000).

Tal ingerência somente ocorrera porque o Morro do Castelo havia se tornado uma área residencial de famílias pobres e essa era a principal questão em jogo. Mais do que sanear e aplainar a cidade, era necessário recolocar esse lugar na “cidade formal” e isso se deu com a eliminação total da moradia popular (ABREU, 2010).

A narrativa simbólica relacionada ao morro se expressava pela metáfora “o Morro do Castelo é um dente cariado”. A cárie é a expressão dos maus hábitos da higiene bucal. Ela pode provocar a perda total do dente afetado. O dente cariado, além de prejuízos à saúde, afeta a estética do belo. E essa era mensagem, a mensagem de que o Morro do Castelo já se dava por perdido. Os maus hábitos da população que nele habitava provocaram seu apodrecimento. A única e possível solução seria sua “extração”. Pois a sua presença na “face” da cidade punha em evidência diversas reminiscências de “atraso”, “feiura” e “sujeira”, além de permitir a permanência e circulação dos pobres e de suas moradias.

Marco visível da fronteira entre a cidade ‘indígena’, ‘colonial’ e ‘atrasada’, e a cidade ‘europeia’, ‘civilizada’ e ‘moderna’, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de urbanização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos. Edifícios públicos e empresariais não deviam se confundir com barracos; cabras não deviam ouvir óperas. Exigia-se uma especialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres (MOTTA, 2000, p. 217).

Outras representações do Morro do Castelo também foram elaboradas e circulavam pela imprensa. Dentre elas, tem destaque a seguinte metáfora – o Morro do Castelo é um “*tumor infeccionado que obstruía o seio do Rio*”²⁸ (MOTTA, 2000, p. 230). Esse “tumor” trazia um grande prejuízo à saúde do todo o *corpus* societário. A mensagem simbólica condenava a existência desse lugar, identificando-o como um estado doentio

²⁸ Havia também uma corrente contrária que defendia a permanência do Morro do Castelo, suas vozes algumas vezes conseguiram ecoar nos jornais da imprensa carioca, conforme atestam Nonato & Santos (2000). Entretanto, esse não foi o discurso que transformou a realidade do espaço urbano. O discurso mais forte foi aquele capaz de arruinar o berço da cidade do Rio de Janeiro.

que abalava a funcionalidade do *corpus* social. Essa “anomalia” estava encrustada no tecido urbano²⁹.

4.2.1 O reconhecimento oficial do “problema favela”: um mal a ser extraído do *corpus* social e da cidade

O primeiro documento em que as favelas passaram a constar num planejamento oficial do governo foi o “Plano Agache” (1928-1930)³⁰ – compreendido como um plano de remodelação urbana da Prefeitura do Rio de Janeiro. Elas apareceram explicitamente como um problema de ordem estética, patológica e social³¹. No documento previa-se um programa de eliminação das favelas (ABREU, 2010; BERDOULAY, 2003; RODRIGUES, 2014; SLOB, 2002; VALLADARES, 2005; ZALUAR & ALVITO, 2006).

Apesar de este documento ter sido elaborado com aspirações a se tornar o Plano Diretor, no entanto, ele jamais chegou a ser institucionalizado como tal, muito embora tenha influenciado, sobremaneira, a condução das políticas públicas urbanas e o ordenamento das cidades.

²⁹ A metáfora do morro/favela enquanto estado patológico ou anomalia no *corpus* societário dão sustentação para a análise interpretativa da moradia popular encarada como um estigma. As principais expressões da habitação popular na cidade são as favelas, os conjuntos populares e os loteamentos irregulares. Estas seriam, assim, a própria marca doentia, indesejada, suja e vergonhosa no *corpus* societário, conforme veremos mais adiante.

³⁰ Plano Agache – Assim conhecido por ter sido elaborado sob a condução do urbanista francês Donat Alfred Agache (1875-1959). Agache era formado em sociologia e arquitetura e urbanismo. O prefeito do Rio, Antônio Prado Júnior, o chamou para pensar num planejamento para a cidade. Como o primeiro plano urbanístico do Rio de Janeiro foi publicado em 1875, ainda no Antigo Regime, o “Plano Agache” (1928-1930) aparece como o primeiro planejamento urbano com aspirações propriamente modernizadoras, apresentado na Velha República. Para maiores informações a respeito desse plano, consultar Berdoulay (2003).

³¹ Conforme aponta Valladares (2005), a interpretação da favela como patologia é uma das influências que Agache recebeu de Mattos Pimenta (corretor de imóveis e membro ativo do Rotary Club). Por outro lado, Agache também manifesta certa preocupação para entender a causa do fenômeno favela, não restrita exclusivamente a questões de pobreza, mas também pela burocracia no acesso à terra, dentre outras.

Nesse plano de remodelação, as favelas ganharam conotações pejorativas, associadas a um mal extremamente prejudicial ao *corpus* societário, cuja representação imagética se expressa pela ferida. Vejamos:

Quando se percorre a cidade, fica-se surpreendido diante da diversidade de aspectos dos diferentes bairros. Passa-se repentinamente das avenidas cheias de sombra, possuindo magníficas habitações e pequenas ruas sombrias, encerradas entre duas linhas de habitações pobres. Bairros novos com edifícios suntuosos confinam com quarteirões miseráveis, ajuntamento, *confuso*, *irracional e desordenado*...

Em toda parte, existe o contraste. Os morros, esses rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do comércio possuindo belos edifícios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, tem as suas encostas e os seus cumes cobertos por uma multidão de *horríveis barracas*. São as *favelas*, uma das *chagas* do Rio de Janeiro na qual será preciso, num dia muito próximo, levar-lhe o *ferro cauterizador* (PLANO AGACHE, 1930, p. 239. Grifo nosso).

Nota-se que a rejeição às favelas ganhou feições metafóricas. Elas novamente foram simbolizadas pela imagem da ferida, nesse caso, uma chaga no tecido urbano do Rio de Janeiro – uma lesão no *corpus* societário. A *intervenção cirúrgica* aparece como a única maneira de conjurar esse mal – simbolizada pela expressão “ferro cauterizador”.

Mais uma vez o símbolo da favela, sua principal expressão, é um estado patogênico. Como já mencionado, essas metáforas balizaram consideravelmente as concepções atuais a respeito da favela. Nelas, a cidade é um *corpus* e as favelas são feridas ou tumor. Tais anomalias não somente obstruem o funcionamento regular desse sistema vivo, como põem em risco a sua própria existência.

Deixando de lado o “Plano Agache”, que não chegou a ser implementado, e por isso considerado um ensaio, nos deteremos brevemente no “Código de Obras” do Rio de Janeiro de 1937, que “constitui a primeira referência oficial em relação à questão do surgimento e crescimento das favelas, bem como o estabelecimento de uma política social repressiva e discriminatória em relação às mesmas” (GOMES, 2009, p. 2).

Esse documento, sem dúvida, recebeu influência significativa do “Plano Agache”, sobretudo no que diz respeito à pretensão de erradicar as favelas. De acordo com Marcelo Burgos (2006), no “Código de Obras”, as favelas metaforicamente foram tratadas como “aberrações”. Assim sendo, elas não deveriam aparecer na representação oficial gráfica da cidade – inexistentes no mapa. Também por essa razão, todas deveriam

ser eliminadas. Na tentativa de banir a presença indesejada das favelas, esse documento proibiu terminantemente a construção de novas habitações ou melhorar as existentes.

A constatação da existência das favelas por parte do poder público, materializada no Código de Obras de 1937, teve como rebatimento a consolidação de uma natureza ilegal desses lugares que, além de reprová-los, os condenou a uma existência breve, inviabilizando qualquer investimento público/privado nesses espaços, uma vez que oficialmente não existiam (GONÇALVES, 2006).

Nas primeiras representações das favelas, as elites cariocas utilizaram diversos recursos para identificar e rotular tanto o lugar quanto seus moradores (imagéticos, linguísticos, etc.). Esses mecanismos prejudicaram extremamente a imagem da favela. Inúmeras metáforas foram comumente acionadas para deteriorar a imagem tanto do habitat popular quanto para inferiorizar o seu morador. Destacam-se as que relacionam a favela à patologia:

Tabela 01 – Metáfora *corpus*/patogênese

<p>1ª Constatação metafórica</p>	<p>– A cidade é um <i>corpus</i>;</p> <p>– A sociedade é um <i>corpus</i>;</p> <p>– A favela é uma doença;</p> <p>– O favelado é uma doença.</p>
<p>2ª Constatação metafórica</p>	<p>– A favela é uma patologia no <i>corpus</i>;</p> <p>(A favela é uma doença na sociedade);</p> <p>(A favela é uma doença na cidade)</p> <p>– O favelado é uma patologia no <i>corpus</i>;</p> <p>(O favelado é uma doença na sociedade)</p> <p>(O favelado é uma doença na cidade).</p>

Fonte: elaboração do autor. 2016.

A partir da oposição – *corpus/patogênese*” e “cidade/favela” “sociedade/favelado” – diversas expressões foram (são) acionadas contra a moradia popular (e seu morador). Vejamos algumas já mencionadas neste trabalho: “*parasitas*”, “*pioelhos*”, “*vadios*”, “*criminosos*”, “*antro de bandidos*”, “*mal contagioso*”, “*cárie no dente*”, “*tumor infeccionado*”, “*lepra*”, “*anomalia*”, “*chaga*”, “*aberração*” etc. Tais expressões/imagens – e todas as demais que daí decorrem – são impregnadas por fortes cargas ofensivas e nutrem o imaginário social que concebe a favela como a própria personificação do mal.

Manifestações de repulsa, desconfiança e medo emolduram a imagem da favela desde sua origem de modo que ela assume o arquétipo que encarna o mal na cidade. No espelho das inter-relações humanas, a imagem refletida da favela ganha expressões de deterioração, isto é, sua imagem expressa um estigma.

A noção de estigma relaciona-se diretamente com as expectativas que baseiam as relações sociais. De acordo com Goffman (2008), ao entrarmos em contato com uma pessoa desconhecida, os primeiros aspectos que ela apresenta nos fornecem informações capazes de prever a sua categoria e seus atributos o que, num primeiro momento, define sua *identidade pessoal e social*. Estes aspectos são considerados *identidade social virtual*, pois foram concebidos na ideia *a priori* do outro, ou seja, numa ideia cujos elementos se baseiam em preconceções (imagina-se que a pessoa ou o grupo “deveria ser de um jeito”). Em seguida, passamos a gerar expectativas normativas com base nessa ideia. O que a pessoa demonstra possuir é chamado de *identidade social real*.

No processo de interação, quando a identidade social real é revelada, se esta não condiz com as expectativas normativas (identidade social virtual), tais indivíduos e grupos são reclassificados. Caso o novo atributo seja considerado negativo, essa pessoa, ou grupo, será estigmatizada. Passa-se a considerar esse outro como se fosse de outra natureza ou de outra espécie, de menor valor humano, diminui-se a condição do outro a ponto de deteriorar a imagem do outro.

O estigma emerge das relações sociais entre indivíduos (e grupos) que, por sua vez, ocupam posições definidas na estrutura social. Assim, não é o atributo em si que estigmatiza alguém, mas são as relações entre indivíduos (e grupos) que classificam se determinado atributo é ou não desabonador. Portanto, encara-se o estigma como

“referência a um atributo profundamente depreciativo”, mas que emerge e se processa nas relações sociais.

Através do estigma, constrói-se uma ideologia com pretensão de explicar tanto a inferioridade quanto o perigo que o “outro” representa/incorpora, “racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (GOFFMAN, 2008, p. 8).

Para o historiador Mário Brum (2012, p. 40), os estigmas acompanham a favela desde sua origem. Para ele, “Na sua própria essência, a favela é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e/ou civilizada”.

O cotidiano das nossas cidades brasileiras reatualiza dramaticamente exemplos de preconceito, negação e hostilidade às favelas. Incêndios³², desocupações com uso de força policial (com ou sem aval da justiça), tapumes ou painéis com desenhos, pintados com cores expressivas, ocultam e separam as favelas da assim chamada “cidade formal”. Todas são, concretamente, investidas para limpar as favelas do tecido urbano. Quando isto não é possível, restam-lhe escondê-las, camuflando sua existência, como fez a prefeitura do Rio de Janeiro, em preparação ao megaevento internacional, os Jogos Olímpicos, ocorrido em 2016 (ver figura 02 e 03).

Figura 02 – Placas decorativas camuflam a vista do Complexo da Maré/RJ.



Autor: Ricardo Borges (Folha de São Paulo, 2016).

Figura 03 – Placas que ocultam a visão do Complexo da Maré/RJ.



Autor: Ricardo Borges (Folha de São Paulo, 2016).

³² Bedeschi e Rolnik (2016) verificaram que em São Paulo, em média, 200 favelas são incendiadas por ano. As autoras também apresentaram o resultado de um levantamento realizado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Câmara Municipal – 1643 favelas foram incendiadas entre os anos de 2009 a 2012. De janeiro a julho de 2016, 100 favelas sofreram tal sinistro.

Tanto no campo micro das inter-relações sociais quanto no macro da espacialidade, a atitude de anular ou camuflar a existência de alguém ou de algum lugar na cidade se ancora em pressupostos higienistas que identifica e procura erradicar a impureza associada à ideia do *corpus*.

De acordo com a antropóloga Mary Douglas (2014), após se reconhecer um defeito ou uma anomalia, processam-se pelo menos duas reações iniciais: uma reação de ansiedade (e isto faz desencadear a segunda reação); e a outra, uma reação de supressão ou evitação do outro.

Merece destacar o trabalho de Douglas (2014) que se propusera a investigar diversas crenças de poluição, nas mais variadas culturas humanas, espalhadas pelo globo. Um dos resultados de seu estudo foi à constatação de que a noção do homem ocidental a respeito da ideia de “sujeira também expressa sistemas simbólicos”.

Para melhor compreender essa dimensão simbólica, explica Douglas (2014), é necessário constatar as diferenciações entre as noções de poluição elaboradas pelo homem ocidental daquelas que sustentam as culturas ditas “primitivas”. Na cultura ocidental, evitar a sujeira não está relacionado à religião, mas às questões de estética e de higiene, enquanto a noção ocidental de sujeira está arraigada pelo conhecimento científico de haver organismos capazes de transmitir doenças. A descoberta de bactérias transmissoras de doenças, aliás, ocorreu no século XIX e foi, sem dúvida, um grande salto para a medicina. Além disso, alterou a nossa noção de sujeira, tanto é assim que hoje é difícil não pensar em sujeira sem relacioná-la a uma dimensão patogênica. Entretanto, a ideia de sujeira não é recente e por isso é necessário esforçar-se para pensar no tempo passado, quando a bacteriologia ainda não havia irrompido.

Ao retirar tanto a patogenia e a higiene da noção de sujeira, então se descortina a antiga noção de sujeira como algo inoportuno. E isto alude às seguintes condições “um conjunto de relações ordenadas e uma contravenção desta ordem”. Por essa perspectiva, a sujeira jamais é um acontecimento pontual, isolado. Sujeira relaciona-se diretamente com o sistema – onde há aquela também há esta. Assim, sujeira aparece como um substrato de “uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados”. E esta noção de sujeira remete-se diretamente a aspectos simbólicos (DOUGLAS, 2014, p. 50).

Com base nessa noção de sujeira, somos levados à ação de ordenar e classificar, colocando tudo em seus devidos lugares (tanto em aspectos materiais quanto imaterial). A autora exemplifica a ideia de sujeira (inoportuna) da seguinte maneira:

Sapatos não são em si sujos, mas é sujeira colocá-los na mesa da sala de jantar; comida não é sujeira em si, mas é sujeira deixar utensílios de cozinha no quarto, ou deixar comida salpicada na roupa; do mesmo modo, equipamento do banheiro na sala de visitas; roupa pendurada nas cadeiras; coisas que são para ser deixadas fora da casa dentro da casa; coisas do primeiro andar no térreo; roupa de baixo aparecendo (DOUGLAS, 2014, p. 50).

Tais concepções de sujeira levam a condenar toda e qualquer ideia que faça confundir ou contrapor organizações idealizadas (ordenação e classificação). A noção de sujeira apresentada por Mary Douglas ganha dimensões espaciais quando tal foco é direcionado para a cidade. Como já descrito, a favela só passou a ser considerada pela gestão pública da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1930, por exemplo. E ainda assim, ela nasce condenada a desaparecer, pois figura como um lugar inoportuno e indesejado. Se a cidade aparece como o lugar que se deseja ordenado e organizado, a favela incorpora o seu contraponto, isto é, o subproduto expresso por ideias classificatórias de confusão e desordem.

Tanto a leitura sob as lentes de Goffman (2008), a respeito do conceito sociológico do estigma, quanto de Douglas (2014), que interpreta a sujeira com significados de inoportuna – em ambos a favela irrompe como um lugar repulsivo para as elites. Essa ideologia a respeito da vida e da moradia do outro alterou substancialmente a realidade da favela no espaço urbano, pois múltiplos foram os esforços para aniquilá-la e, na impossibilidade disto se realizar, ao menos fazê-la desaparecer do campo de visão da paisagem urbana.

Retomando o fio do processo histórico, no “Plano Agache” previa-se a eliminação das favelas, mas seria necessário dar um destino aos moradores, e isto aconteceria pela produção de moradias baratas que deveriam ser repassadas às famílias de baixa renda, por meio da comercialização. O Código de Obras também não mudou o tom e sugeriu a construção de *habitações proletárias* aos favelados. Ambas as sugestões são prelúdio do que irromperia na espacialidade urbana – os “Parques Proletários” que em sua função deveria abrigar os reconhecidamente pobres, de maneira a negociar-lhe moradias mais condizentes a uma população que precisava ser controlada e civilizada.

4.3 PARQUES PROLETÁRIOS E O CONTROLE DO ESTADO: A HABITAÇÃO PARA HIGIENIZAR E MOLDAR ALMAS CIVILIZADAS

A política habitacional implementada na década de 1940 está diretamente relacionada à Era Vargas³³ e a ela se integra (1930-1945). Nesse período, questões de ordem econômica foram amplamente encaradas como uma das preocupações do poder público e dos agentes empresariais, incorporados no plano para desenvolver o país (BONDUKI, 2011; SLOB, 2002).

Foi nesse contexto que a habitação social passou a compor, por definitivo, a pauta da agenda pública. Ela apareceu “como aspecto crucial das condições de vida dos operários, pois absorvia grande porcentagem dos salários e influenciava no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores” (SLOB, 2002, p. 17).

De acordo com Bonduki, muito embora as questões sanitárias estivessem presentes no discurso contra a habitação social, elas passaram a ocupar um segundo plano³⁴, pois era necessário articular novos temas que fossem

condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista da era Vargas: primeiro, a habitação vista como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização econômica do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do

³³ Era Vargas (1930/1945) – A Revolução de 1930 implicou na ascensão de Getúlio Vargas ao posto de presidente da República, por meio da instauração de uma ditadura. Esse período contrapõe-se aos primeiros 40 anos da implantação do Regime Republicano no país, caracterizado pelo domínio de oligarquias ruralistas cuja política se inclinava em favor de uma elite agrária exportadora – tal período passara a ser denominado como “República Velha”. Tanto a Revolução de 1930 quanto o período inicial da Era Vargas seguiram rumo político-cultural oposto ao da República Velha. Se esta espelhou-se nas cidades europeias como balizadoras de um sistema de construção de mundo, na Era Vargas houve um esforço para encontrar essas bases dentro do próprio país. É o que confirma Valladares (2005, p. 49) “instaura-se um clima de forte nacionalismo, voltado para a construção e valorização da identidade brasileira, tornando simbolicamente ameaçador tudo que fosse estrangeiro”. A Era Vargas pode ser dividida em 3 períodos: *i*) 1930 – 1934: Vargas aparece como líder da insurgência, caracterizado por viés reformista; *ii*) 1934 – 1937: Vargas elege-se presidente por meio de sufrágio indireto, ele é líder de um governo de bases constitucionais; *iii*) 1937 – 1945: Vargas desbanca a experiência democrática do país (1934-1937) e toma-lhe a direção pela força autoritária. Essa ditadura ficou conhecida como “Estado Novo” (VALLADARES, 2005; FAUSTO, 2007).

³⁴ Durante esta subseção, procuraremos demonstrar que o discurso higienista aparece tanto na prática quanto no discurso das elites políticas. Além disso, ele forjou-se ao discurso do “novo homem”, portanto, essa ideologia fornecera base no trato com as favelas na Era Vargas.

“homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 2011, p. 73).

Em sintonia com a concepção do “novo homem”, Pedro Ernesto, prefeito empossado por Vargas para administrar o Rio de Janeiro, procurou inteirar-se ante o problema das favelas e chegou à conclusão de que a favela era “um convite para a revolução”. Segundo ele, para remediar essa questão seria necessário parar de tratar o morador da favela como um pária. Eles seriam reintegrados através do acesso à educação, a saúde e a assistência social. E concluiu que, sem um trabalho dessa envergadura, nenhuma política de eliminação de favelas lograria êxito, pois ocorreria de os moradores das favelas destruídas buscar novo lugar para morar e levantar novos barracões. Os argumentos de Pedro Ernesto persuadiram Vargas que suspendeu o “Plano Agache” (SLOB, 2002).

O higienismo, enquanto ideologia, não desapareceu nem do discurso e nem da prática dos atores políticos que tentaram limar a favela da cidade. Tanto é assim que o Secretário Geral de Saúde e Assistência – Jesuíno de Albuquerque – recebeu a solicitação do então prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, para redigir um plano que equacionasse o problema favela. Foi assim que surgiu o documento “Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro”, elaborado pelo médico Victor Tavares de Moura³⁵, que na época dirigia o Albergue da Boa Vontade (BURGOS, 2006; GOMES, 2009; SLOB, 2002).

Para Moura, era imperante realizar uma “campanha saneadora” com intuito de eliminar as favelas, pois essas deveriam ser extirpadas não somente por questões urbanas, de ordenamento público, mas principalmente porque elas se constituíam um problema de ordem médico-social (CARVALHO, 2003).

As favelas emanaram como um problema que precisava ser equacionado, pois sua presença provocara incômodo às elites urbanas. Para agravar ainda mais esse quadro,

³⁵ Victor Tavares de Moura – nasceu em Pernambuco (1893), se formou em medicina no Rio de Janeiro (1913), após isso, complementou seus estudos em Berlim e em Paris. Ao retornar ao Brasil passou em um concurso público para o cargo de inspetor fiscal, em Pernambuco. Assumiu diversos cargos públicos, e, provavelmente em 1935 foi transferido para o Rio de Janeiro. A mudança fora articulada por seu cunhado Agamenon Magalhães (Ministro da Justiça) e também pelo Cônego O. Melo (interventor do Distrito Federal). Em 1937 Moura assume a direção do Albergue da Boa Vontade, Victor se destacara no combate aos mocambos em Pernambuco. Depois ele é nomeado em 1944 à direção do Departamento de Assistência Social e aí permanece até 1947 (CARVALHO, 2003).

a situação política da maioria dos moradores das favelas incorrera para uma relação autoritária por parte dos agentes públicos, uma vez que na República Velha o direito de votar não se estendia aos analfabetos, o que acabou por tolher a participação daqueles no jogo das disputas eleitorais desse período. A maioria dos favelados não participava do processo eleitoral por serem analfabetos, logo, quase não dispunham de barganhas a serem consideradas no campo dos direitos (BURGOS, 2006).

Essa realidade quase não se alterou no Período Vargas, que instaurou uma política social que conferiu exclusividade aos indivíduos que estavam inseridos no mercado produtivo formal e aos que possuíam Carteira de Trabalho – figurando, assim, em uma “cidadania regulada”³⁶. Tal panorama político explica, por exemplo, o porquê de a única política de habitação direcionada à baixa renda, constituída em 1933, ter atendido exclusivamente trabalhador cujos ramos produtivos estavam cobertos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP’s)³⁷. Assim, tanto a restrição ao direito de votar impostas aos analfabetos, quanto a negação dos direitos sociais aos não inseridos no mercado formal repercutiram na invisibilidade política da favela (BURGOS, 2006).

No estudo de Moura, dentre outras, as seguintes medidas foram sugeridas:

- a) o controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social; b) o retorno de indivíduos de tal condição para os seus Estados de origem; c) a fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reforma de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e e) a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (BURGOS, 2006, p. 27).

O que está posto é uma forte e implacável política autoritária que buscou controlar os favelados, modificar seus hábitos e destruir as favelas. Ao contrário do que

³⁶ “Cidadania regulada” – termo utilizado por Wanderley G. dos Santos (1979, p. 75) para designar um conceito “cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo tal como reconhecido por lei”.

³⁷ Para fins deste trabalho, deixo de considerar as habitações construídas pelos IAP’s como uma política pública específica para os moradores das favelas, mesmo porque o acesso a essa política de habitação não era universalizado, mas restrito aos trabalhadores formais e para os que possuíam carteira de trabalho, ficando de fora grande parte da população.

afirma Bonduki, o discurso do higienismo não foi relegado ao segundo plano, mas afeiçoou-se à ideologia política impetrada pela política da Era Vargas, a do “novo homem”, a ponto de ser difícil desvinculá-las.

Conforme explica Gomes (1999), nos parâmetros ideológicos do Estado Novo, o trabalhador só poderia irromper como um “novo homem” se nele forjassem noções de moralidade, de disciplina, de vida laboral e sentimento de pertencimento à nação. Caso o trabalhador continuasse em sua antiga moradia na favela, todo esse empenho seria inútil.

Por isso tornou-se tão imperante dar um destino aos favelados. Nesse sentido, o estudo elaborado por Moura propôs como solução os parques proletários. Estes foram inspirados nas *habitações proletárias* mencionadas no Código de Obras (1937), que deveriam ser construídas e repassadas, por meio de venda, aos reconhecidamente pobres.

Assim, os parques proletários, construídos na década de 1940, buscaram atender aos princípios preconizados no Código de Obras como uma solução ao problema favela. A razão de ser dos parques proletários ligava-se diretamente à extinção das favelas, pois estas seriam substituídas por aqueles.

Para Burgos (2006), a descoberta do problema favela reverberou em incômodo, um percalço à vida urbana. Por esse motivo, os parques proletários tinham intuito de sanar duas questões – o da insalubridade que tomava conta das franjas da cidade (questão sanitária); e possibilitar a ampliação de novas áreas urbanas (expansão da malha urbana).

Os parques proletários constituem um marco inicial na política de habitação do país, uma vez que esses empreendimentos aparecem como “a primeira experiência efetiva da política de construção de moradias populares para os residentes das favelas” (VALLADARES, 2005, p. 61).

Entre os anos de 1941 a 1943 foram construídos 3 (três) parques proletários – Gávea (parque 1), Caju (parque 2) e Leblon (parque 3) – que ficavam no entorno das favelas de onde as pessoas haviam sido removidas. Esses habitacionais passaram a abrigar em média 7000 a 8000 pessoas³⁸. Além dos objetivos citados, os parques foram pensados com a intenção de responder a mais uma demanda, qual seja, a de educar e a de fornecer

³⁸ Valladares (2005) informa uma temporalidade maior – 1941/1944. Por sua vez Burgos (2006) diverge no quantitativo de pessoas realojadas, para ele foram 4.000 indivíduos aproximadamente.

assistência a esses moradores, visando a uma mudança de hábito e, com isso, a instauração da saúde tanto do corpo quanto das questões morais, para que daí irrompesse o “novo homem” (BURGOS, 2006; RODRIGUES, 2014; VALLADARES, 2005).

Uma das características dos parques proletários seria a sua dimensão transitória – em tese, as famílias habitariam provisoriamente até que a área em que viviam (ou próximos a ela) tivessem recebido melhoramentos urbanos; e, até que as famílias abrigadas tivessem sido preparadas a se integrar à vida urbana. Tais melhoramentos demarcariam o retorno dessa população para o seu local de origem. Entretanto, na prática, os parques proletários não se consolidaram numa experiência efêmera, uma vez que as famílias transferidas ali permaneceram por um longo tempo. Algumas saíram anos mais tarde, mas por outras razões, como a valorização imobiliária (BURGOS 2006; RODRIGUES, 2014; VALLADARES 2005).

Na ocasião da inauguração do parque número 1, diversas autoridades estavam presentes, dentre estes o prefeito Henrique Dodsworth. Em ato simbólico, o prefeito tocou fogo em um dos barracões da favela, que com a intervenção do poder público, desapareceria do mapa (CARVALHO, 2003). Por trás deste ato, além do autoritarismo, emite-se uma mensagem higienista que aniquila, pelo fogo, todos os males físicos e morais para daí forjar um “novo homem” – no símbolo estão aglutinados, sem dúvida, duas ideologias, a do “higienismo” e a do “novo homem”.

A experiência dos parques proletários figurou num forte mecanismo de controle na vida dessa população, exercido por parte do Estado. Neles,

a autoridade da administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador dava um “chá” (“chá das nove”) quando ele falava num microfone aos moradores sobre os acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para as lições “morais” que eram necessárias (LEEDS E LEDDS, 1978, p. 195-196, apud GOMES, 2009, p. 9).

De acordo com Carvalho (2003), o sistema de controle nos parques fora exercido preliminarmente, ou seja, antes mesmo de serem transferidos, os indivíduos deveriam atender a alguns critérios (exemplo: trabalhar na Zona Sul e possuir registro no Posto de Polícia). Apresentavam-lhe também um *Termo de Compromisso* contendo diversas regras relacionadas à manutenção do equipamento (zelo pela casa; lavagem do assoalho; não

poderiam cuspir e nem permitir que outros cuspissem nas paredes e nem nos assoalhos, não poderiam acumular lixo; etc.) e de convivência (deveriam ter relações cordiais com os vizinhos e com os membros da família; tinham o dever de serem cordiais; de respeitar a lei do silêncio; de proibir o consumo de bebida alcóolica; obrigava-os a participar das festas promovidas pela administração; deveriam procurar empregos decentes; etc.).

Além disso, a administração dos parques proletários detinha uma espécie de *Ficha de Cadastro* de todos os moradores, contendo os seguintes dados – impressão digital, fotografias, radiografias, exames médicos, informações sobre os recursos financeiros, informações de seus antecedentes, estado civil, quantidade de filhos e os comprovantes de vacinação destes. Somente atendendo a esses critérios essa população poderia ser transferida para os parques proletários (CARVALHO, 2003).

O trabalho disciplinador e controlador exercido através dos parques proletários cumpriram dupla função ideológica, uma “civilizadora” e outra “saneadora”. Isso ocorreu dentro de um contexto político onde os direitos e a cidadania foram regulados nesse molde, a favela não fora vista a partir do prisma dos direitos sociais, mas como “pré-cidadãos, [...] como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários” (BURGOS, 2006, p. 28).

Em suas especificações, os parques proletários compunham-se por casas de madeira, geminadas compondo blocos. As casas não possuíam cozinha, instalações hidráulicas e nem sanitárias. Os banheiros eram de uso coletivo e estavam espalhados por blocos. Não contavam com rede de esgoto. Cada casa possuía dois cômodos. Todos os que fossem transferidos para esses habitacionais deveriam desembolsar certa quantia em dinheiro correspondente ao seu aluguel. Por sua vez, a administração³⁹ dos parques proletários empregava esses recursos na manutenção do equipamento (CARVALHO, 2003; RODRIGUES 2014).

As condições das instalações dos parques proletários não diferiam muito das moradias anteriores e “Com o tempo os parques proletários provisórios abrigavam um

³⁹ Os 3 (três) parques eram administrados pela Secretaria de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro até 1945 (RODRIGUES, 2014).

número de pessoas cada vez maior, repetindo os processos de crescimento das favelas e saturação das infraestruturas instaladas” (RODRIGUES, 2014, p. 19).

O processo seguinte foi o reconhecimento dos parques proletários como favelas, inclusive no censo de 1948, elaborado pela prefeitura do Rio, e no de 1950, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (VALLADARES, 1978). Conforme Rodrigues (2014), os parques foram considerados favelas oficiais, pois a eles destinaram-se tanto funcionários quanto recursos públicos para reformar suas instalações, e isto se procedeu até a metade da década de 1950.

Para Valladares (1978, p. 25), a experiência dos parques proletários concorreu para a dinamização da política populista de Vargas, mas também culminou num esforço por implementar uma política habitacional “em época em que vigoravam as práticas policiais tradicionais contra os favelados (incêndios das favelas e prisões dos moradores)”.

A malograda experiência dos parques proletários acabou por influenciar uma embrionária articulação organizativa dos moradores das favelas como um contraponto ao planejamento urbano que visava ao espraiamento desse tipo de moradia. Pois

Era evidente que o autoritarismo da pedagogia civilizatória ensaiada e a precariedade das instalações (concebidas como provisórias) não faziam dos parques uma ideia atraente para os moradores das favelas, razão pela qual criaram ainda em 1945 as comissões de moradores [...] como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de mover todos os moradores para os parques (BURGOS, 2006, p. 28).

Esse movimento ganhara mais robustez após a retomada do processo democrático em 1946, que apesar de restringir a participação dos analfabetos do jogo político eleitoral, acabou contribuindo para que essas organizações formassem uma primeira agenda de direitos sociais, pautada em reivindicações de infraestrutura para seus locais de moradia, figurando em atores políticos.

Além disso, a existência organizativa desses moradores reacendeu uma antiga suspeita de insurreição por parte dos favelados. A frase que expressava com mais nitidez essa atmosfera era “é necessário subir ao morro antes que os comunistas desçam” (BURGOS, 2006; VALLADARES, 2005).

Essa foi uma das razões que levou o governo local a atuar juntamente com a Igreja Católica na tentativa de conjurar tal ameaça – ambos criaram, em 1946, a Fundação Leão XIII com o propósito de oferecer assistência tanto material quanto moral aos que moravam nos morros e nas favelas do Rio (BURGOS, 2006). Essa instituição encarnava em sua essência pressupostos de emoldurar os favelados de acordo com a pedagogia populista então vigente.

A questão das favelas entrara definitivamente para a agenda pública, tanto é assim que foram criadas pelo Estado, ou deste recebeu apoio, diversas instituições entre os anos de 1946 a 1960, como a já mencionada Fundação Leão XIII, a Fundação Casa Popular, a Cruzada São Sebastião e o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), sem aludir às medidas de melhorias desses lugares, tendo como exemplo o Serviço de Recuperação de Favelas – todas com vistas a controlar seus moradores (BRUM, 2012; VALLADARES, 1978).

Esses organismos agiram em duas frentes ambíguas: *i*) Remoção – com a eliminação de algumas favelas, seus moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais⁴⁰, construídos nas periferias distantes, entre os anos de 1962 a 1965 (Cidade de Deus, Vilas Kennedy, Aliança e Esperança); *ii*) Urbanização das favelas – algumas receberam melhorias urbanas, como acesso ao serviço de iluminação elétrica, de água e esgoto, por exemplo (BURGOS, 2006; SLOB, 2012; VALLADARES, 1978).

Tais conjuntos habitacionais foram construídos pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB). Esta, por sua vez, foi criada em 1962 e com ela tem-se o início de uma política de remoção com impactos tanto no nível local quanto nacional e configuram uma experiência embrionária dos conjuntos habitacionais elaborados pela COHAB⁴¹ (SLOB, 2012; VALLADARES, 1978).

⁴⁰ A decisão de construir conjuntos habitacionais fora influenciada por um pensamento que passava a predominar nas mentes de alguns intelectuais, desde o início do século XX. Estes faziam uma leitura da cidade por uma perspectiva do planejamento e da racionalização, como o arquiteto Le Corbusier que defendia que a cidade deveria se organizar em torno das diversas funções da vida, como a moradia, o trabalho e o lazer. Os conjuntos inserem-se dentro dessa lógica de funcionalidade, como também a ideia de que o Estado deve assegurar o direito à moradia com dignidade aos seus, sobretudo aos mais pobres (BRUM, 2012).

⁴¹ A COHAB-GB foi fundada na gestão do governador Carlos Lacerda (1961/1965). Este, aliás, foi figura política que atuou fortemente na execução das remoções das favelas. Carlos Lacerda está para as remoções da mesma maneira que o prefeito Pereira Passos está para as Reformas Urbanas do início do século XX.

A balança política passou a pesar a favor das ações das remoções, sobretudo após o Golpe de 1964. Este neutralizou o embrionário processo de participação e organização política dos favelados, instalou uma abrupta política de eliminação das favelas e rompeu com o processo de diálogo entre Estado e os moradores das favelas.

4.4 POLÍTICA DE REMOÇÃO E ESTIGMA DO FAVELADO NO REGIME AUTORITÁRIO (1960/70)

Nesta subseção pretendemos acentuar, mesmo que brevemente, a manipulação do estigma do favelado que acompanhara os moradores transferidos das favelas e inseridos em conjuntos populares, construídos pelo governo ditatorial nas décadas de 1960/70. A referência ao lugar de moradia repercutiu como uma marca desabonadora e extremamente negativa que norteou a relação entre esses moradores e os agentes públicos responsáveis pela política “remocionista”, o que arrefeceu o processo de redemocratização que havia se iniciado em 1946. Além, é claro, de tal referência nortear também as inter-relações sociais entre moradores dos conjuntos populares e os que moravam nas intermediações desses empreendimentos.

4.4.1 Política de remoção: a dura face repressora do Estado contra os favelados

Durante a década de 1960, por meio da remoção das favelas, o Estado executou uma forte política segregacionista com visíveis impactos na espacialidade urbana. Os favelados foram retirados de áreas consideradas privilegiadas, como o Centro e a Zona Sul, e colocados nas periferias que além de distantes da área central e de seus locais de trabalho, não contavam com serviços e equipamentos públicos, considerados vazios na periferia (BRUM, 2012).

A remoção das favelas encontrou no Golpe de 1964 um terreno fértil para sua dinamização. Para demonstrar seu poder e ao mesmo tempo desestabilizar qualquer ato

contrário a seus interesses, o Estado lançou mão de seu aparelho repressor, pondo soldados munidos de armas em contato com os moradores das favelas (BURGOS, 2006). Com isso, o Estado deixou explícito que a face exposta a essa população assumira contornos repressivos e tirânicos.

Instituições a serviço do Estado e que já trabalhavam junto aos favelados ampliaram seu papel controlador e alteraram suas ações e discursos, como exemplo, a Fundação Leão XIII passou a pautar sua ação numa leitura que recuperou os postulados de outrora em relação à favela, julgando-a “como o lugar do vício e da promiscuidade ‘refúgio de criminosos’” (BURGOS, 2006, p. 34).

As noções a respeito da favela foram recolocadas, retomaram-se as ideias de um lugar contaminado, impuro, um mal a ser limado. É o que expõe Parisse:

A cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública. Estas expressões encontram-se em todos os jornais, sob a pena de jornalistas, professores, intelectuais, quer eles expressem suas hostilidades à favela, ou declarem seus bons sentimentos, suas boas intenções (PARISSE, 1969, p. 16-17 *apud* VALLADARES, 1978, p. 22).

Rompeu-se um processo embrionário da identidade do favelado que vinha se costurando nos anos anteriores, como também foram sustadas as experiências de diálogo e de participação das representações políticas dos favelados que se davam através das associações de moradores. Sem contar que a favela voltou a ocupar o alvo explícito de uma política de extermínio, que encontrou apoio de boa parte da população.

Um exemplo da tônica autoritária ocorreu em janeiro de 1964 com a remoção da favela do Pasmado, situada numa área valorizada do Botafogo e com vistas para a paisagem da Baía da Guanabara. A eliminação dessa favela foi acompanhada pela força policial e por incêndios dos barracões, de modo que a mensagem por trás do ato estava clara – uma nova etapa se rompia (BRUM, 2012; BURGOS, 2006).

De acordo com Brum (2012), entre janeiro de 1964 e julho de 1965, 4.800 famílias foram retiradas de seus lares. A tabela abaixo identifica as remoções que ocorreram no ano de 1964. Dados da COHAB indicam que, durante a gestão Carlos Lacerda (1961/1965), 6.290 famílias foram retiradas das favelas de onde moravam.

Tabela 02 – Favelas removidas x famílias atingidas pelas remoções em

Favelas removidas integralmente	Quantidade de famílias Atingidas
Pasmado	911
Getúlio Vargas	113
Maria Angu	460
João Candido	665
Maneta	41
Vila do Sase	-
Favelas removidas parcialmente	Quantidade de famílias Atingidas
Conjunto São José	20
Macedo Sobrinho	14
Del Castilho	9
Marquês de São Vicente	32
Ladeira dos Funcionários	8
Total geral	2.273

Fonte: Brum (2012). Adaptações do autor.

Essa política “remocionista” fora acompanhada de um discurso “integrador” dos favelados, mas tal “inserção” ocorreria tão somente pela via da remoção. Tal visão recebeu aval da imprensa que tratou de dinamizá-la para a sociedade mais ampla. Pelos canais de comunicação, transmitiu-se “uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis” (VALLADARES, 1978, p. 33).

A eliminação da favela também interessava ao mercado imobiliário, pois seria necessário construir, em larga escala, moradias populares que atendessem aos removidos. Nessa conjuntura, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, com o objetivo de financiar a construção de moradias em nível nacional. O BNH passou a

receber, em 1967, parte dos créditos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir de 1968, quando o BNH passou a acessar esses créditos financeiros, a COHAB, contando com tais recursos, avolumou a construção de conjuntos habitacionais em todo o país (VALLADADES, 1978).

No período de 1966 a 1970, a COHAB financiou 75.226 unidades habitacionais somente no Rio de Janeiro. Conforme Valladares (1978) esses empreendimentos dinamizaram o setor imobiliário no Rio de Janeiro que buscou maximização dos lucros, por meio de construções em série. Como se tratava de moradia de baixo custo, o setor da construção civil fez uso de materiais de baixa qualidade, o que acabou por baratear ainda mais o empreendimento e ampliar o retorno financeiro. No que refere aos produtos em si, estes não demoraram a apresentar defeitos e precariedades em suas condições construtivas, como rachaduras e comprometimento estrutural, alguns foram condenados completamente⁴².

A utilização de materiais de baixa qualidade também tinha relação direta com o público a quem as moradias se destinavam, os moradores das favelas. Certamente o setor da construção buscava ampliar o retorno financeiro, e sabia que o produto até poderia apresentar falhas, uma vez que os seus destinatários, isto é, os que habitariam nesses empreendimentos, seriam pessoas consideradas, de acordo com a ideologia vigente, de “menor valor humano”. Em certa medida, a imagem deteriorada do favelado também pesou na qualidade do produto a eles direcionado.

Retomando a discussão, em 1968 acirrou-se ainda mais a política de remoção das favelas. Foi criada a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) com intuito de “ditar uma política única de favela, comum ao Governo Federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro: uma política de extermínio das favelas” (VALLADARES, 1978, p 29).

A CHISAM, por sua vez, interpretava a favela como uma deformidade no espaço urbano, cujos moradores eram alienados da sociedade justamente por não contar com uma habitação adequada. Esses moradores não poderiam usufruir de serviços públicos, pois

⁴² Valladares (1978) cita o exemplo do habitacional Manguinhos que, em 1972, apresentava comprometimento em sua estrutura; engenheiros acreditavam que não era possível salvar esse empreendimento. Apesar de a COHAB fiscalizar, ainda assim, era difícil controlar essa produção e mensurar sua qualidade.

não pagavam impostos. E por isso mesmo essas pessoas necessitavam de uma reabilitação de ordem social, moral, econômica e também sanitária. O remédio viria pela erradicação das favelas cujas famílias seriam transferidas para os conjuntos populares compulsoriamente (BURGOS, 2006; VALLADARES, 1978).

De acordo com Burgos (2006), o período das remoções das favelas, especialmente entre os anos de 1968 a 1975, demarca um dos momentos mais dramáticos e sangrentos da história do Estado brasileiro no que se refere à política de repressão e de exclusão.

Diversas organizações de moradores deixaram de representar os favelados e passaram a atuar em nome do Estado. Isso foi possível num cenário de terror impetrado nas favelas removidas, como também no aparelhamento das associações de moradores e pelo desaparecimento de líderes dessas associações. Ainda assim, muitas associações conseguiram fazer frente a essa política. Isso explica, por exemplo, a não eliminação de 52 favelas em bairros valorizados, como Copacabana e Tijuca (BURGOS, 2006).

Para Burgos (2006), a política de remoção começou a enfraquecer a partir de 1972, mas se esvaziou em 1975, isso porque o BNH deslocou a sua capacidade de investir para outro público-alvo, passando a atuar em projetos de financiamento de habitação voltados para as classes altas e médias. Uma das razões para a cessão da política “remocionista” seria o alcance do objetivo, a retirada dos favelados de áreas de grande interesse imobiliário.

Além disso, parece relevante supor que também a essa altura já não restava uma base organizativa consolidada dos moradores das favelas, de tal modo que assim justificava-se a suspensão da remoção. Da mesma maneira que ocorrera com líderes partidários e de sindicatos, os líderes das organizações das favelas também sofreram com as práticas de torturas e assassinatos levadas a cabo pelo sistema autoritário. Somam-se a isso o fato de que

a própria identidade coletiva dos excluídos, baseada na condição de *favelado*, parecia ter sido fragmentada pela presença de uma nova categoria de excluídos: o morador de conjunto habitacional. Nesse caso, entretanto, logo ficava evidente que a condição de habitante de uma casa equipada com infraestrutura oficial e cuja propriedade é formalmente reconhecida pelo poder público não basta para conferir um *status* diferenciado, ao menos no que se refere à sua cultura política. Até porque, aos poucos, esse novo espaço, ocupado por homens e mulheres oriundos de diversas favelas, vai sendo simbolicamente

reapropriado, dando lugar a novas identidades, **herdando das favelas não apenas sua sociabilidade**, mas também a mesma distância em relação ao Estado e à institucionalidade política (BURGOS, 2006, p. 38, grifo nosso).

A herança de favelado acompanhou os moradores dos conjuntos populares como uma marca desabonadora, um estigma que permeou as inter-relações sociais, quer sejam as mantidas com os agentes públicos quer sejam as estabelecidas com moradores dos bairros onde esses empreendimentos foram construídos.

Como exemplo, o Jornal do Brasil de 1979 expunha a matéria “Cruzada São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul”, e esse dado teria sido informado pela polícia. Nessa matéria, é possível fazer uma leitura a respeito das intempéries vividas pelos moradores do conjunto popular, cuja identidade fora forjada pela imagem deteriorada da favela. Esse conjunto habitacional aparece como um entrave aos bairros circunvizinhos; os moradores das classes médias, por exemplo, se queixavam da permanência desse tipo de moradia popular e atribuíam-lhe todos os problemas de ordem social, que julgavam ser alarmantes sem aparente solução (BRUM, 2012, p. 89).

De acordo com Brum (2012), a noção do estigma de favelado foi explorada ao máximo durante a execução da remoção. Esse fato viabilizou ao Estado a sistematização de tal política impetrada pelos organismos com alguma atribuição específica nas etapas dessas ações, desde a decisão de remover alguma favela à transferência para os conjuntos habitacionais.

O estudo de Linda Maria Gondim (1981) também revela a questão do estigma cujas ramificações atingiram técnicos e políticos responsáveis pela implementação de políticas de habitação popular no Rio de Janeiro. Sua análise abrange o período de 1962 a 1975 no qual constata que as práticas desses atores estavam eivadas de uma imagem pejorativa a respeito do favelado. Em seus discursos e práticas, justificavam a eliminação das favelas. A autora constatou ainda que as ações estatais se davam de cima para baixo, sem nenhum canal de participação ou garantia de continuidade.

A remoção das favelas era encarada como ação legítima, parte da reestruturação do sistema urbano, especificamente porque os favelados eram tidos como marginais, assim sendo facilmente descartáveis. Gondim (1981, p. 28) ressalta que, caso essa população fosse compreendida como trabalhadora, cidadã e detentora de direito, ela teria sido tratada de modo completamente diferente. Entretanto, encarada como marginais,

“não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular”.

As bases ideológicas das ações de agentes públicos responsáveis pelos programas de habitação popular, assim como as inter-relações sociais entre moradores dos conjuntos populares e os que residem em suas intermediações, não raramente são permeados por uma imagem deteriorada da favela. Essa construção perpassa o tempo e o espaço, expressando-se no cotidiano de nossas cidades. Resguardadas suas diferenciações regionais e processos históricos particulares, ainda assim observa-se que há uma concepção avessa e hostil ao habitat popular, sejam favelas, conjuntos habitacionais, loteamentos ou assentamentos.

A título de exemplo, vejamos a seguir alguns estudos que, direta ou indiretamente, trataram da questão das inter-relações sociais envolvendo diversos moradores, seja interna ou externa à moradia popular. Para isso, são feitas breves análises com base na teoria da figuração estabelecidos/outsidiers, de Norbert Elias (2000), na noção de desviante de Becker (2008) e pureza e perigo de Douglas (2014). Todas essas possíveis interpretações se complementam; não é demais informar que está implícita a noção de estigma que encontra respaldo teórico em Goffman (2008). No primeiro momento, centra-se na explicação da teoria elisiana e depois se explica a noção construída por Becker. A teoria de Douglas é brevemente apresentada, pois ela já foi mencionada num momento anterior desta seção.

4.5 POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES ANALÍTICAS A RESPEITO DAS INTER-RELAÇÕES SOCIAIS ENVOLVENDO HABITAÇÕES POPULARES

A teoria elaborada por Norbert Elias da *configuração estabelecidos-outsidiers* (2000) pode contribuir na explicação da trama social conflituosa envolvendo grupos sociais diferentes, como é o caso da que envolve, no mínimo, dois atores diversos, podendo ser moradores das habitações populares e os demais moradores circunvizinhos a esses empreendimentos estatais do habitat. Vale mencionar que a teoria emergiu de um estudo empírico realizado por Elias, que analisou as propriedades gerais das relações de

poder em uma pequena comunidade de trabalhadores numa periferia urbana na Inglaterra, na década de 1950.

O lugarejo recebeu o nome fictício de Winston Parva e estava subdividido em 3 zonas (bairros) distintas: na zona 1 residiam famílias com maior concentração de renda enquanto nas zonas 2 e 3 moravam os operários das fábricas locais e suas famílias. Estas duas últimas pareciam muito semelhantes em termos de padrão habitacional, nível educacional, trabalho, religião, origem étnica (cor/raça), etc. Entretanto, verificaram-se profundas diferenças entre uma e outra – os habitantes da zona 2 se sentiam imensamente superiores aos moradores da zona 3 e serravam fileiras contra estes.

Havia uma cisão entre esses grupos: os mais antigos moradores, considerados *estabelecidos*, residiam há mais tempo no bairro, constituíam os primeiros moradores; os outros que chegaram depois (indivíduos e famílias) considerados *outsiders*, eram alvo gratuito do estigma lançado pelos *estabelecidos*, e a eles se atribuíam todas as características de anomia, isto é, de caos social. Dessa maneira, eram responsabilizados pelas práticas delinquentes, de violência e de desintegração.

De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 65) os antigos residentes

[...] desenvolveram como arma uma ‘ideologia’, um sistema de atitudes e crenças que enfatizava e justificava sua própria superioridade, e que rotulava as pessoas do loteamento como sendo de categoria inferior. Construída em torno de alguns temas estereotipados, sua ideologia de *status* disseminou-se e foi mantida por um fluxo constante de fofocas, que se agarrava a qualquer acontecimento da ‘aldeia’ que pudesse ajudar a engrandecer a comunidade ‘aldeã’ e a qualquer acontecimento, entre as pessoas de outra zona, capaz de reforçar a imagem negativa do loteamento.

O mecanismo acionado para diferenciar o grupo dos melhores era tão somente o tempo de residência no lugar que funcionava como elemento de coesão grupal e, simultaneamente, definia a concentração de poder sobre o outro grupo. A exclusão e o estigma (humilhação e rejeição) atuavam como armas de poder usadas contra os novos residentes – por um lado preservava a identidade grupal, afirmando sua superioridade e, por outro, mantinha ‘os de fora’ em seu lugar.

A teoria está compreendida, de modo geral, na relação interdependente de dois ou mais grupos, apresentando um destes alto índice de coesão quando comparado aos demais. Essa integração diferencial do grupo lhe permite reservar ou destinar a seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado, reforçando sua coesão

e, ao mesmo tempo, impossibilitando tais posições aos membros dos demais grupos. Esses membros são julgados como pessoas de menor valor humano (dependendo do nível de concentração de poder os *estabelecidos* podem, inclusive, negar aos *outsiders* a participação da própria natureza humana, descartando-os como meras coisas). Tal situação aconteceu algumas vezes na História – a relação entre o colonizador e os ameríndios na América e a relação entre os nazistas e judeus na Alemanha.

Havia um tabu em torno das relações entre esses grupos interdependentes. Um dos principais elementos de controle social elaborado pelos *estabelecidos* era a fofoca, empregada em dois sentidos: uma para elogiar – destinada aos membros que cumpriam as normas e preceitos (fofoca elogiosa); e a outra para depreciar – lançada contra os que se tornaram suspeitos de transgressão (fofoca depreciativa).

A teoria *nobertiana* da figuração *estabelecidos-outsiders* possibilita esclarecer processos sociais amplos que ocorrem nas relações humanas, amplos no sentido de sua ocorrência ser perceptível por toda parte (universal). A essa teoria interessa compreender como os grupos sociais são capazes de “monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar membros de outro grupo muito semelhante, [...] e a maneira como isso é vivenciado nas “imagens de nós” de ambos os grupos, em suas autoimagens coletivas” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.13).

Nesse embate de forças, o grupo com maior concentração de poder tende a negar não somente a realização material aos *outsiders*, como também a lançar sobre estes um estigma grupal. Tal estigma está associado, quase sempre, a um tipo de fantasia elaborada coletivamente e cumpre a função de refletir e justificar o preconceito que os integrantes do grupo *estabelecido* sentem em relação aos *outsiders*.

Na imaginação do grupo *estabelecido*, o estigma social lançado contra os *outsiders* tende a se transformar em um estigma material, em uma coisa palpável, visível e inserida ou pela natureza ou pelos deuses. Tal “sinal físico serve de símbolo tangível de pretensa anomia do outro grupo, de seu valor humano inferior, de sua maldade intrínseca” (sic. p. 36); eximindo-se, desta maneira, de qualquer tipo de responsabilidade.

Em Winston Parva, a dimensão temporal era o principal diferencial acionado para distinguir os que pertenciam a um grupo e outro. Nesse lugarejo, famílias que atravessaram a linha do tempo juntas se reconheciam como pertencentes ao mesmo grupo

e compartilhavam códigos comuns, além de lembranças emocionais, sentimentos de apego e aversões, vínculos que surgem somente entre pessoas que experimentam processos grupais de longa duração. Sem considerar esse aspecto grupal não é possível compreender o uso do termo “nós” ao qual se referiam (os *estabelecidos*).

Analisaremos 4 exemplos de estudos concernentes às inter-relações sociais envolvendo moradores dos conjuntos populares e os que residem em seu entorno. Não se trata de submeter, a qualquer custo, as realidades empíricas analisadas nos estudos às teorias. Ao contrário, como teorias essas despontam como possibilidades interpretativas da realidade social, e não se busca um encaixe perfeito da teoria à realidade, mas sim num esforço analítico de compreensão da realidade, veremos que as teorias são aplicáveis em alguns aspectos e em outros não. Porém, são relevantes por lançar luz na trama das inter-relações humanas marcadas pela tensão.

Um exemplo da situação conflitante envolvendo moradores de conjuntos habitacionais no que diz respeito à manipulação do estigma do favelado, foi feita por Bart Slob (2002), que também analisou a situação do Conjunto Cruzada de São Sebastião, direcionado a 790 famílias removidas de uma extinta favela. De acordo com o autor, após a inauguração do conjunto habitacional, esse lugar passou a ser supostamente caracterizado como perigoso pelas famílias de classe média que moravam nas intermediações, chegando a ser considerado como uma “favela vertical”, situado numa área privilegiada da cidade do Rio de Janeiro.

O autor verificou que a trajetória social e histórica do grupo já se caracterizava por processos de expropriação, como incêndios que ocorreram na favela de onde eles provinham. O Conjunto Habitacional Cruzada, como ficou conhecido, é considerado como a última reminiscência de famílias pobres que vivem em conjuntos populares no bairro do Leblon. As famílias desse conjunto mantinham fortes inter-relações sociais com as favelas da Rocinha e Vidigal e bem menos com moradores de classe média que estão em seu entorno. Os moradores da “Cruzada” tendem a ocultar seus endereços de residência, isto porque há um atributo negativo, o que faz com que eles se esquivem de serem identificados como residentes da Cruzada. Mas, a sua forma de vestir, andar e falar acusava essa condição, uma vez que havia uma clara diferenciação entre moradores pertencentes à classe média e os que moram nos conjuntos e favelas próximas. Alguns

sinônimos lhe eram atribuídos como “favelado”, “gente sem formação”, “carente”, “humilde”, “pobre” etc.

De acordo com o autor, existia um estigma que prejudicava diretamente os moradores desse conjunto habitacional Cruzada. Esse estigma foi manipulado tanto pelos agentes de segurança pública, jornais locais, políticos, quanto pelos que moram nos arredores do conjunto popular. A manipulação do estigma levou o Conjunto Cruzada a ser comparado a “uma favela, um antro de marginais, um berço de pivetes, assaltantes e traficantes. Seus moradores, por conseguinte, são marcados como favelados” (SLOB, 2002, p.113).

A manipulação do estigma do favelado também ganhou expressividade nas inter-relações sociais envolvendo moradores da Cruzada e os que residiam na circunvizinhança. Estes últimos chegaram a agenciar diversas campanhas com vistas a remover a Cruzada do bairro. Em 1978, por exemplo, a “Sociedade dos Amigos da Lagoa Rodrigo de Freitas” promoveu uma campanha junto ao Governo na tentativa de eliminar esse conjunto habitacional do bairro. Eles argumentavam que os moradores do entorno da Lagoa estavam sendo alvo de assaltos constantes; o representante da associação expunha que era contraditório investir altos recursos com obras urbanísticas e, ao mesmo tempo, permitia que uma favela permanecesse no local (no caso o conjunto popular Cruzada).

O próprio Slob (2002) retoma uma noção de Howard Becker (2008), de desviante, para afirmar que não há *desviantes* isoladamente, estes sempre aparecem necessariamente atrelados a outros atores (indivíduos e grupos), os quais passam a ser acusados de violar, conscientes ou não, limites e/ou valores de certos padrões socioculturais do primeiro. Em última instância, o *desvio* refere-se a uma situação de embate – de um lado acusadores, e de outro, acusados.

O *desvio* é criado pelas próprias pessoas e isso ocorre quando se adotam regras. O *desvio* surge com o não cumprimento de tais normas, quem não observa esses preceitos é considerado um *desviante*, ou seja, são responsabilizados pela desordem ou desequilíbrio social.

Assim como não existe desvio sem a inter-relação com o outro (indivíduos/grupos), tampouco existe *estabelecidos* sem *outsiders*. Disto, conclui que, ao mesmo tempo em que determinada pessoa pode ser considerada *estabelecida* no seu grupo, ela também pode ser classificada como *outsiders* na relação com outros grupos. Isso também é válido para a realidade da habitação, a depender das inter-relações que determinado segmento social pode ser considerado um *estabelecido* ou um *outsider* no bairro onde está situado, isso vai depender do tipo de inter-relações que estão em jogo.

Uma terceira leitura complementar pode interpretar o *desviante* ou *outsider* como *impuro* ou *poluído*, oposto ao mundo ordenado (DOUGLAS, 2014). Assim como o desviante não é fixado isoladamente, segundo a teoria interpretativa *pureza e perigo*, de Douglas, também dependem das inter-relações sociais e a teoria é fixada nos opostos nomia/anomia.

No caso do Conjunto Cruzada, a configuração *estabelecido/outsider* aparece nitidamente, são *estabelecidos* os moradores externos ao conjunto habitacional e os *outsiders* (*desviantes e poluídos/impuros*) são os que residem nesse conjunto popular. Essa classificação também foi observada por Slob (2002). Nesse caso, o que faz com que os moradores do entorno ocupem a posição de *estabelecidos* não é o tempo de permanência no lugar, uma vez que os moradores do conjunto vivem a mais tempo no lugar. Antes, são as diferenciações provindas dos recursos econômicos, pois os *estabelecidos* contam com capacidades financeiras maiores das dos *outsiders*, e é neste ponto que reside a ideologia de superioridade.

Um segundo exemplo é o trabalho de Silva et al (2015), realizado no Bairro Cajueiro Seco, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. As autoras analisaram dois momentos distintos da intervenção estatal na questão da moradia, um na década de 1960 e a outra na de 2000, no município. O primeiro se concentrava numa produção pela autoconstrução e o outro pela construção de conjuntos habitacionais, mas tendo o fato em comum de se tratar de moradias populares. Para fins deste trabalho, nos deteremos tão somente no primeiro momento, ou seja, na década de 1960.

A implementação de uma política de habitação nas décadas de 1930-40, no Estado de Pernambuco, voltada aos operários, tinha ligação direta com o enfrentamento aos mocambos, que se multiplicavam rapidamente. Assim, foi criada a Liga Social contra

o Mocambo em 1939, que objetivava construir moradias higiênicas às classes de rendas mais baixas. A Liga Social assumia um papel de conjurar as mazelas da vida promíscua e da insalubridade que caracterizavam os mocambos. Ela foi substituída, em 1945, pelo Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), que consolidou mais fortemente o viés higienista, centrando-se nos sujeitos considerados desajustados, procurando embelezar e modernizar a cidade. Por sua vez, o SSCM funcionou até 1964, quando veio a ser substituído pela Companhia de Habitação Popular de Pernambuco (COHAB-PE) (SILVA et al, 2015).

Em 1962, o Parque Histórico do Monte dos Guararapes, localizado em Jaboatão dos Guararapes, foi ocupado por famílias provindas dos mais diversos lugares, motivados pela necessidade de moradia. Apesar de uma primeira intenção em manter essas famílias no local, o Governo do Estado de Pernambuco decidiu retirá-las e manter o Parque preservado. Um ano depois, as famílias foram removidas pelo SSCM, que implementou um projeto experimental no bairro de Cajueiro Seco. Esse projeto se estruturou na autoconstrução utilizando taipa, sob o aval técnico. O projeto não absorveu todas as famílias envolvidas. As remoções de famílias viabilizavam tão somente a habitação enquanto unidade e não contavam com equipamentos públicos, não se fazendo frente ao problema estrutural da habitação (SILVA et al, 2015).

As autoras constaram que após a transferência para as moradias, em Cajueiro Seco, essa população continuou em situação de pobreza e marcada pelo estigma. Este era reforçado, inclusive, nos jornais locais, como o Jornal Última Hora que divulgou a matéria “Mocambo lança ‘Bossa Nova’”, em outubro de 1963. Esse jornal emitiu opinião pejorativa a respeito da moradia popular, afirmando que o projeto Cajueiro Seco era uma tentativa de inibir o surgimento de outros lugares sem higiene e insalubres, como Brasília Teimosa, Cais de Areal, etc. A matéria deu vazão também às condições precárias das moradias do projeto piloto, mesmo sob a intervenção do Estado. A voz da imprensa local tratou de dinamizar uma imagem marginalizada dos moradores desse assentamento⁴³ (SILVA et al, 2015).

⁴³ A experiência de Cajueiro Seco também representou uma força organizativa por parte dos movimentos populares que pressionaram o Estado para implementar a política de habitação popular, quanto a isto não há o que se discutir, o que está se expondo são as concepções ideológicas que acompanham a questão da moradia popular.

A experiência de Pernambuco guarda certa semelhança com as já expostas do Rio de Janeiro, no que se referente à moradia popular. Apesar do recorte espacial ser diferente, observa-se uma tendência a hostilizar o habitat popular, independentemente de ser uma favela, um conjunto habitacional ou um assentamento. Essa é a máxima do estigma, a de desvalorizar o habitat popular, atribuindo-lhe toda a responsabilidade pelo caos social.

De modo geral, os moradores de Cajueiro Seco foram configurados na relação com outros segmentos sociais, como *desviante*, pois a eles se atribuíam a promiscuidade, a violência e pobreza, características da anomia. Eles também assumiram um papel de acusados, ou seja, aqueles segmentos que violam os padrões normativos. A situação dos moradores de Cajueiro Seco também pode ser lida à luz da teoria *pureza/perigo*, desenvolvida por Douglas (2014). Nessa interpretação, eles despontam como o lugar indesejado, sujo, avesso à ordem e o projeto passa a ser considerado impuro, pois representa algo indesejado.

O terceiro exemplo também é de Pernambuco, no Recife. Trata-se do estudo recente realizado por Marta Pordeus (2006), que buscou mensurar a qualidade de vida e de liberdade, após a transferência em 2004, de famílias que residiam em duas favelas situadas à margem do Rio Capibaribe – José de Holanda e Arlindo Gouveia – removidas para o Conjunto Habitacional da Torre. Para além dos resultados da pesquisa, a autora verificou que há uma diferenciação entre moradores provindos das duas favelas. Os que vieram da favela José de Holanda se sentiam melhores que os da favela Arlindo Gouveia. Os desta última se caracterizavam por uma situação de maior pobreza e precariedade. Esse sentimento fez surgir uma relação interna conflitante, o que acabou por ser mais um empecilho à integração dos dois segmentos sociais. Há de se destacar a não homogeneidade de moradores oriundos de situações similares, no caso a moradia popular.

Os moradores que vieram da favela José de Holanda acusavam o segmento da Arlindo Gouveia pela existência expressiva de marginais. Entretanto, tais marginais pareciam sofrer uma “expulsão branca”, isto porque no conjunto habitacional eles ficavam mais expostos, podendo ser identificados com mais facilidade (PORDEUS, 2006).

A autora observou também que os moradores do Conjunto da Torre passaram a manter uma tensa relação com os residentes externos a esse empreendimento habitacional, sobretudo com os que residiam na Vila Santa Luzia, conjunto habitacional popular onde seus moradores também provinham ou da Favela Santa Luzia ou de palafitas. Os moradores da Vila Santa Luiza passaram a rotular os do Conjunto da Torre como “Conjunto Carandiru”, uma referência explicitamente pejorativa (PORDEUS, 2006). Essa configuração acabou por prejudicar a inserção desses moradores no bairro.

Nota-se que os conflitos sociais também recorreram à manipulação do estigma do favelado. É interessante observar que esse recurso acusador foi acessado por segmentos sociais semelhantes enquanto origem social, provindos de habitações populares, mas diferentes no que se refere ao lugar de moradia e organização social. A manipulação do estigma por parte de segmentos sociais, que em tese, também são caracterizados como favelados pela sociedade mais ampla, figura uma relação desigual e fragmentada internamente.

Considerando essa configuração, pode-se afirmar que do ponto de vista do bairro, tanto os moradores do Conjunto Habitacional da Torre (constituído por dois segmentos diferentes), quanto os moradores da Vila Santa Luzia (moradia popular) podem ser considerados como *desviantes*, pois assumem um papel de violadores de padrões sociais de classe média, que tende a ver no habitat popular símbolo da violação de regras sociais.

Já na relação interna do Conjunto da Torre, os que vieram da favela José de Holanda assumem o papel de acusadores e os da favela Arlindo Gouveia o de acusados ou *desviantes*. Os moradores que vieram da favela Jose de Holanda se sentem distintos do outro segmento, se viam como melhores (*estabelecidos*), pois os que vieram da outra favela (Arlindo Gouveia – *outsiders*) se encontravam numa situação econômica mais precária, chegando a ser responsabilizados pela violência no Conjunto Habitacional da Torre. A pior situação econômica dos grupos assumiu elemento de apartação entre ambos, sem mencionar outros fatores.

No que se refere à relação entre moradores do Conjunto Habitacional da Torre e os moradores da Vila Santa Luzia, também vem marcada por tensões. Os moradores da Vila assumem o papel de acusador e se empenham em atacar os moradores do Conjunto

da Torre. Nessa inter-relação, os que moram no Conjunto da Torre assumem o papel de acusados, considerados, portanto, *desviantes*, ou seja, são os responsáveis pela violência, a imagem propagada é de um lugar da violência comparando o Conjunto à antiga prisão Carandiru, em São Paulo (marca de impureza). Diversas imagens podem ser manipuladas, a partir dessa imagem, como a moradia de bandidos, por exemplo.

O quarto e último exemplo provém de um estudo realizado em Manaus, no Amazonas, de Vlândia Heimbecker (2014). A autora procurou analisar a produção estatal do habitat entre os anos de 1943 e 1975. Dentre outros resultados, a pesquisa apontou que a produção da moradia estatal no período, especialmente a destinada às famílias pobres, se estruturou num discurso saneador e modernizador, bastante semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro.

Os primeiros conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro foram construídos na década de 1960. Foi, sobretudo, a partir da construção de conjuntos habitacionais e produção de casas populares, com a colaboração de cooperativas de habitação, que o Estado procurou alargar o campo de controle sobre a espacialidade urbana também no Amazonas. Nesse contexto, o discurso estatal atacou mais diretamente a tradicional moradia popular – situada em áreas alagadas, à margem de rios, cuja tipologia emprega madeira e cobertas de palhas. O discurso estatal valera-se de pressupostos higienistas/sanitaristas para condenar a moradia popular, considerada antro de promiscuidade e de doenças, passando a denominá-las de “favelas aquáticas” “conjunto de mocambos” “foco real de epidemia” etc. Ao mesmo tempo, o discurso elegeu como solução os conjuntos populares, como resposta ao problema de saúde e segurança pública. A remoção de famílias das áreas alagadas para os novos conjuntos habitacionais não alcançou em sua totalidade. A produção estatal do habitat atendeu, sobretudo, uma classe média em processo de ascensão e não demorou para que as diferenciações sociais aparecessem, por meio da alteração da própria construção edificada (HEIMBECKER, 2014).

A autora não chega a mencionar as diferenças expressas nas inter-relações sociais entre esses moradores díspares, mas não é demais supor que tais diferenças se estabeleceram sobre uma base conflituosa, uma vez que circulava uma imagem deteriorada da moradia popular, fator suficiente para o surgimento de uma relação desigual e desarmônica, sem mencionar as diferenciações de ordem econômica.

Com a remoção das áreas alagadas, muitas dessas famílias passaram a morar nos bairros que já existiam ou ainda em bairros novos, algumas se instalaram em loteamentos organizados pelo poder público e boa parte dessa população passou para outros espaços da cidade onde tiveram que lidar com o estigma de marginalizado, que os associava à imagem da favela (HEIMBECKER, 2014).

Da mesma maneira que as anteriores, a moradia dos pobres desponta, ante as inter-relações mais amplas que ocorrem no bairro e com outras áreas da cidade, como um lugar impuro, o lugar para onde são direcionadas as acusações, podendo ser considerada, também, como *desviante*. “Lugar da promiscuidade, da violência e da pobreza” foram acusações lançadas para identificar a moradia popular associada diretamente à anomia. A manipulação do estigma aparece reatualizada no contexto local e o termo “favelas aquáticas” expressa bastante bem essa questão. Fez-se uso do termo favela, que surgiu no Rio de Janeiro e que, em seguida, foi transferido para todas as situações do habitat popular em região marcada pela influência das marés.

Nos quatro casos elencados, a manipulação do estigma do favelado se faz presente como uma marca desabonadora, podendo ser utilizada de acordo com as capacidades de acessar as fontes de poder e da coesão grupal. Vimos que a situação desviante depende das normas estabelecidas de acordos com princípios sociais e culturais. A noção de *desviante* é uma categoria flexível, pois elas se reconfiguram de acordo com os jogos relacionais das pessoas e dos grupos envolvidos. A concepção hostil à moradia popular vai para além do tempo e do espaço, podendo ser observada no cotidiano das cidades brasileiras.

5 CIDADE E HABITAÇÃO POPULAR: UM SOBREVIVO NA HISTÓRIA DE MACAPÁ

Nesta seção pretende-se esboçar um desenho panorâmico a respeito do contexto de criação do Território Federal do Amapá (TFA) a partir da década de 1940, considerando sua organização política administrativa e a ação do Estado no planejamento e gestão do espaço urbano⁴⁴. Almeja-se relacionar tal processo histórico ao surgimento de espacialidades e segmentos diversos, como a origem do Bairro do Beírol e seus primeiros moradores e a reminiscência dos moradores do CHM.

5.1 AMAPÁ/MACAPÁ: O GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E A MORADIA POPULAR

O Amapá, assim como a Amazônia em geral, acumula em seu processo histórico, múltiplas experiências de dominação e exploração de seus recursos naturais. A título de exemplo, basta mencionar que no final do século XIX esse território motivou uma situação de litígio internacional envolvendo Portugal (posteriormente o Brasil) e a França, conhecido como *Contestado Franco-Brasileiro*, no qual ambas as nações reivindicavam o domínio sob essa região. Tal conflito somente foi resolvido em dezembro de 1900, com a assinatura do Laudo Suíço, que reconheceu o direito do Brasil sob a área contestada. Desde então, esse quinhão foi incorporado ao estado do Pará (CARDOSO, 2008).

Na Amazônia, predominam dois padrões de ocupação antrópica: *i) o que ocorre à margem de rios* – caracterizado como o mais tradicional, sua lógica se associa às necessidades de subsistência e de produção das atividades econômicas de cunho extrativistas. Seu êxito se deu enquanto tais lugares funcionavam como entreposto de comércio. Esse tipo de ocupação deu origem à maioria das cidades localizadas à margem de rios, que acabaram por atrair infraestrutura, bens e serviços; *ii) o que ocorre com o*

⁴⁴ Vale mencionar outro marco interessante relacionado à elevação do Amapá à categoria de uma unidade da federação, ocorrida em 1988.

surgimento de rodovias – o aparecimento das rodovias induziu uma nova lógica de ocupação, em detrimento da tradicional, substituindo os rios pelo uso do solo como meio de escoamento produtivo. Esse tipo de ocupação suscitou uma reestruturação da rede urbana, alterando substancialmente a organização do espaço na Amazônia (LIMA et al, 2006).

No caso específico do Amapá, a ocupação do solo ocorreu de acordo com a lógica tradicional, suas principais cidades como Macapá, Santana e Mazagão surgiram à margem de rios, as duas primeiras margeando o Amazonas e a última as beiras do Mutuacá.

A título de exemplo, durante os séculos XVII e XVIII, Portugal ensaiou desenhar um ambicioso projeto de produção agrícola para a região do delta do Amazonas, segundo o qual Macapá e Mazagão ocuparam destaque na projeção de um celeiro de cultivo de algodão e arroz. O projeto serviria a dois propósitos, o primeiro de integração econômica, por meio da exploração da agricultura; e o segundo de defesa da região do Cabo Norte (MARIN, 2005).

O enfoque deste trabalho se situa a partir da criação do TFA, na década de 1940, ocasião em que o Amapá foi desmembrado do Estado do Pará e passou a agir com autonomia. A escolha por tal recorte temporal se faz em razão do surgimento da estruturação política e administrativa ocorrida a partir da criação do TFA, com impactos na organização socioespacial das cidades amapaenses, com destaque para Macapá.

O TFA, criado em 1943⁴⁵, teve seus limites demarcados a Noroeste e a Norte com a Guiana Holandesa e Guiana Francesa; a Leste e Nordeste com o Atlântico; a Sudeste e Sul com o Canal do Norte e o braço norte do Rio Amazonas, até a foz do Rio Jarí; e, a Sudoeste e a Oeste com o Rio Jarí, percorrendo a foz desse rio até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque (BRASIL, 1943).

⁴⁵ Os territórios federais do Amapá (desmembrado do Pará), do Rio Branco (desmembrado do Amazonas), do Guaporé (desmembrado de Mato Grosso), de Ponta Porã (desmembrado do Paraná) e do Iguassú (desmembrado de Santa Catarina) foram criados pelo Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13/09/1943, para atender à necessidade de ocupação, defesa das regiões fronteiriças e exploração econômica (BRASIL, 1943).

O então presidente da República, Getúlio Vargas, nomeou Janary Gentil Nunes, capitão do exército, como governador do Amapá⁴⁶. A capital do TFA era o município do Amapá (localizado na mesorregião Norte). Entretanto, quando Janary Nunes se transferiu para o TFA, em 1944, ele se alojou em Macapá (localizada na mesorregião Sul) e não na capital. De acordo com Fernando Santos (2006), isso induziu mudanças significativas, o TFA parecia possuir duas capitais – uma de direito (Amapá) e a outra de fato (Macapá). Tal situação foi resolvida ainda em maio de 1944, quando Macapá passou a ser a capital também de direito.

No momento em que Janary Nunes fixou residência no Amapá, Macapá apresentava um quadro de despovoação, motivada pelo esgotamento do ciclo da borracha da Amazônia⁴⁷. Em 1944, por exemplo, havia uma população modesta de 1.286 habitantes; já no censo demográfico de 1940, foram registrados 1.936 residentes.

O lugarejo não dispunha de serviços básicos, como tratamento de água, esgoto e de iluminação elétrica. Além disso, parte da população local recebeu o novo governador com certa estranheza, pois a experiência com administração pública do Pará não era animadora. O governo paraense tratava com descaso as problemáticas urbanas de Macapá e a usava como uma “zona de castigo” para penalizar políticos que se envolviam em alguma situação conflituosa com o aparelho estatal, transferindo-os compulsoriamente para esta cidade (SANTOS, 2006).

⁴⁶ No caso do Amapá, havia dois candidatos ao cargo, Janary Gentil Nunes e Emanuel de Almeida de Moraes – ambos, capitães do exército. O presidente Vargas optou por Janary e justificou a escolha, este apresentava experiência, pois já atuava na região Norte. Janary nasceu em Alenquer, no Pará, em 1912. Adentrou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, aos 18 anos. A gestão governamental de Janary iniciou em janeiro de 1944 e se estendeu a fevereiro de 1956. Para maiores informações consultar Santos (2006) e Lobato (2015).

⁴⁷ De acordo com Adélia Oliveira (1988), a indústria da borracha provocou mudanças significativas no espaço Amazônico. A exploração gomífera deu início a um processo de descaracterização da população local. Substituiu-se a mão-de-obra indígena pela do imigrante, a maioria provinda do Nordeste. Estima-se que durante os anos de 1872 a 1910 mais de 300 mil imigrantes nordestinos trabalharam nos seringais. Entre os anos de 1900 e 1910 tanto a borracha quanto o café eram as bases da economia brasileira. Em 1910, a economia da borracha representou 40% dos produtos exportados, compartilhando a mesma marca da do café. Houve um aumento da densidade demográfica, mas após o arrefecimento econômico desse produto, tal densidade desacelerou. Entre os anos de 1911 e 1914 o Brasil começou a perder espaço na economia da borracha, após a entrada do plantio racional ocorrido no Oriente. No fim da Primeira Guerra, um novo movimento se iniciou – o retorno dos imigrantes nordestinos para suas cidades natais, provocando uma diminuição populacional na Amazônia. Além disso, “essa diminuição populacional foi acompanhada de prejuízos diversos, como falência de casas aviadoras, fechamento de seringais e outros” (OLIVEIRA, 1988, p. 102).

O Governo Central lançou um programa de organização e de desenvolvimento a ser executado nos recém-criados territórios federais. O *slogan* de tal programa traz expresso o desejo de inserir esses lugares numa trajetória econômica, sem mencionar a sua carga ideológica por trás do “Sanear, Educar e Povoar” (SANTOS, 2006).

De acordo com Maura Leal, no caso do Amapá, o governo local tinha a incumbência de integrar esse projeto nacional por meio “da recuperação do homem amapaense, transformando-o em um cidadão novo, dotado de ‘espírito nacional’, capaz de contribuir no desenvolvimento econômico do país” (LEAL, 2009, p. 268-269).

Para implementar tal programa e ao mesmo tempo conquistar a aderência dos amapaenses à maneira autocrática de governar, Janary Nunes adotou mecanismos ideológicos que se pautavam numa retórica de caráter apologética, emotiva e ufanista (SANTOS, 2006).

O governador local passou a enaltecer o típico homem amapaense, que mesmo se deparando “com uma realidade distante do padrão civilizatório das metrópoles brasileiras, encontra nas terras amazônicas o ‘tipo puro de brasileiro’ suscetível a ser transformado no ‘verdadeiro homem nacional’” (LEAL, 2009, p. 276).

O discurso governamental endossava elogios às terras amapaenses e as suas riquezas, mas que se encontravam adormecidas, carecendo de alguém capaz de salvá-las da inércia e pô-las na direção do desenvolvimento. O governador Janary Nunes se colocava como alguém com essas capacidades irradiadoras, alguém com força para retirar o Amapá duma situação considerada atrasada e decadente e conduzi-lo a um patamar de desenvolvido e de moderno, aos moldes dos grandes centros urbanos, para que assim fosse integrado ao resto do país. Era amplamente anunciado um futuro promissor e logo o passado de esquecimento chegaria ao fim (LEAL, 2009; SANTOS, 2006).

Para Sidney Lobato

O primeiro governador do Amapá Janary Gentil Nunes tentou a todo custo difundir entre os amapaenses uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos (LOBATO, 2013, p. 12).

A ideologia de nação getulista, aportada na ideia do “novo homem” encontrou desafios particulares, regionais e locais. No caso amapaense, se de um lado o caboclo⁴⁸ da Amazônia apareceu forjado à imagem de um tipo puro ou natural de brasileiro civilizado, por outro, os hábitos e modos de vida desses autóctones foram vistos como atrasados e patológicos, sendo necessário submetê-los a um processo de educação, de moralidade e de saneamento.

Tal fato é corroborado por Maura Leal (2009, p. 280), ao afirmar que o discurso do governo local que se centrava no “combate ao desperdício do capital humano como caminho para o desenvolvimento econômico, tornou-se a principal meta da administração janarista: ‘Tratá-lo, educá-lo, elevá-lo, enriquecê-lo’” – o que deveria ser objetivo de toda força motriz das atividades estatais.

Na retórica governamental a respeito do típico homem amapaense, o caboclo, tendia a oscilar entre duas imagens opostas e contraditórias, de um lado da balança esse homem se conformava a uma imagem ideal da ideologia apregoada por Vargas a respeito do “homem novo”. O homem local oferecia suas capacidades e bravuras para sobreviver ante as adversidades de uma natureza inóspita, era um representante autêntico de brasilidade, um exemplo de cidadão brasileiro forjado internamente, sem influência europeia. Do outro lado da balança, no entanto, o caboclo amapaense aparecia como o responsável pela sua má sorte, o seu modo de vida era a razão dos malogros e infortúnio, como doenças, pobreza/miséria e ignorância.

Ainda nesse discurso, o Amapá foi desenhado a partir de dois momentos, um anterior e outro posterior ao governo de Janary. Uma das falas emblemáticas a esse respeito foi esboçada pelo jornalista Orlando de Moraes para quem o período anterior à gestão do território se conformava da seguinte maneira:

Quem quisesse, nessa época, traçar um retrato fiel e verdadeiro do Amapá poderia fazê-lo, com facilidade, alinhando, a grosso modo, estas palavras: – águas, selvas, campos, savanas, pauis, miséria, endemias, ignorância, abandono, descrença, desesperança. E no meio desse quadro, dessorado pela

⁴⁸ Caboclo – o termo é aqui utilizado para se reportar a traços culturais e modos de vida distintos do modo de vida branca e urbana. O típico homem amazônico possui as “características de uma arquitetura distinta, os meios de transporte que usa seus instrumentos de trabalho, seu conhecimento e modo de manejar os recursos da floresta, seus hábitos alimentares, sua religiosidade, mitologia, sistema de parentesco e diversos maneirismos sociais expressam a existência de uma cultura cabocla” (LIMA, 1999, p. 13). Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar Boyer (1999), Lima (1999) e Rodrigues (2006).

miséria, corroído pelas verminoses, “marginando” de olhar perdido na distância, o caboclo, sofredor e estoico (MORAES, 2012, p. 30).

No período posterior, o governador assumiu um papel profético e de redenção, exorcizando os maus hábitos e doenças que impediam o desenvolvimento do Amapá e do amapaense. Na retórica, o mérito do governo local se sustentava na capacidade de ter feito imanar das matas da Amazônia uma civilização. Vejamos:

violando a selva, eles abriram caminhos largos para a civilização e para o progresso; subindo e descendo pequenos e gigantescos cursos de água, restabeleceram antigas vias de intercomunicação que o abandono secular apagara das cartas dos mareantes; cruzando desolados campos ou transpondo desertas savanas, lançaram as bases da recuperação dos minguaos e raquíticos rebanhos que, de longe em longe, os pontilhavam e que hoje se afirmam numerosos e melhorados; drenando e canalizando charcos, expulsaram a malária; reduziram as verminoses dando assistência médica, constante e real, à caboclada [...]. E onde havia ruínas construíram escolas; onde havia desolação e angústia levantaram hospitais e postos médicos; onde havia inércia implantaram ação; onde havia descrença reavivaram a fé; onde havia desespero fizeram reflorir a esperança (MORAES, 2012, p. 31).

Janary Nunes implementou uma gestão de governo caracterizada pela dicotomia, na qual discurso e prática não se conciliavam. As ações estatais tenderam a se conformar num exercício pontual e efêmero, em pouco alterando as estruturas relacionais de poder.

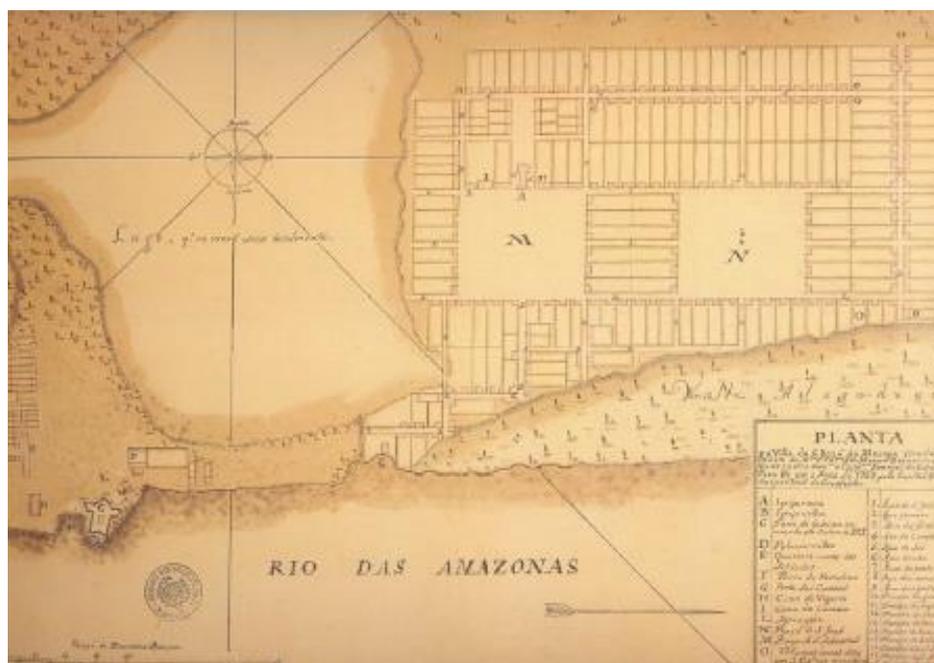
Como exemplo, nos primeiros anos de sua gestão, o governador estabeleceu relações com o coronelismo local, cooptando-os. Os coronéis Arlindo Eduardo Corrêa e Júlio Benício Pontes – figuras mais emblemáticas do referido modelo no local – se tornaram partidários de Janary Nunes. No Sul do Amapá, que era dominado pelo latifundiário coronel José Júlio de Andrade e Silva, cujas glebas ultrapassavam os limites do solo amapaense, abarcando parte das terras do Pará, o governador, ainda que reprovasse os excessos desse coronel, se absteve de agir nessa região, permanecendo inalterado o modelo tradicional do coronelismo. Anos mais tarde, em 1947, quando esse coronel foi convidado pelo governador a ir a Macapá, a relação entre ambos foi pautada na cordialidade e na cooperação (SANTOS, 2006).

Na cidade de Macapá, o governador agiu como um verdadeiro prefeito. Planejou e construiu infraestruturas com impactos na organização e gestão da cidade, bem como construiu prédios da administração pública, além de moradias para abrigar servidores públicos do alto escalão. Mas, por outro lado, sua gestão deixou claro, desde o início, que o tempo novo apregoado pela máquina pública, não incorporava a todos.

No início da década de 1940, Macapá era um pequeno núcleo urbano que se concentrava no entorno da praça da matriz (Igreja São José), na atual Praça Veiga Cabral; seus limites ao Norte não chegavam a ultrapassar o lugar onde hoje fica a Praça Barão do Rio Branco; já no sentido Sul era possível chegar, com muita dificuldade, ao antigo Igarapé da Fortaleza (a extinta Doca de Macapá), onde atualmente é o canal de esgoto, na Avenida Mendonça Junior; seus limites a leste beiravam o rio Amazonas e estendiam-se até a atual Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd e, no sentido oeste, seguia-se até o cemitério Nossa Senhora da Conceição (OLIVEIRA, 2013).

O traçado urbano de Macapá, em estilo tabuleiro de xadrez, projetado no século XVIII, fora conservado (figura 04). O projeto original do desenho urbano se preocupou com as medidas de “dez braços de largo por trinta de fundo, inserindo-se na maior escala do quadro hierárquico das proporções urbanas utilizadas no Brasil” (ARAÚJO, 1998, p. 151).

Figura 04 – Planta da Vila de São José de Macapá (1761).



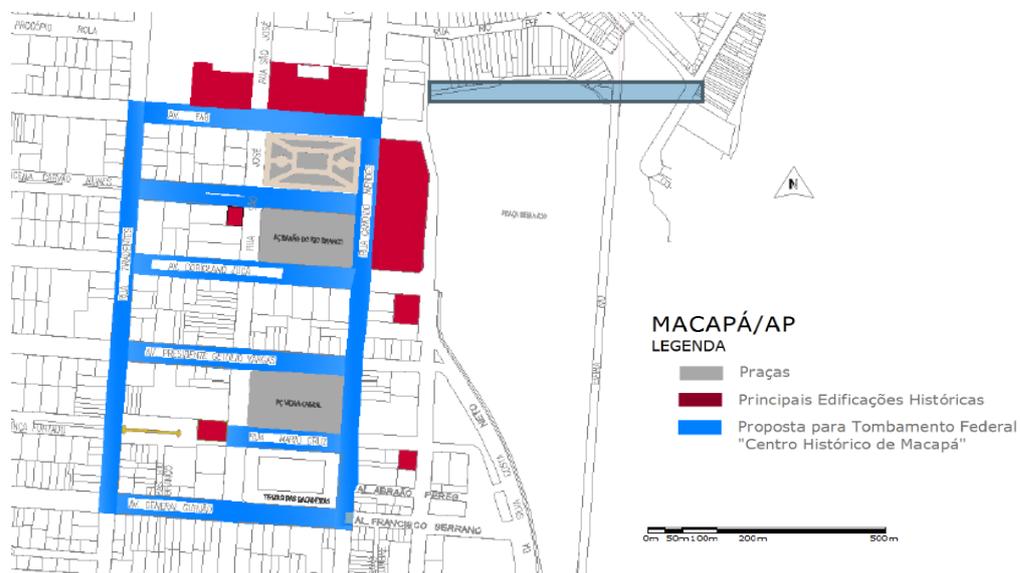
Fonte: Renata Araújo (1998, p. 165).

O projeto foi pensado pelos engenheiros Henrique Antônio Galuzi e Henrique Wikens, no ano de 1763. Eles desenharam avenidas largas e duas enormes praças (uma representada pela letra M – hoje Praça Veiga Cabral – e a outra representada pela letra N

– atual Praça Barão do Rio Branco). Ainda nessa projeção aparece o núcleo urbano e uma previsão para a sua expansão, fazendo distinção entre o núcleo central e as áreas periféricas (ARAÚJO, 1998; BRITO, 2014).

Antigos moradores desse núcleo urbano (figura 5), onde se concentrava toda a população local, o denominava de “Macapá Dante” ou “Macapá Antiga”⁴⁹. A “Macapá Dante” passou a ser epicentro das transformações promovidas pelo primeiro governo do Amapá. A partir da criação do TFA, na década de 1940, o tecido urbano e a composição social dessa Macapá de outrora foram alterados substancialmente.

Figura 05 – Delimitação da “Macapá Dante” – centro histórico da cidade.



Fonte: Jaqueline Brito (2014, p. 106).

Uma das primeiras ações de expropriação envolvendo a habitação popular aconteceu na “Macapá Antiga”. Na “Macapá Moderna”, anunciada pelo governo, não havia lugar no centro da cidade para moradia de famílias pobres, alterando-se gradativamente a composição social neste espaço de intervenção. O governador exigiu padronização das residências que deveriam ser construídas em alvenaria.

⁴⁹ Informação coletada durante a aula de campo da disciplina Etnologia da Amazônia, do Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A atividade foi conduzida pela professora Socorro Oliveira (2006). “Macapá Dante” tem o mesmo sentido semântico que “Macapá de Antes”, mas na sua forma contraída, isto é, aglutinada.

As moradias das Famílias negras se concentravam em dois lugares: *i)* por trás da Igreja São José, no lugar popularmente conhecido como “Beco do Formigueiro”; e, *ii)* no Largo de São João, atual Praça Barão do Rio Branco. A essas famílias pesou a ordem do governador, elas ou se adequariam às normas de melhoria das benfeitorias ou seriam remanejadas para áreas periféricas.

Para executar tal plano sem reprovação geral da população em questão, o governador tratou de cooptar uma das lideranças dos moradores das famílias negras, Julião Ramos, que persuadiu os seus a acatar tal determinação governamental. A liderança de Julião Ramos forjara-se por se destacar na condução da festa do Marabaixo⁵⁰. O plano do governador foi realizado em abril de 1944. Essas famílias negras foram desapropriadas da “Macapá Antiga” e remanejadas ou para a Favela⁵¹ ou para o Laguinho⁵², apesar de esta última se localizar nas adjacências do núcleo urbano. Ainda assim tais localidades estavam fora da cidade que se modernizava (SANTOS, 2006).

Conforme aponta Sidney Lobato (2015), o remanejamento dividiu o grupo familiar que passou a residir nesses lugares doados pelo governo. A transferência dessas famílias para outros lugares denota um processo de exclusão da cidade que se pretendia modernizar e das benesses advindas do território.

Esse fato histórico ainda é lembrando nos dias atuais e inspirou um dos mais conhecidos versos de ladrão do marabaixo⁵³ – “*Aonde tu vais rapaz por este caminho sozinho? Eu vou fazer minha morada lá nos campos do laguinho*”. O canto dos negros

⁵⁰ Marabaixo – é a mais tradicional manifestação popular de caráter religiosa e profana, celebrada por pessoas negras, remanescentes de quilombos no Amapá. O período da festa, que dura em torno de 60 dias, é conhecido como ciclo do marabaixo. O festejo é caracterizado pela dança e canto ao ritmo do tambor, saias longas e rodadas. Além disso, serve-se aos festeiros caldeirada e gengibirra, que é uma bebida alcoólica com gengibre, cravinho e açúcar. Para maiores informações consultar Oliveira (1999).

⁵¹ Favela – atual bairro de Santa Rita, situado na zona Sul da cidade. Na época o local também não contava com infraestrutura. Não é possível afirmar se tal nomenclatura fazia alguma referência à favela no Rio de Janeiro. O que se pode afirmar, sem dúvidas, é que inicialmente este lugar em Macapá figura-se como um lugar para abrigar famílias pobres.

⁵² Laguinho – atual bairro do Laguinho, circunvizinho ao bairro do Centro, situava-se nas bordas da cidade e não contava com a mínima infraestrutura. O lugar recebeu esta denominação porque o terreno ficava numa área baixa e inundável. Nessa área era possível fazer uso de águas límpidas para o uso domiciliar (LOBATO, 2015).

⁵³ Ladrão do marabaixo: são trovas populares ou músicas comumente de autoria dos próprios devotos. Sem dúvida o “Aonde tu vais rapaz”, de autoria de Luiz Gonzaga, é um dos mais conhecidos ladrões (música lançada em 1954). O ladrão tende a reproduzir fatos do cotidiano, quer seja referente às relações sociais, políticas e de trabalho, ou relacionada ao meio ambiente e ao mundo religioso (OLIVEIRA, 1999).

faz memória a um dos processos de segregação socioespacial mais emblemáticos da história amapaense.

Em pleno estadonovista, caracterizado pela cidadania regulada, portanto não universalizada, o direito à cidade e o direito à moradia só se realizavam a indivíduos e grupos que atendessem a certos padrões e exigências, seja no âmbito nacional ou local. No caso amapaense, a “Macapá Moderna” olvidou famílias pobres e suas moradias e se preparou para atender indivíduos e famílias de posição social mais elevada. Como aponta o ladrão do Marabaixo:

“As ruas de Macapá estão ficando um primor
Tem hospitais, tem escolas
Pros fios do trabalhado
**Mas as casas que são feitas
É só pra morar os doutô**”
(GONZAGA, 1954. Grifo nosso).

A “Macapá Moderna” se erguera sobre a “Macapá Antiga”. O solo que oferecia abrigo às famílias negras mudara de função, tornando-se a base irradiadora do governo do TFA, que edificou suas estruturas administrativas. A “Nova Macapá” tentara apagar a reminiscência da vida tradicional, expulsando famílias negras do núcleo urbano. Esse processo de expropriação guarda semelhanças com o que ocorreu no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, mesmo que os métodos tenham sido diferentes, mas os fins foram similares, ou seja, uma nova funcionalidade para a cidade que se pretendia modernizar.

O primor da “Macapá Moderna”, afincada no núcleo urbano, não se estendia a todos, menos ainda às habitações populares que espelhavam em sua tipologia (casas em madeira cobertas de palha) um modo tradicional de morar e viver do homem da Amazônia, com hábitos próprios enraizados nas culturas africana e indígena. Essas habitações, gradativamente, ficaram de fora da Nova Macapá, realizando-se marginalmente.

O lugar que abrigara famílias negras dentro do núcleo urbano passou a ter outra funcionalidade. A gestão governamental construiu prédios públicos, símbolos da presença estatal, como a Residência Oficial do Governador, Casas para Funcionários do TFA, o Palácio do Governo, escola e o Fórum.

Os hábitos e as tipologias habitacionais de boa parte dos moradores que permaneceram no núcleo urbano também causavam mal-estar aos gestores públicos amapaenses, mesmo porque emitiam sinais inversos ao que se queria empreender à margem esquerda do Rio Amazonas.

A presença do caboclo na cidade em nada agradava aos gestores públicos e passaram a ser responsabilizados por algumas problemáticas urbanas. É o que se verifica, por exemplo, em uma nota da prefeitura feita no “Jornal Amapá”, na sessão “A prefeitura e a solução dos problemas urbanos”, de março de 1950. De acordo com o articulista, o hábito de criar à solta diversos animais, como cachorro e porcos; descartar inadequadamente o lixo doméstico nas vias públicas ou nos barrancos; construir, reformar ou fazer qualquer reparo na habitação sem consultar a administração pública responsável para tal autorização; a displicência de ao menos pintar as casas, murá-las ou cercá-las e nem colocar calçadas nas frentes das suas residências – todas essas práticas motivaram a prefeitura a lançar uma campanha contrária a esses hábitos. E é aí que o articulista dispara:

É muito cedo, ainda, para exigirmos cooperação de uma coletividade que apenas acaba de emergir da vida sedentária de cidade do interior, por isso mesmo ainda não bastante madura para compreender o valor da cooperação. O que desejamos então é apenas compreensão para a solução de certos problemas urbanos (JORNAL AMAPA, 25/02/1950, p. 5).

Em seguida, voltou a mencionar o risco de se ter animais circulando livremente na cidade, como mordidas, chifradas ou escouceadas que podiam vitimar tanto criança quanto adulto. E reforçou ainda mais “O aspecto desagradável que oferecem as casas que não recebem pintura e que o terreno não é murado ou cercado com estilo e bom gosto”. Os que moram nas “ruas mais importantes da cidade” em nada providenciam para equacionar esses problemas, cabendo à prefeitura coibir tais práticas, por meio do policiamento (JORNAL AMAPA, 25/02/1950, p. 5).

Processos similares ocorreram no Rio de Janeiro no início do século XX, quando a então Capital Federal passou pela Reforma Urbana impetrada por Pereira Passos, conforme analisado na segunda seção. Além de atuar no tecido urbano, a prefeitura do Rio agiu no sentido de coibir hábitos, proibiu criar animais à solta nas ruas, bem como cuspir e urinar nas ruas.

No caso amapaense, também houve um esforço de disciplinar os moradores, sobretudo os caboclos, que permaneceram na “Macapá Moderna”. Estes deveriam se

adequar às regras e hábitos urbanos, deixando de lado antigos padrões de vida, considerados atrasados. Aliás, como mencionado em seções anteriores, o discurso da higienização se fundamentou no saneamento básico, em padrões de valor, de crença e comportamento apoiados em padrões científicos que valoravam a centralidade da cidade. O estabelecimento de comportamentos considerados certos e errados subjuga os modos de vida e os costumes populares e os consideram funestos e sem fundamentos. Por essas razões, deveriam ser reprimidos pela força policial.

Em consonância com essa análise, à luz das ideias de Mary Douglas (2014), a Macapá que se modernizava pode ser interpretada simbolicamente como o lugar da ordem, pois ela nascia de acordo com os padrões condizentes com a lógica funcional da cidade. Tudo que não atendia tal pressuposto fora julgado como desordem, sujeira e atrasado. O próprio modo de ser e de morar do caboclo amapaense passou a ser visto como ameaçador à cidade idealizada⁵⁴. A “Macapá Antiga” era a prova mais elementar de impureza, isto é, de uma coisa que não se podia se manter numa cidade que se pretendia civilizada, e por essa razão ela deveria sucumbir ante a nova ordem. E a nova ordem era ditada por dois atores, o Estado e a iniciativa privada que se tornaram os principais propagadores do discurso do novo tempo amapaense, com forte atuação em Macapá.

5.2 A INICIATIVA PRIVADA E O ESTADO: ARAUTOS DA NOVA MACAPÁ

Um segundo fator concorreu sobremaneira para alterar os rumos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais amapaenses – a descoberta de jazidas de manganês na Vila Serra do Navio (mesorregião Sul do Amapá). O minério, em expressiva qualidade e quantidade, foi descoberto em 1946 e o TFA tratou de criar condições favoráveis para a exploração do extrativismo mineral, isto sem mencionar que uma das

⁵⁴ As acusações foram direcionadas ao caboclo amapaense porque ele destoava do padrão civilizatório apregoado pelos agentes estatais. Numa interpretação com base em Becker (2008), pode-se afirmar que a imagem do caboclo foi hachurada como desviante exatamente por não atender aos preceitos estabelecidos como norma geral.

razões de o governo central criar os territórios federais se relacionava diretamente com a integração destes, por meio da exploração econômica, ao resto do Brasil.

Desta feita, o TFA elaborou diretrizes de cunho político e administrativo, construiu infraestrutura e incentivou o desenvolvimento da economia, com destaque para extrativismo mineral, fato que concorreu para a estruturação da econômica e organização do espaço amapaense (PORTO, 2015).

Os diversos investimentos ocorreram nos seguintes ramos empresariais e instalados em várias localidades:

Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), na Serra do Navio e a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), em Santana (1966); em Santana, foi instalada a empresa Bruynzeel Madeira S/A (BRUMASA) (1968). A produção do ouro no município de Amapá, no Distrito de Calçoene, continuava a levar contingentes de garimpeiros, incentivando a emancipação, deste último, em 1956 (PORTO, 1998, p. 118).

A exploração do manganês foi iniciada em 1957 e se estendeu até 1997, por meio da instalação empresarial promovida pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), o que projetou o TFA na economia global, “caracterizando a gênese da exploração de recursos minerais (manganês) em larga escala na Amazônia com tecnologia moderna” (PORTO, 2015, p. 24).

A Vila Serra do Navio, então pertencente a Macapá, onde ficavam as minas, passou a concentrar grande parte das intervenções do megaempreendimento, uma cidade na selva foi projetada, dotada de prédios residenciais e administrativos – tombada como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2010. No atual município de Santana, que na época era área de Macapá, foi construído o Porto de Santana com o objetivo de escoar o minério, além de receber suprimentos; e, também a linha férrea, interligando Santana à Serra do Navio, com 193,5 km de linhas principais e 13 km de linhas secundárias (DRUMMOND & PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2011).

No distrito de Santana, o TFA concedeu terras a ICOMI que construiu uma segunda vila operária, a Vila Amazonas. Os empreendimentos do Porto de Santana e da Vila Amazonas impulsionaram o crescimento demográfico e expansão da malha urbana (DRUMMOND & PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2011).

A cidade de Macapá passou a ocupar, no cenário local, uma posição de centralidade. O anúncio de um novo tempo, emitidos pelas intervenções públicas e privadas, atraiu trabalhadores e aventureiros em busca da sonhada inserção produtiva – que supostamente ocorreria por meio dos serviços públicos (obras construídas pelo TFA ou nos serviços ofertados por este) ou nos diversos empreendimentos privados, relacionados à exploração mineral.

O crescente fluxo migratório alterou substancialmente o cotidiano amapaense. Um dos principais impactos repercutiu na demografia e na expansão urbana, em especial a de Macapá. No censo de 1940, a cidade apresentou um quantitativo populacional de 1.936 habitantes, já em 1950, considerando somente Macapá Urbana, o número de moradores chegou à marca de 10.068 residentes, ou seja, no espaço de 10 anos a população cresceu quase seis vezes mais. Mas, não parou por aí, de acordo com o censo de 1970, havia nessa Macapá Urbana, 54.740 moradores e no censo de 1980 essa população urbana chegou a 93.132 habitantes (IBGE, CENSO, 1950 a 1980).

Como se constata, a população de Macapá cresceu aceleradamente o que impactou na expansão urbana. O êxodo rural, sobretudo de populações ribeirinhas provindas das mais diversas ilhas fluviais do Estado do Pará, cujo destino final se aportava na cidade de Macapá, provocou uma crise habitacional.

A cidade de Macapá, ainda na década de 1940, já sentia os efeitos desse impacto,

No relatório governamental de 1944, o déficit habitacional era apresentado como um dos problemas mais angustiosos e insistentes. O desafio era “receber e alojar funcionários, operários e trabalhadores, comerciantes que aportavam incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o Governo ergueu, quer nas casas particulares” (LOBATO, 2015, p. 119-120).

Segundo Sidney Lobato (2015), o governo do TFA construiu barracões coletivos para abrigar trabalhadores que chegavam à capital. Em abril de 1945, por exemplo, o governo inaugurou um enorme barracão denominado de “Hospedaria de Operários” localizada na Praça Capitão Assis de Vasconcelos, atual Praça Veiga Cabral. Com base no anúncio de um jornal da época, tais barracões possuíam intuito de ofertar moradias coletivas aos trabalhadores, dotadas de comodidade e higiene.

Há poucas informações a respeito dessas moradias provisórias, como tipologias, recursos empregados e rotina diária dentro de tais espaços coletivos. Mas, certamente elas atendiam a propósitos moralizadores, com vistas a alterar os hábitos dos trabalhadores caboclos.

Os “barracões operários” possuíam encarregados que eram representantes do governo local dentro das habitações coletivas. Dentre outras funções, eles articulavam e viabilizam encontros entre o governador e esses moradores. As visitas aos barracões, aliás, faziam parte da agenda do governador.

Em janeiro de 1950, por exemplo, o Jornal Amapá deu publicidade a um desses encontros. De acordo com a matéria, em atendimento a um convite realizado por um encarregado e pelos moradores do lugar, o governador visitou um dos barracões operários. Na ocasião, um grande volume de trabalhadores se fez presente. Janary Nunes exortou essa população a respeito do “problema da educação dos filhos dos operários, fator essencial na formação de qualquer povo”. E, para educar era necessário que os operários contribuíssem com esse processo, encaminhando seus filhos para a escola. No final do evento foi posta uma mesa farta de lanches aos que estavam presentes (AMAPÁ, 28/01/1950. p. 2).

No discurso governamental, os barracões substituiriam diversas habitações consideradas pardieiros, caracterizadas como sombrias e deploráveis, atentando contra a estética da cidade. Entretanto, na prática tais barracões não dispunham de mínimo de conforto. Além de que, as alternativas encontradas pelo governo do TFA não conseguiram fazer frente à necessidade de abrigar uma crescente demanda migratória que aportava em Macapá. Na prática, as casas consideradas pardieiros absorveram tal demanda, abrigando os recém-chegados à cidade (LOBATO, 2015).

As promessas de um tempo novo, anunciados pelo governo territorial e pelos empreendimentos privados de exploração de minérios, não se destinavam a todos, servindo-se de parte de mão de obra operária tão somente nas etapas iniciais de construções das infraestruturas públicas e privadas, e após isso, tornaram-se forças produtivas dispensáveis. O êxodo rural se sustentava no sonho de melhorar de vida, por meio da inserção produtiva adequada e acesso à educação formal para os filhos, além de

outros bens e serviços. A ideia difundida era que a cidade crescia e era momento de crescer com ela.

Uma vez chegados em Macapá, essas famílias, quase sempre, se depararam com uma realidade diferente da imaginada, pois elas não dispunham de requisitos necessários para serem inseridas adequadamente nem na gestão pública nem no negócio do minério, pois eram, na maioria, sem estudos formais e sem qualificação profissional. Tal população teve de elaborar suas respostas às mais diversas necessidades, inclusive as relacionadas à moradia.

5.3 CASAS DE MADEIRA X CASAS DE ALVENARIA: A MORADIA COMO SÍMBOLO DE TEMPOS PRETÉRITOS E MODERNOS EM MACAPÁ

A presença significativa de ribeirinhos na cidade de Macapá era incontestável, mas eles não eram a composição social que o governo do Amapá pretendia capitanear. Para suprir suas demandas por profissionais especializados, tanto o governo territorial quanto a ICOMI trouxeram trabalhadores de outras regiões do Brasil. No caso da ICOMI, estrangeiros também compunham o rol de profissionais do alto escalão que passaram a residir em Macapá (à época tanto a Serra do Navio quanto Santana pertenciam à capital).

Composições sociais tão díspares concorreram para o surgimento de espacialidades diferentes e desiguais no tecido urbano macapaense. No planejamento da cidade formal, famílias de baixa renda, cujas habitações eram consideradas de baixo padrão, foram direcionadas a ocupar bairros periféricos, como Santa Rita e Beiroi, entretanto, a demanda real por habitação extrapolou de longe as estratégias pensadas para a cidade⁵⁵. Isto sem mencionar que a aquisição de boa parte desses lotes estava condicionada a compra, a qual deveria ser negociada diretamente com a Prefeitura de

⁵⁵ Quatro instrumentos de Planejamento de Desenvolvimento Urbano foram elaborados para Macapá: Plano Urbanístico da Cidade de Macapá (1960); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (1973); Plano Urbano, Turismo e Arquitetura. H. J. COLE + Associados (1977) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2004). Além de um Termo de Referência para o Plano de Ação Imediata de Macapá (1971). Este trabalho não faz uso do atual Plano Diretor, no caso o de 2004, porque o propósito desta seção é perfazer uma trajetória histórica a respeito da habitação popular da cidade de Macapá. Por isso recorremos aos instrumentos de planejamento histórico, que serviram como base de análise.

Macapá. Assim, a maioria dos ribeirinhos que tentava a sorte em Macapá não conseguiu um lugar para morar na cidade formal, ficando de fora da cidade planejada. Para responder a tal necessidade, essa população, quase sempre, ocupou espontaneamente as bordas da cidade, nas proximidades de rios ou em terrenos alagadiços, como as áreas de ressacas⁵⁶.

Casas de madeira e cobertas de palha foram construídas sobre estaqueamento de madeira-palafitas; interligadas umas às outras por estivas, o que permitia certa mobilidade aos moradores. O tipo de assentamento humano descrito fora bastante comum na ocupação urbana na Amazônia, produzida por segmentos sociais mais pobres, podendo ser encontrados também nos dias atuais nas áreas baixas das cidades da Amazônia. As alterações construtivas são observadas na cobertura das moradias, no caso a palha cedeu à telha fibrocimento.

Para a gestão pública do TFA tais casas de madeira tornaram-se símbolos de uma natureza primitiva e atrasada, cujas características mais emblemáticas eram a desordem (pois prejudicavam a lógica da cidade formal) e a impureza (insalubridade e promiscuidade davam a tônica do julgamento a essas moradias indesejadas). As habitações populares foram encaradas como expressão da permanência de hábitos rudimentares que se contrapunham à vida urbana.

Às margens do Rio Amazonas apareceram diversos assentamentos espontâneos, como na Antiga Doca de Macapá, na Vacaria e no Elesbão (ver foto 06 referente a essa última). Uma quarta ocupação espontânea apareceu na área onde seria instalado o Porto de Macapá (atual Porto de Santana), denominada de Vila Cutaca. Essas ocupações foram caracterizadas pelos agentes públicos locais como “estrutura orgânica e caótica de alta densidade”. Além de serem consideradas antro de promiscuidade, também apresentavam sérios problemas de ordem social e de densidade (COLE, 1977, p. 17).

⁵⁶ Ressaca – termo regional utilizado para nomear um ecossistema específico da zona costeira do Estado do Amapá. Essas áreas são acopladas a terrenos quaternários que servem como reserva natural de água, que podem ser considerados como um complexo ecossistema peculiar. Além disso, elas sofrem influência das marés, através de uma entrelaçada rede de igarapés e canais, como também do ciclo de chuvas (sazonal) e terras caídas (NERY, 2004).

Figura 06 – Assentamento humano típico na Amazônia – Elesbão (Macapá).



Fonte: Museu da Imagem e Som/AP. Autoria: Olivar Cunha. Ano: 1969.

A localização dos assentamentos humanos às margens de rios se explica, em parte, pelo preço do lote urbano⁵⁷, o que impediu que essa população se inserisse na cidade formal. Como consequência, surgiu a cidade informal, uma cidade sobre as águas, uma espécie de protótipo do que se viveu antes do êxodo rural. Para essas populações o rio passou a ser símbolo integrador do caboclo na cidade.

Mas, as autoridades públicas do TFA condenaram tais ocupações espontâneas, e para isso fizeram uso de discursos ideológicos que já existiam contra a habitação popular – passaram a considerá-las favelas e, como tais, se caracterizavam pela promiscuidade, violência, insalubridade e informalidade.

Diversas intervenções urbanísticas foram realizadas no sentido de eliminar a existência dessas moradias do tecido da cidade. Na Revista “Amapá Realizações”, que divulgou as ações do governo do TFA, no quadriênio 1974–1978, por exemplo, apareceu

⁵⁷ A titularização dos lotes urbanos em Macapá só foi regularizada em 1978 (COLE, 1977).

a chamada “Erradicação das favelas”. Tratava-se de uma justificativa de remanejamento de 428 famílias que moravam na Vila Cutaca, em cujo local estava sendo construído o porto comercial de Macapá (atual Porto de Santana). Tais famílias foram remanejadas para um novo lugar periférico o que deu origem ao atual Bairro Nova Brasília (hoje pertencente a Santana). Remanejou também famílias do Elesbão (que ficava situado na frente de Macapá) para o Bairro de Santa Rita, contabilizando 73 moradias. De acordo com a revista, tais remanejamentos eram condizentes com o programa de erradicação de favelas implementada pelo governo (AMAPÁ REALIZAÇÕES, 1978).

Na prática, o lugar onde estavam as habitações populares passou a servir a uma nova funcionalidade. Onde ficava a Vila Cutaca, por exemplo, foi instalada a empresa BRUMASA. A inserção dessas famílias no tecido urbano ocorreu em áreas periféricas, com baixo valor fundiário. Eram distantes dos empreendimentos privados de modo que, em certa medida, explicava-se o aparecimento de tais ocupações espontâneas, pois era imperioso morar perto de possíveis lugares de trabalho e a construção do porto oferecia essa possibilidade de inserção produtiva, mesmo que informalmente.

Nota-se que concepções hostis elaboradas contra a habitação popular, no século XIX, se dinamizaram em tempos e espaços diferentes. A realidade do Rio de Janeiro referente à eliminação da favela passou a ser um padrão da política urbanística desejada para as mais diversas cidades brasileiras. Era um modelo certo a ser seguido, como uma fórmula para se chegar a tão desejada civilidade.

O governo do TFA não fugiu à regra e adotou uma política higienista, assumiu uma postura que negou os atores sociais locais, suas construções históricas e sua arquitetura vernacular. Adotou um padrão correto a ser seguido para delinear a cidade formal – um modelo organizacional da Macapá moderna e funcional, isto é, uma organização/ordem condizente com os anseios dos empreendimentos privados⁵⁸.

Por outro lado, trabalhadores de médio e alto padrão, adequadamente inseridos no mercado produtivo, usufruíram da cidade formal e das benesses do novo tempo apregoado tanto pelo poder público local quanto pelos empreendimentos privados. Até o

⁵⁸ Com vistas a viabilizar a tipologia das construções particulares e construir os prédios públicos o Governo do TFA instalou, ainda em 1944, uma rústica olaria que forneceu materiais de cerâmica, mármore e mosaico, todas fabricadas em Macapá (AMAPÁ, 13/09/1950).

ano de 1971, o TFA construiu 133 casas para abrigar servidores públicos; além disso, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) construiu 156 residências para os seus assegurados, que também eram servidores públicos (ver foto 07). O Exército Brasileiro, juntamente com o Banco da Amazônia (BASA), construiu um total de 20 casas para seus dirigentes locais. Já a iniciativa privada, representada pela ICOMI, construiu 313 casas na Vila Amazonas e 600 casas em Serra do Navio, à época ambos os locais pertencentes a Macapá. Totalizando, as obras públicas e privadas destinadas à moradia chegaram às cifras de 1.222 residências. Todas as casas eram em alvenaria – símbolo do novo tempo da Macapá Moderna (PLANO DE AÇÃO IMEDIATA DE MACAPÁ – PAIM, 1971).

Figura 07 – Vista panorâmica – Vila IPASE (Macapá).



Fonte: Blog Porta Retrato. Autoria: desconhecida. Ano: década de 1950.

Durante as décadas de 1960/70, Macapá expandiu ainda mais sua malha urbana, fazendo surgir novos bairros e conglomerados. Ao Sul, apareceu o Bairro do Trem e parte do Beírol, além de expandir a ocupação espontânea do Elesbão, caracterizada por moradias em palafitas; ao Norte consolidou-se o Laguiño enquanto bairro e o Igarapé das Mulheres (atual Bairro Perpétuo Socorro); houve uma expansão do Bairro Central juntamente com o de Santa Rita (antiga Favela). Alguns destes foram pensados para

absorver famílias de baixa renda, como é o caso do Laguinho, Santa Rita, Perpétuo Socorro e Beiril (PORTILHO, 2006; PAIM, 1971).

A cidade que se estruturava ergueu-se numa posição avessa ao modo de vida tradicional do caboclo da Amazônia, incluindo a tipologia construtiva das habitações populares, cujos materiais empregados eram de fácil acesso na floresta (madeiras e palhas).

As exigências construtivas, o preço dos lotes e a estrutura urbana, delineada nessa Macapá Moderna, sustou a possibilidade de a maioria dos operários, sobretudo migrantes ribeirinhos, erguerem suas moradias na cidade formal. No Plano Urbanístico da Cidade de Macapá (PUCM) (1960), por exemplo, sugeriu-se que no centro da cidade, entre as ruas Eliezer Levy e Marechal Rondon, fossem construídas somente casas de alto padrão. Para tanto, seria necessário obrigar “os proprietários destes lotes a construírem somente **casas de tijolos**” (1960, p. 21. *Grifo nosso*).

Se até no tecido urbano da cidade planejada apareciam, com frequência, casas vernaculares de palha e madeira, nas bordas da cidade aquelas passaram a ser regra, uma característica tipológica comum. Para o governo territorial, tanto as casas dessas populações como os seus hábitos deveriam ser readequados à cidade que se pretendia modernizar. Mas, o governo não conseguiu eliminar por completo a nova contradição do espaço macapaense.

Constata-se que o tipo de material empregado nas construções das casas muito incomodava o governo do TFA. Em diversos documentos oficiais da época aparece explícita essa questão, como no “Plano de Ação Imediata de Macapá (PAIM)” (1971), instrumento de planejamento da cidade. Ao se referir à situação habitacional de Macapá, considerou-a precária, pois a maior parte da população era de baixa renda e apontou que das 9.293 benfeitorias então existentes (destas excetuando as pertencentes ao governo), somente 15% eram em alvenaria. As demais eram habitações de madeira ou mista (madeira/alvenaria), cobertas de telhas ou de palhas.

No mesmo documento, sugeriu-se a remoção de casebres e prédios deteriorados de áreas consideradas nobres, como nas intermediações da Fortaleza de São José de Macapá e as circunvizinhas à Praça Veiga Cabral. Todos deveriam ser substituídos por

prédios que atendessem aos parâmetros construtivos. Além disso, justificou-se que a permanência dessas construções ameaçava o paisagismo e contrastava com a beleza de tais lugares (PAIM, 1971).

Da mesma forma, na área destinada ao comércio, o referido documento explicitava que ainda persistiam muitas construções – velhos casarões em madeira em péssimas condições – comerciais que foram consideradas vestígios do que era anterior à criação do TFA. Essa área deveria passar por uma revitalização de maneira a alterar a fisionomia do ambiente e sua paisagem (PAIM, 1971). Entende-se que parte da alteração dizia respeito à substituição de construções de madeira por alvenaria.

Vale mencionar que na cidade formal, a distribuição das habitações se organizou de acordo com os padrões socioeconômicos das famílias que passaram a ocupar os bairros de Macapá. Famílias com maiores condições financeiras estavam circunscritas

às vizinhanças do Palácio do Governo, abrangendo parte do Bairro Central e do Laguinho. Num nível intermediário ficam as áreas correspondentes ao Bairro do Trem e Jesus de Nazaré, enquanto que as áreas do Pacoval, Beírol e Buritizal abrigam as concentrações de padrão popular (PAIM, 1971, p. 80).

Um segundo documento, também de planejamento urbano, mas de 1977, fez uma breve descrição da maioria das moradias de Macapá, que estavam dispostas ao longo das vias, caracterizando-as como “sub-moradias, de madeira e coberta de palha, cavaco ou cerâmica de baixo padrão” (COLE, 1977, p. 17).

Para as elites governamentais macapaenses, tais características tipológicas indicavam não somente uma questão de precariedade habitacional, mas incorporavam em sua materialidade aquilo que não era desejado na Macapá Moderna. Os hábitos e as moradias do caboclo amapaense foram considerados atrasados, pois eles faziam recordar, a todo instante, uma paisagem interiorana, de um tempo pretérito. A casa de madeira e palha passou a ser símbolo de desordem, poluição e de desvio da norma. Na cidade formal, ordenada e organizada a partir de parâmetros modernizadores, a moradia popular do caboclo não deveria permanecer.

A seguir, debruçar-nos-emos, por um instante, na gênese do Bairro do Beírol e de seus primeiros moradores. A título de nota, o Beírol é onde está situado o CHM. No segundo momento, delinearemos a reminiscência dos moradores do CHM propriamente

dito. Veremos que, na origem, tanto os primeiros moradores do bairro quanto os moradores do CHM são de famílias de baixo padrão econômico. Entretanto, existe uma diferenciação elementar, qual seja, a maneira segundo a qual ocorreu a inserção dessas famílias no espaço urbano.

5.4 BEIROL: UM BAIRRO DE ORIGEM POPULAR NO TECIDO URBANO MACAPAENSE

Situado na zona Sul, o Beirol aparece pela primeira vez associado à Fortaleza de São José de Macapá. No final do século XIX, no lugar onde hoje é o bairro, havia uma muralha que podia ser avistada daquele forte, o topônimo provém daí. A muralha servia como alvo para os soldados que treinavam, fazendo uso dos canhões da Fortaleza. De acordo com a narrativa histórica, o terceiro vigário de Macapá, padre Gregório Álvares da Costa⁵⁹, era um excelente artilheiro e se destacava pelas habilidades com tais armamentos. O vigário era responsável pelas aulas de artilharia e de arte militar aos soldados da Fortaleza. As aulas práticas de tiro com os canhões eram realizadas em datas comemorativas, civis e religiosas onde os projéteis eram lançados na direção da referida muralha (RODRIGUES. S/D).

Com a instalação do Governo do TFA, o primeiro equipamento público construído em Macapá foi a Cadeia Pública, que inicialmente funcionou na área central. Anos mais tarde, possivelmente em atendimento ao PUCM (1960), a prisão foi retirada da área urbana e transferida para a área até então conhecida como Ressaca do Beirol. No mesmo documento, sugeriu-se também a construção, nesse mesmo lugar, de uma área militar que deveria situar-se distante do perímetro urbano, na faixa de conexão de Macapá com o Porto de Santana – ambas as benfeitorias foram instaladas no bairro.

A distância da Ressaca do Beirol em relação ao centro da cidade, em grande medida, também foi o principal argumento para deslocar o presídio para esse local que, anos mais tarde, se tornou uma penitenciária agrícola. O presídio passou a ser também

⁵⁹ O vigário foi transferido para Macapá em junho de 1800 com a missão de governar a paróquia de São José (TRIBUNA, 2015).

conhecido como Beirol de tal maneira que muitos passaram associar a origem do bairro a esse equipamento⁶⁰.

No referido Plano, há uma terceira sugestão de construção de equipamento nas proximidades dessa área – um manicômio – que deveria ser instalado também fora do perímetro urbano, na via de conexão entre Macapá e o Porto de Santana, em direção à Fazendinha (PUCM, 1960).

Dentre outros, o PAIM (1971) apontou para a necessidade de ampliação dos equipamentos de esgotos, condizentes com a expansão da cidade, já que esse serviço na época atendia somente a 10% dos domicílios. Seria necessário construir três estações elevatórias, além de uma lagoa de estabilização ou de oxidação – para esta cogitou-se o aproveitamento da Ressaca do Beirol. A proximidade com o perímetro urbano, o preço do terreno e a posição favorável às principais correntes de ar foram as principais justificativas da escolha do lugar para receber tal equipamento. Não foi feita sugestão de outros lugares para se instalar tais equipamentos. Na prática, nem o manicômio e nem a lagoa foram construídos⁶¹.

As sugestões para implantação desses serviços não se deram aleatoriamente, pois elas apontam para uma lógica de organização socioespacial, qual seja, a de concentrar serviços ou equipamentos públicos cujas atividades são consideradas de apoio à área mais valorizada da cidade, a área central.

Atividades de apoio ou secundária, instaladas nas adjacências da área central é uma das características do modelo de cidade moderna. Além disso, tal lógica de organização espacial também procura resolver outra questão mais premente, qual seja, impedir o contato entre diferentes segmentos sociais⁶². Conforme afirma Costa e Argulhes (2008),

⁶⁰ Décadas mais tarde o presídio foi retirado do Beirol e transferido para o Bairro Marabaixo.

⁶¹ Notam-se argumentos paradoxais de proximidade/distância do perímetro urbano para justificar a implantar determinado equipamento. A distância da então Ressaca Beirol em relação ao centro da cidade justificava a instalação da área militar e da Cadeia Pública; já a proximidade do Beirol em relação ao perímetro urbano justificava a instalação do equipamento de esgoto, bem como a construção do manicômio na área afeta ao Beirol.

⁶² Essa lógica está presente na organização socioespacial de outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG).

a proximidade entre pobres e ricos se constituía no paradoxo da cidade, sendo o principal elemento definidor da cidade moderna, em que ordem e desordem, confusão e certa lógica de funcionamento faziam a vida urbana se renovar na sua continuidade (COSTA & ARGULHES, 2008, p. 115).

De acordo com essa lógica, a depender de qual segmento social faz parte, o morador da cidade pode desfrutar adequada ou inadequadamente das benesses advindas do espaço urbano, ou pode ainda delas não usufruir. A ocupação de determinado solo, bem como a produção do habitat, passa a ser determinada pela condição social. Famílias abastadas tendem a se concentrar na área central, já as operárias são conduzidas às áreas periféricas, onde também se instalam atividades e serviços secundários ou de apoio ao mais importante solo urbano, o centro.

No primeiro Plano de Macapá, o Grunbilf (1960), por exemplo, a escolha de áreas urbanas relacionadas à ocupação do solo pelos mais diversos segmentos sociais não foi retratada com nitidez. No máximo, deixou indícios de que seria necessário pensar em áreas que os recebessem. Não obstante, explicitou que a área urbana mais bem valorizada, o centro da cidade, deveria ser ocupada por aqueles com mais recursos financeiros, implicando em produção de moradias de elevado padrão⁶³.

No PAIM (1971) foi descartada a possibilidade de instalação da lagoa de estabilização ou de oxidação de esgoto no Beírol porque o bairro apresentava acentuada expansão urbana. A esse respeito, apareceram esparsas ocupações ao norte, com ocupação da área de ressaca. Apesar de tudo, tal ocupação espontânea ainda poderia ser controlada, o que de fato ocorreu com o loteamento do bairro e a construção de obras públicas.

Os primeiros moradores do bairro chegaram por volta da década de 1960, representados por famílias de baixa renda que produziram habitações consideradas de baixo padrão. A maioria dessas famílias provinha das ilhas fluviais do Pará, que procuravam melhorias nas terras amapaenses e conseguiram inserção dentro da lógica de ocupação do espaço urbano.

⁶³ Foi no PDDU (1973) que se definiu a ocupação do solo por meio de zonas, sendo duas delas direcionadas à habitação – Zona de Alta Densidade e Zona Residencial de Média Densidade. A primeira compreendia o bairro central e parcialmente os bairros do Trem, Santa Rita e Laguinho. Já a segunda compreendia os bairros Beírol, Buritizal, Pacoval e Jacareacanga (atual Jesus de Nazaré). Observa-se que a Zona de Média Densidade, além de mais periférica também abarcava as habitações populares, de baixo padrão. De acordo com o planejamento, os bairros espelhariam as diferenciações sociais.

De acordo com a lógica de ocupação da cidade formal, a condição social, isto é, a situação de pobreza dessas famílias as habilitava a ocupar áreas periféricas. Tais áreas se realizavam como apêndice ao centro, a exemplo do Bairro do Beirol, onde foram instaladas a prisão e uma área militar. Além desses serviços, planejou-se instalar o manicômio e a lagoa de esgoto, apesar de não terem sido construídos. Em sua gênese, o Beirol se configura como um bairro popular, assim, serviços de apoio à área central poderiam ser instalados em seu tecido. Portanto, não é demais afirmar que esses mesmos serviços jamais chegaram a ser cogitados, menos ainda construídos no tecido urbano ocupado por segmentos sociais mais abastados.

Inseridas na cidade formal, por meio da aquisição de lotes, as primeiras famílias do bairro do Beirol puderam se fixar ao solo e elaborar suas moradias. Muitos desses moradores e seus descendentes permaneceram no bairro, o que denota seu enraizamento ao lugar e forte coesão grupal de famílias e vizinhos. Juntos, atravessaram a linha temporal, fato que guarda similaridade com o estudo realizado por Norbert Elias e Scotson (2000) em um pequeno vilarejo de trabalhadores na periferia da Inglaterra⁶⁴.

Com o passar do tempo, o Beirol perdeu a característica inicial de bairro popular. Sua tessitura urbana espelhava sinais de bairro nobre, atendidos pelos mais diversos equipamentos e serviços públicos, como água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, transporte público e uma malha viária que o conecta diretamente com a área central e a rodovia estadual, sem mencionar serviços relacionados à educação, saúde, segurança pública e lazer⁶⁵.

Este espaço urbano, que em sua gênese absorveu famílias consideradas de baixo padrão, também recebeu, em 2011, novos moradores provenientes da Baixada do Mucajá, que foram transferidos para o conjunto habitacional. A então Baixada do Mucajá foi extinta com a transferência das famílias para os apartamentos.

A Baixada do Mucajá situava-se no Bairro Santa Inês, mas circunvizinha ao Beirol, uma falésia os separava. A situação dessas famílias, inseridas no tecido urbano

⁶⁴ Por questões de sigilo, os autores deram nome fictício ao vilarejo, como também optaram por generalizar a localização, informando tão somente que se situa na periferia. Essa configuração social aparecerá na seção posterior.

⁶⁵ Trataremos dessas características mais especificamente na seção seguinte.

em processos múltiplos de expropriação, somente se alterou muito recentemente, com a transferência de famílias para os apartamentos, concretizando uma mudança da cidade informal para a formal.

5.5 REMINISCÊNCIA DOS MORADORES DO CHM: DO BARRACO NO BAIRRO SANTA INÊS AO CONJUNTO HABITACIONAL NO BAIRRO DO BEIROL

A maioria dos moradores do CHM provém do Bairro Santa Inês, localizado ao lado do Bairro Beírol e a separação entre um e outro se dá por meio de um marco natural, no caso, uma falésia. Na parte de cima, está o Beírol e, na parte baixa, o Santa Inês, que está mais próximo ao Rio Amazonas.

A gênese do bairro Santa Inês está diretamente relacionada ao dinamismo que havia no Igarapé da Antiga Doca da Fortaleza. Esse porto concentrava um forte fluxo de venda de mercadorias vindas de comunidades ribeirinhas, como peixe, pescado, farinha etc. Além disso, a circulação de pessoas também demandava outros serviços como hospedagem (hotel, estalagem, pensão etc.). Foi neste contexto que, por trás da Fortaleza surgiu uma ocupação espontânea denominada Vila ou Baixada Mucura – o termo fazia uma homenagem à senhora Maria Mucura, proprietária de uma pensão ou estalagem. Além de dona de pensão, ela também comercializava produtos *in natura* vindos do interior (PEREIRA et al, 2000).

Após a Baixada Mucura apareceram também outras ocupações espontâneas, como o Remanso e o Elesbão. Os dois juntos, serpenteados, constituíam um igarapé que se estendia até a margem do morro. Ribeirinhos passaram a fazer uso desse igarapé para guardar suas embarcações. O local foi considerado como insalubre e por isso condenado a desaparecer, como de fato ocorreu, pois se tratavam de ocupações espontâneas localizadas em áreas privilegiadas da cidade (PEREIRA et al, 2000).

Os moradores e descendentes do Mucajá moravam em uma dessas ocupações espontâneas, situada na frente da cidade, à margem do Rio Amazonas cuja origem-remete

à década de 1960. Sua composição social era formada por 33 famílias ribeirinhas provenientes da ilha fluvial do Marajó, Estado do Pará (PMM, 2012).

Durante década de 1980, a referida ocupação sofreu uma intervenção urbanística levada a cabo pelo poder público local, incentivado pelo mercado imobiliário. A intervenção acabou esfacelando o grupo e anulando tal ocupação das bordas da cidade. O governo local tratou de transferir o segmento para áreas periféricas: remanejou 40% dos moradores para uma nova área denominada de Coréia (atualmente bairro Nova Esperança – Zona Norte da cidade); 10% permaneceram em um local próximo e receberam casas populares (em madeira) e 50% foram classificados como agregados à família principal, por isso não receberam nenhum benefício. Eram pais, tios, sobrinhos, filhos com famílias etc.)⁶⁶, que ocuparam áreas nas bordas da cidade, originando outros assentamentos humanos, dentre os quais apareceu a Vila ou Baixada do Mucajá (PMM, 2012; PEREIRA et al, 2000).

Nesse período, o Bairro Santa Inês foi urbanizado e dispunha de uma reserva de mata ciliar

cuja mata era composta de tabocais, aturiás e um grande número de mucajazeiros, e existia um pequeno igarapé, que adentrava até a falésia (morro) e com o processo de meandração do Rio Amazonas, dos sedimentos ali depositados, foi originando uma área de terra com solo hidromorfo, sendo aproveitado para a cultura de subsistência, e com a vinda de novos migrantes e aproveitando o momento político, houve invasão em massa da referida área, que deu origem a Vila do Mucajá (PEREIRA et al, 2000, p. 25).

Os que passaram a residir na Baixada do Mucajá, na maioria, membros não aceitos como pertencentes à família principal, foram enquadrados como agregados e não se tornaram sequer uma preocupação para inserções em alguma política habitacional dos governos locais. Sendo assim, tornaram-se um segmento social descartável e passaram a residir na Baixada do Mucajá, cujo solo se caracterizava por acentuada declividade. Além disso, as moradias ficavam sujeitas tanto a inundações quanto a desabamentos no período chuvoso.

Constata-se que esse segmento social carrega em sua história diversas experiências de rompimentos, desde desenraizamento do lugar de origem à ruptura de

⁶⁶ Considera-se também que parte dos que receberam lote na Zona Norte da cidade não se adaptaram a esse local e retornaram a morar nos assentamentos espontâneos, próximos ao rio ou em áreas baixas (PEREIRA et al, 2000).

vínculos familiares e comunitários. Alijados da cidade formal, somente décadas mais tarde esse segmento social viria a ser lembrado pelo poder público local.

No ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Macapá conseguiu captar recursos financeiros provindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Ações de Habitação e Saneamento, do Governo Federal, para construção de habitação popular, com vistas a atender aos moradores de assentamentos considerados precários. Nesse contexto, a gestão municipal direcionou a produção estatal do habitat (PMM, 2012) aos que moravam na Baixada do Mucajá.

Em 2011, sob a execução da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), os moradores foram transferidos para o conjunto popular e a ocupação espontânea deixou de existir. O topônimo do conjunto é uma homenagem ao antigo lugar de moradia – Mucajá. Na figura 08, tem-se a imagem de satélite de 2007, quando o assentamento ainda existia, na qual se destaca a área do futuro conjunto habitacional.

Figura 08 – Baixada do Mucajá e identificação da área do Conjunto Habitacional Popular (2007).



Fonte: Google Earth. Elaboração Eliakin, 2016.

O CHM é o primeiro grande empreendimento da produção estatal do habitat amapaense⁶⁷. Ele possui 37 blocos com 16 unidades habitacionais, verticalizados (04 andares), totalizando 592 apartamentos, além de uma área de lazer, todos dispostos em 30.844,31 m² 30.844,31 m² (figura 09).

Figura 09 – Conjunto Habitacional Mucajá (2013).



Fonte: autor desconhecido. S/D.

A transferência das famílias que viviam na Baixada do Mucajá (Bairro Santa Inês) para o CHM (Bairro do Beírol) trouxe mudanças consideráveis para esses moradores que tiveram de se habituar à nova moradia. Além disso, tal mudança espacial colocou esse segmento social em contato com moradores que já estavam inseridos no Beírol, situados adjacentes ao CHM.

Como já explicitado, diversas concepções hostis à habitação popular foram elaboradas, perfazendo um processo histórico em construção. Tais concepções dinamizaram as inter-relações sociais no passado e se projetam nas inter-relações sociais no cotidiano de nossas cidades. Elas aparecem nas inter-relações mantidas com agentes externos – como as estabelecidas com o poder público (agentes públicos, políticos e

⁶⁷ Outros municípios do Amapá implementaram programas de habitação de interesse social, como é o caso da Prefeitura de Santana (que em 08 anos construiu 97 unidades habitacionais). Porém, nenhum outro programa havia produzido habitações em mesmo número que o do CHM.

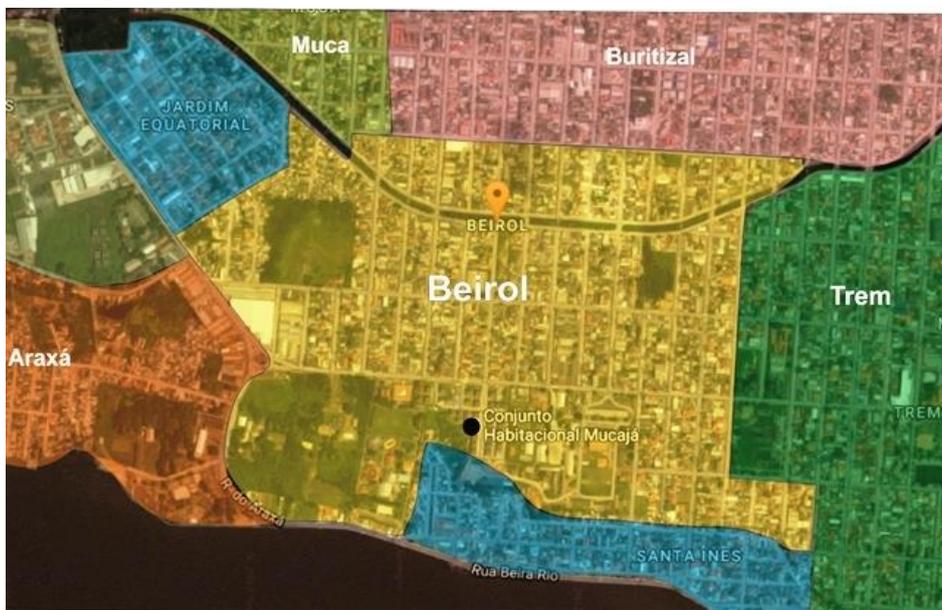
gestores) e as mantidas com outros moradores de fora, situados na circunvizinhança (moradores de ruas, zonas, bairros próximos, etc.). Por outro lado, surgem também nas inter-relações mantidas internamente (dentro das favelas/baixadas, dos conjuntos populares e de loteamentos populares) – constituindo um estigma que torna a se projetar nas nossas cidades. Às vezes, é delineado mais dramaticamente, outras vezes aparece de forma mais sutil. A depender do poder organizativo que o segmento popular dispõe, as hostilidades podem ser contornadas ou aprofundadas ainda mais.

Este estudo busca analisar as inter-relações sociais dos moradores da vizinhança em relação aos moradores do CHM. Após a transferência para os apartamentos, a proximidade espacial pôs esses dois segmentos sociais em contato (de um lado os moradores do Bairro do Beiro e de outro os moradores do CHM – provenientes do Bairro Santa Inês). Não obstante, a proximidade espacial não resultou numa proximidade social, que pode ser identificada pela existência de senso de vizinhança ou de reconhecimento do outro como semelhante. Pelo contrário, um campo conflituoso e hostil se configurou. Os moradores do CHM passaram a ser responsabilizados por diversas problemáticas urbanas, atualizando o estigma da favela e do favelado num bairro de reminiscência popular, mas que se tornou lugar de moradias de padrão médio e alto, conforme veremos na seção posterior.

6 O CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ E O ESTIGMA DO FAVELADO: A PERSISTÊNCIA DE UMA IMAGEM DETERIORADA

Uma sutil alteração espacial ocorreu com a transferência das famílias da ocupação espontânea para o CHM. A então Baixada do Mucajá situava-se no bairro Santa Inês, próximo ao Bairro Beiril (ver figura 10). Uma das fronteiras entre esses bairros é uma falésia: na parte alta está o Beiril e na parte baixa está o Santa Inês. O Mucajá ficava na parte baixa. Entretanto, com a inauguração do CHM, as famílias passaram a residir na parte alta.

Figura 10 – Bairro do Beiril em contexto com os bairros vizinhos.



Fonte: Google Maps, 2012. Elaboração: Karina Nymara (2017).

Observa-se alteração nas formas de inserção na cidade – da informal à formal⁶⁸. Além disso, essas famílias passaram a manter inter-relações com os moradores adjacentes

⁶⁸ A alteração da cidade, de informal à formal, em tese, significou melhorias construtivas; substituíram-se moradias de baixo padrão (que punham em risco a segurança física dos moradores, pois estes ficavam sujeitos a inundações e desabamentos) por apartamentos (condizentes com os parâmetros especificados por organismos oficiais). Muito embora os moradores do CHM relatem problemas estruturais, como rachaduras, infiltrações, instalações elétricas com defeitos, etc., a escolha por materiais de má qualidade na construção pode estar relacionada ao público para quem tais moradias foram destinadas. Este ponto foi mencionado na quarta seção, quando diversas habitações populares apresentaram problemas em sua estrutura, algumas, inclusive, com comprometimentos permanentes, o que resultou na demolição dos

ao CHM, ou seja, a nova configuração espacial das moradias (casas – moradores no entorno do CHM; apartamentos – moradores do CHM) colocou em contato os segmentos sociais estabelecidos no Beiril com aqueles provenientes do Santa Inês (que, antes, residiam na Baixada). Deste rearranjo surge a questão que norteia esta seção: como essa alteração espacial se expressa nas relações microssociais e macrossociais? Em outros termos, como os moradores circunvizinhos receberam os moradores do CHM, no âmbito microssocial? Numa dimensão mais ampla, como os moradores do CHM são representados para a sociedade geral por meio das matérias de jornais locais, no âmbito macrossocial? Houve alteração nessa concepção? Quais concepções imperavam antes da mudança para os apartamentos e quais apareceram no momento posterior a essa mudança? Havia expressões relacionadas ao estigma do favelado?

Veremos que a alteração espacial, em termos de inter-relações humanas, significou o aprofundamento das diferenças entre segmentos sociais. Os moradores do CHM se viram numa figuração com o entorno que os inferioriza e os responsabiliza pelas problemáticas urbanas. Entretanto, antes da transferência para os apartamentos, a imagem do morador da baixada não aparecia nas notícias de jornais. Já no momento posterior do ingresso na cidade formal, o discurso do morador estabelecido no Beiril (dimensão micro) e as matérias de jornais (dimensão macro) enfatizaram uma imagem anômica do morador da Baixada, vista como a ferida no *corpus* social. Para tais julgamentos serem eficazes são acionados arsenais de cunho ideológico, manipulados em desfavor do morador do CHM. Reatualizam-se pressupostos condenatórios contra a habitação popular – o estigma da favela e do favelado torna-se parâmetro para as microrrelações entre os moradores externos e os habitantes do CHM.

6.1 O BAIRRO DO BEIROL E O CHM: CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Bairro do Beiril está situado na Zona Sul de Macapá. Conta com uma população de 8.764 moradores, distribuídos em 2.258 domicílios particulares

prédios. Por detrás das escolhas dos materiais de baixa qualidade, com vistas a maximizar o lucro das empresas responsáveis pelas construções, também irrompe o estigma do favelado.

permanentes, o que representa, em média, 4,1 moradores por habitação, distribuídos numa área total de 1km². Os moradores deste bairro representam 2,2% da população total macapaense, que corresponde a 389.440 habitantes (IBGE, CENSO, 2010).

O CHM fica próximo de diversos equipamentos e serviços públicos, como escolas públicas, quartel da Polícia Militar (PM), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidade Básica de Saúde (UBS), prédio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Centro de Internação Masculina (CESEIN), complexo turístico e de lazer – Beira Rio, complexo turístico e de lazer – Araxá, Serviço Social do Comércio (SESC), Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC)/Super Fácil, igrejas, etc. (figura 11).

Figura 11 – Equipamentos e serviços públicos próximos ao CHM.



Fonte: Google Earth. Elaboração Eliakin, 2016.

A face frontal do CHM volta-se para a Rua Jovino Dinoá, que serve como um grande corredor de acesso, conectando a área sul ao centro da cidade; na lateral direita do CHM está o prédio do CESEIM (sentido norte); na lateral esquerda está o prédio do SESC Araxá (sentido sul); e os fundos do prédio fazem limite com uma base do BOPE/Comando da PM (sentido leste).

Do ponto de vista da morfologia urbana, a maior parte das habitações de Macapá é composta por residências unifamiliares, e não apartamentos; assim, a arquitetura do CHM diferencia-se da tipologia que predomina entre as moradias urbanas de Macapá.

Outra característica do Beiril diz respeito à predominância da classe média. O bairro conta com serviços de transporte e iluminação pública de boa qualidade, saneamento básico e quase todas as vias são asfaltadas e com calçamento. Nota-se que o CHM está localizado em uma área nobre da cidade e, para constatar essa situação, basta uma breve flanada pelas ruas. No entanto, é possível identificar diversos exemplares de residências de baixo padrão, remontando às primeiras construções feitas no bairro.

6.2 A MANIPULAÇÃO DO ESTIGMA DO FAVELADO: A INFERIORIZAÇÃO DO MORADOR DO CHM NAS MATÉRIAS DE JORNAIS E ENTRE MORADORES ESTABELECIDOS NAS INTERMEDIÇÕES

Com a finalidade de analisar a manipulação do estigma do favelado, num momento anterior e posterior a inauguração do CHM, foram consultados recortes de jornais locais, publicados em momentos distintos (anos antes e depois do funcionamento do CHM). Quantos aos efeitos de dimensão microsocial, que ocorrem numa espacialidade delimitada, envolvendo moradores do entorno do CHM em relação aos moradores desta habitação popular, foram desenvolvidos procedimentos metodológicos, como entrevistas, questionários, croquis etc., conforme destrincharemos nas seções a seguir.

6.2.1 Procedimentos metodológicos

Diversos recursos foram utilizados, como pesquisa documental, pesquisa exploratória e entrevistas, conforme segue:

a) *Pesquisa documental* – procurou-se identificar e analisar notícias veiculadas nos jornais impressos e digitais que circularam sobre o Mucajá, num período anterior e posterior à inauguração do conjunto habitacional, que ocorreu em 2011. A esse respeito, o recorte temporal abarca dois momentos distintos relacionados à moradia dessa população: *i*) baixada/favela – cidade informal (jan/dez – 2009) e, *ii*) conjunto habitacional – cidade formal (jan/dez – 2013) (ver figura 12: Esquema de pesquisa documental).

A partir do cotejo dos jornais locais, a investigação buscou verificar se houve acréscimo no uso de expressões que reforçassem o estigma do favelado, e se isto pode ser relacionado à transição da cidade formal à cidade informal. Veremos que a inserção na cidade formal não significou integração social no novo habitat. Pelo contrário, a transferência para a cidade formal foi o marco inicial da manipulação do estigma de favelado que irrompeu dramaticamente no local, propagando-se, inclusive, nos jornais locais.

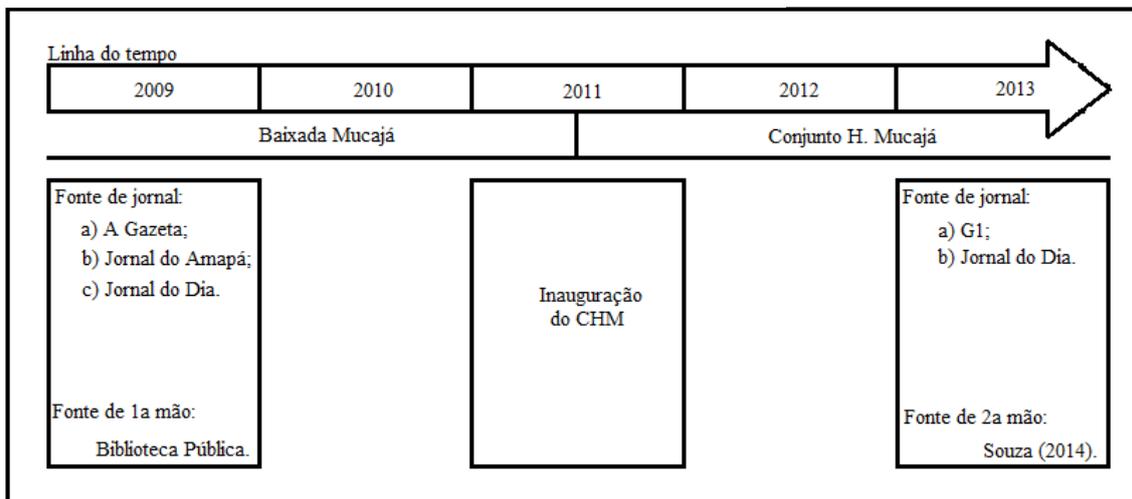
Algumas questões nortearam o levantamento, tais como:

<i>Baixada do Mucajá (2009)</i>	<i>Conjunto Hab. Mucajá (2013)</i>
a) As reivindicações, dramas e conflitos envolvendo os moradores repercutiram na imprensa local?	
b) No período anterior e posterior a transferência dessas famílias para o CHM havia alguma imagem esboçada a respeito desses moradores e do seu lugar de moradia (qual/quais)?	
c) Que notícias chegavam à imprensa local a respeito do morador e do lugar?	

A *pesquisa documental* refere-se a documentos que ainda não foram alvos de procedimentos de análise ou, mesmo que tenham sido analisados, são passíveis de ser reelaborados, conforme os propósitos da investigação. Nesse caso, os primeiros são tidos como fonte de primeira mão, enquanto os segundos são considerados fonte de segunda mão (GIL, 2008). Assim, para cada período foram consultadas fontes diferentes: os dados do primeiro período (janeiro/dezembro – 2009) foram coletados no acervo da Biblioteca Pública de Macapá Elcy Lacerda (BPMEL), em exemplares de 03 (três) jornais locais – A Gazeta, Jornal do Dia e Jornal do Amapá (fonte primária); já os dados do segundo período (janeiro/dezembro – 2013) foram obtidos a partir de dois exemplares de 02 jornais locais – Jornal do Dia/meio impresso e G1/meio digital (fonte secundária). Estes dados

foram publicados por Héli da dos Santos Souza (2014), da UNIFAP. Como procedimento metodológico, Souza (2014) também fez uso do acervo da BPMEL. Tanto os dados primários quanto os secundários foram coletados e agrupados no segundo semestre de 2016. Para melhor entendimento do recorte temporal fez-se o seguinte esquema:

Figura 12 – Esquema de pesquisa documental.



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Cabe mencionar que o método de apreciação das matérias de jornais foi o da análise de conteúdo. Por análise de conteúdo, entende-se a conjunção de diversas técnicas

(...) de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

A análise do conteúdo propõe-se a desvendar o que há por trás das mensagens postas (explícitas), revelando seu conteúdo, que se sobrepõe a mensagem. O suporte de análise é o linguístico escrito centrado em matérias de jornais – comunicação de massa. Além disso, tal análise configura-se como método qualitativo realizado por meio de inferências e interpretações com base nas notícias de jornais (MINAYO, 2009).

b) Pesquisa exploratória – esta pesquisa procurou identificar, entre outros elementos, o senso de vizinhança dos que moram no entorno do CHM em relação aos que residem no referido equipamento. Foram selecionados 03 (três) quarteirões adjacentes ao CHM e aplicou-se 01 (um) questionário a esses moradores externos. Essa pesquisa

buscou ser censitária, isto é, procurou abranger o universo de moradores dos quarteirões selecionados – dimensão microssocial. A frente do CHM está voltada para a Rua Jovino Dinoá, principal corredor de acesso que interliga a Zona Sul à área Central da Cidade. Na lateral, à esquerda, está o prédio do SESC Araxá e uma única residência; na outra lateral, à direita, tem-se o prédio da ANATEL e o CESEIN; na parte dos fundos fica localizada uma área alagada, (mais próxima ao Rio Amazonas), correspondendo à localização da extinta Baixada do Mucajá. Na área, é possível identificar algumas casas populares⁶⁹. Assim, a seleção dos quarteirões ocorreu de acordo com a presença de moradias externas ao CHM. Os 03 (três) quarteirões escolhidos ficam espacialmente de frente para o CHM (ver figura 13 – delimitação da pesquisa exploratória). Esta pesquisa centrou-se tão somente nos moradores do Bairro do Beiril, cujas moradias situam-se próximas ao CHM.

Nos quarteirões selecionados, foram identificados 113 imóveis destinados à moradia. Dentre eles, a pesquisa conseguiu alcançar 60 domicílios, o que corresponde a 53% do universo. Ficaram de fora da pesquisa 53 domicílios (47%), pelas seguintes razões: 36 domicílios estavam fechados⁷⁰; 03 domicílios estavam vagos⁷¹; em 06 deles não havia morador, somente empregados⁷²; e em 08 domicílios o morador se recusou a responder à pesquisa. A incursão a campo ocorreu na primeira quinzena de maio de 2016. Aos domicílios fechados e àqueles em que havia somente empregados⁷³, retornamos por 02 (duas) vezes, sem alcançarmos nosso objetivo.

⁶⁹ Algumas dessas casas surgiram após o remanejamento das famílias para o CHM, mas outras permaneceram no mesmo lugar, sendo, portanto, contemporâneas à antiga baixada do Mucajá, e a esta se integrava. Na maioria dos casos, essas famílias não aceitaram a solução encontrada pela PMM, qual seja, a transferência para os apartamentos no CHM. Por seu lado, a PMM deveria remanejar essas famílias para outras áreas ou indenizá-las, ou ainda direcionar lhes novas soluções habitacionais. Entretanto, nenhuma solução foi tomada pela gestão municipal. Não discorreremos sobre as inter-relações envolvendo esses moradores e os que residem no CHM (ou vice-versa), por isso mesmo, descartou-se a possibilidade de realizar tal pesquisa exploratória.

⁷⁰ Domicílio fechado – Consideram-se domicílios fechados os imóveis que, embora ocupados, nenhum morador foi encontrado na residência no momento da pesquisa. O imóvel estava fechado, não sendo possível comunicar-se com os residentes.

⁷¹ Domicílio vago – Consideram-se domicílios vagos os imóveis que, apesar de destinados à moradia, não estava ocupado. A condição de vago, portanto, diz respeito ao imóvel destinado à moradia, mas que, no momento da pesquisa, não estava sendo utilizado por ninguém.

⁷² O público alvo da pesquisa era tão somente morador do domicílio, independentemente de seu papel familiar, como pai, mãe, filhos, agregados, etc. Portanto, empregados, mesmo que domésticos, ficaram de fora do público de interesse.

⁷³ O retorno a esses imóveis ocorreu em dias e turnos diferentes da primeira visita.

Figura 13 – Delimitação da pesquisa exploratória.



Fonte: Google Maps, 2012. Elaboração: Karina Nymara (2016).

c) *Entrevistas* – As entrevistas, de caráter qualitativo, foram feitas junto aos que residem no entorno do CHM. Os moradores foram selecionados a partir da pesquisa exploratória e escolhidos aleatoriamente, obedecendo à única regra: disponibilidade para receber o pesquisador. Foram marcadas 12 entrevistas, mas somente 06 foram possíveis de ser realizadas. A metade dos possíveis entrevistados desistiu. Num primeiro momento, esses possíveis entrevistados mostraram-se interessados em participar, mas depois mudaram de opinião; uns disseram que estavam sem tempo, outros disseram que prefeririam não manifestar opinião e um terceiro grupo alegou ter receio de se manifestar e ser alvo de alguma represália por parte dos moradores do CHM, uma vez que sua principal característica seria uma ética violenta. Essa mudança de opinião, em alguma medida, demonstra uma relação de tensão, de natureza conflituosa, pois permeada pelo estigma.

6.3 DISCUSSÃO/RESULTADOS

Os resultados das pesquisas documental, exploratória e entrevistas receberam tratamentos diferentes; a primeira será exposta isoladamente (6.3.1), ao passo que as duas últimas serão agrupadas (6.3.2). A razão de tal procedimento se baseia na própria natureza da investigação; a primeira, a documental, é de caráter mais amplo, pois esboça um alcance mais abrangente em relação à ideia que se faz do CHM e de seus moradores, em face da sociedade geral macapaense; por outro lado, a dimensão da pesquisa exploratória e das entrevistas é de abrangência local, isto é, de dimensão mais localizada, uma vez que diz respeito a pessoas que moram nas proximidades do CHM, de impacto mais direto e imediato nas inter-relações sociais.

6.3.1 Pesquisa documental: análise de matérias de jornais locais

A pesquisa documental referente a notícias de jornais locais que, de algum modo, relacionaram o morador do Mucajá ou o lugar de moradia, seja enquanto Baixada (período I), seja enquanto CHM (período II), estão dispostas nas tabelas a seguir, com as respectivas análises:

Tabela 03 – Período I: Jan. – dez./2009

Ord.	01	Identificação do Jornal	A Gazeta	Data	16/11
Título da matéria		“Governo do Estado adotará sistema de habitação vertical.”			
Notícia centrada no	<input type="checkbox"/> morador.				
	<input checked="" type="checkbox"/> lugar.				
Conteúdo:					
A matéria informa que um projeto de intervenção urbana no Bairro dos Congós será executado. Trata-se da construção de unidades habitacionais (individuais e coletivas – pequenos blocos de três andares), que irão beneficiar famílias que moram na área alagada, e que passarão a residir na “área seca”. Afirmo que construções verticais passarão a ser a nova tendência no que se refere aos padrões de moradia					

construída pelo Estado. Como exemplo, cita o Mucajá como empreendimento verticalizado em andamento.
Imagem/Símbolo/Mensagem:
a) O Mucajá aparece indiretamente na matéria como modelo tipológico de empreendimento habitacional verticalizado.

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte primária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 04 – Período II: Jan. – dez./2013.

Ord.	01	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	08/01
Título da matéria		“‘Bibão’ mata homem que tentou impedir assalto.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					
<p>Descreve um caso de violência tipificando-o como “latrocínio”, sem o devido processo legal (reforçado pela expressão “preso em flagrante”). Tanto o assalto quanto o assassinato teriam ocorrido no CHM. O sr. Salatiel, apelidado de “Bibão”, supostamente teria atirado na possível vítima, quando esta tentou impedir o assalto. A polícia teria encontrado o referido “elemento” no CHM. Este, assinala a matéria, se tornou refúgio para criminosos. Trata o suspeito pelo crime quase exclusivamente pelo apelido.</p>					
Imagem/Símbolo/Mensagem:					
<p>a) A mensagem deixa implícito que o indivíduo que mora ou que está nesse lugar se associa ao crime. Torna-se um suspeito em potencial, como nesse caso onde o sujeito é condenado como criminoso sem o devido processo legal. São tratados pelo apelido e não pelo seu nome civil, seu nome tendo sido citado uma única vez (SOUZA, 2014). O não uso do nome desqualifica sua identidade, que também está relacionada ao direito a ter direito (cidadania), bem como o de se defender e o de não ser condenado previamente, sem que antes seja submetido devidamente ao aparato jurídico legal. Entretanto, como diz respeito a alguém que está num lugar inapropriado, de alta incidência criminal, este fato, por si só, já seria suficiente para condená-lo. A sentença funciona na seguinte lógica – o indivíduo é criminoso porque está no antro/lugar/refúgio do crime e do criminoso, ou seja, o meio determina e referencia a condição desviante do indivíduo, pois o ambiente contamina e influencia a todos que estão sob seu domínio e os conduz para a vida criminosa. Observa-se, assim, uma imagem previamente deteriorada de todos os moradores do CHM e daqueles que, mesmo lá não morando, são influenciados negativamente pelo lugar.</p> <p>b) Esboça-se uma imagem de que o crime é lei no lugar, pois, quem tenta impedir que as ações criminosas aconteçam, coloca-se numa situação de perigo, sujeitando-se às punições que podem custar, inclusive, a própria vida. É o que teria ocorrido com a pessoa que tentou impedir um assalto e acabou sendo assassinada.</p> <p>c) Nota-se a reatualização da ideia de classes perigosas, que interliga pobreza ao mundo do crime. Além disso, está posta a ideia de um lugar contaminado, poluído por uma lógica desordeira que protege criminosos.</p>					

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 05 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	02	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	09/04
Título da matéria		“Mucajá sitiado – Bandidos tentam matar rival dentro do apartamento.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					
<p>Afirma que uma onda de crimes passou a ocorrer no CHM. Relata uma suposta tentativa de assassinato que teria acontecido no bloco 23 e que passou a ser alvo de investigação por parte da Polícia Civil. A polícia então sitiou o CHM e uma pessoa foi alvo de tiros (a possível vítima). Entretanto, ao consultar a ficha da suposta vítima e dos suspeitos, verificou-se que ambos possuíam passagem pela polícia, o que os fez chegar à conclusão que “todos têm alguma ligação com o tráfico de drogas”. Os suspeitos são denominados como “elementos”.</p> <p>O ato foi tratado como um “acerto de contas”. Na matéria, aparece ainda o relato de uma moradora anônima, segundo a qual as portas dos apartamentos do CHM estão sempre fechadas por medo dos marginais. Faz-se ainda uma observação a respeito da proximidade com o Quartel da Polícia Militar, cujos muros separam os dois espaços, mas que, a despeito da proximidade, seria incapaz de coibir a prática criminosa.</p>					
Imagem/Símbolo/Mensagem:					
<p>a) O título da matéria deixa subentendido que a tentativa de assassinato foi impetrada por bandidos em conflito dentro do CHM. Não distingue morador de bandido, identificando-os ambos como semelhantes (o lugar do suposto crime é um apartamento do CHM). Assim, antigos pressupostos são renovados, como a ideia de “classes perigosas”, que conectam pobreza ao crime.</p> <p>b) A imagem da onda no sentido figurado pode remeter à ideia de uma força sem controle, que arrasta a todos que se põem dentro dos limites do mar (SOUZA, 2014). No caso, a força descontrolada está associada aos crimes que ocorrem no CHM, que atingem a todos que são influenciados pelo lugar – nota-se um retorno aos pressupostos presentes desde a origem do estigma que acompanha a habitação popular (o lugar teria vida própria, e esta determinaria a conduta de todos que estão sob seu domínio).</p> <p>c) Com a presença da polícia no CHM, que investiga a suposta tentativa de assassinato, o lugar passa a ser descrito como “sitiado”, ou seja, um cerco/barreira da polícia – a expressão transmite a ideia de uma situação tensa, conturbada a ponto de ser necessária intervenção da força policial. Pode-se inferir que para fazer frente à onda (força descontrolada) outra força seria necessária: o aparelho repressor do Estado agindo diretamente no lugar, como antídoto à anomia.</p> <p>d) Possíveis vítima e suspeitos, independentemente do papel nesta ação (ativo/passivo), ambos são, em última instância, semelhantes (pares), pois possuem em comum tanto a prática de crimes quanto o lugar de moradia – o CHM (SOUZA, 2014). A sentença definitiva de que “todos têm ligação com o tráfico</p>					

de drogas”, é a prévia conclusão que abarca a todos, sem distinção (similar ao descrito no item “b” da tabela 3).

e) O jargão policial para denominar possíveis suspeitos (“elementos”) aparece na matéria. Tal recurso dispensa tratar o indivíduo pelo nome, rebaixando sua condição de pessoa como portadora de identidade própria (SOUZA, 2014). A ideia de que todos são potenciais suspeitos até que se prove o contrário, e alguns são mais suspeitos ainda, aqui tem validade. A suspeição recai com mais força sobre esses moradores, que são coisificados simbolicamente pela perda do nome e julgados pelo lugar da moradia.

f) A suposta tentativa de assassinato foi justificada como “acerto de contas”, o que enquadra os moradores do CHM como pessoas que distribuem rivalidades e conflitos internamente (SOUZA, 2014). Infere-se que, nas relações entre esses moradores, impera confusão, desentendimento e hostilidade, o que, entre outras coisas, os leva a disputas e rivalidades, a ponto de pôr em risco a própria vida nesse lugar. De certo modo, esse fato denota também a ausência de uma ética e de civilidade, pois suas contendas não são resolvidas por meio dos mecanismos aos quais a sociedade mais ampla recorre para solver suas disputas, como o sistema jurídico (presença do Estado). De fato, esses moradores adotam outros parâmetros que podem ser considerados como características de uma situação de barbárie, onde impera a lei do mais forte (força física e armas).

g) O relato de uma moradora, que prefere permanecer no anonimato, diz que as portas dos apartamentos sempre estão fechadas por causa do medo dos delinquentes. Disto se depreende que as pessoas vivem numa situação tão dramática que a liberdade é tolhida, não é possível viver se não for anonimamente, num estado de obscuridade acentuado pelas portas vedadas. A porta fechada simboliza o cerceamento da liberdade, uma situação de tensão, medo, espanto. A porta fechada pode ser comparada à trincheira, no sentido de proteger quem está em situação de perigo, de horror causado pela violência.

h) A proximidade do CHM com o quartel da polícia não coíbe a prática do crime. Na frase está expressa a mensagem de que os criminosos desconsideram o fato de estarem espacialmente próximos ao aparato de segurança do Estado (SOUZA, 2014), uma vez que deveriam ser mais cautelosos em agir. Entretanto, a audácia dessas pessoas extrapolaria as fronteiras do bom senso e impostas pelo Estado, a ponto de ignorar o símbolo da força estatal (a polícia), agindo livre e delinquentemente.

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 06 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	03	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	17/04
Título da matéria		“Polícia ocupa Mucajá; sete pessoas são presas.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					

Relata-se a operação do “mandato de busca e apreensão” feito pela justiça estadual ocorrido no CHM. A ação envolveu 60 agentes da polícia (entre agentes do Batalhão de Operações Especiais – BOPE –, do Batalhão de Rádio de Patrulhamento Motorizado – BRPM – e do 1º Batalhão), sitiando o CHM. De acordo com a matéria, a operação tinha como intuito localizar armas e drogas, além de deter indivíduos relacionados aos crimes de assaltos e tráficos de drogas (o objetivo foi alcançado, pois foram encontrados crack, cocaína e maconha; um revólver foi apreendido, além disso, sete pessoas foram presas). Com esse intento os policiais fizeram uma “varredura” no local.

Imagem/Símbolo/Mensagem:

a) O título da matéria reforça a ideia de um lugar tenso e instável. A situação é considerada tão problemática que o lugar precisou ser sitiado (conforme descrito no item *c*, da matéria analisada anteriormente). No título também aparece somente o nome Mucajá, suprimindo “conjunto habitacional”, a falta dessa identificação pode acionar a anterior característica do lugar – a baixada (favela). Trata-se, por assim dizer, da mesma situação. Mudam os significados, mas permanecem os significantes, conforme apontado por Mário Brum (2012).

b) Deixa implícito que a problemática do crime no CHM é tão dramática que demandou uma operação, isto é, uma ação planejada e articulada, além de envolver um número expressivo de policiais de diversas especialidades, que sitiaram o lugar (SOUZA, 2014). Recorda também a ideia da onda descontrolada, e como antídoto adequado aparece a força repressora do Estado (conforme descrito no item *b*, da matéria analisada anteriormente).

c) O intento da operação foi alcançado, pois foram encontradas drogas (crack, cocaína e maconha), um revólver e pessoas foram presas. Conforme Héliida Souza (2014), ao descrever este acontecimento, transmite-se a ideia de que os acontecimentos no CHM estão relacionados ao crime, bem como relaciona os seus moradores a tais práticas.

d) O uso do termo “varredura” dá uma ideia de “revista”, recurso que aparece no jargão jornalístico policial associado a uma ação de inspeção que ocorre na cadeia. Héliida Souza (2014) compreende que está implícita uma comparação entre moradores do CHM e a população carcerária. Além disso, a “varredura” revela uma violência simbólica provocada pela presença da polícia, a qual interfere na privacidade das famílias.

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 07 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	04	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	18/04
Título da matéria		“Traficantes ameaçam moradores após saída da polícia. ”			
Notícia centrada no		(x) morador.			
		(x) lugar.			
Conteúdo:					

A matéria foi lançada um dia após a operação policial relatada no item anterior. De acordo com a notícia, na noite posterior à “devassa do BOPE”, os traficantes reagiram por meio de “represálias”. Os “soldados do tráfico” entraram em quatro blocos e, aos gritos, avisavam “que os ‘alcaguetes’ que entregaram a ‘bocada’ iriam pagar pela graça”. Duas moças foram agredidas (chutes e socos) por terem denunciado uma pessoa. Um morador anônimo relatou que tem medo de, a qualquer momento, pessoas serem mortas.

Imagem/Símbolo/Mensagem:

a) À operação policial, ou ao antídoto contra o mal (crimes – drogas, roubos, assaltos que ocorrem no CHM), surtiu um contra-efeito, qual seja, a revolta dos criminosos que passaram a hostilizar os demais moradores do lugar. Tal situação expressa-se pelos termos “represálias” e “gritos”. Além das ameaças, violência (chutes e socos) a que foram submetidos moradores que tentaram seguir as orientações baseadas no direito e no dever apregoado pelo Estado. Disto pode-se depreender que quem não vai de acordo com a onda pode ser engolido por ela. Isto expressa que o lugar teria vida própria, um *corpus*, que influencia tudo sob seu domínio.

b) A expressão “soldados do tráfico” reforça a ideia de que há uma força oposta ao poderio do Estado. Assim como o Estado possui seu pessoal e sua força bélica, assim também os “criminosos” (como os moradores do lugar) possuem regras, agentes e armas próprias. Um símbolo disso são os denominados “soldados do tráfico”.

c) O relato do morador que, de acordo com a matéria, prefere ficar no anonimato, reforça a ideia do terror, do medo e insegurança que caracterizariam o CHM, fato que concorre para ideia de perigo associado ao lugar da moradia. A ideia do CHM seria a de um lugar onde o caos, a imprevisibilidade e o horror se dinamizam ainda mais (SOUZA, 2014).

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 08 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	05	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	21/05
Título da matéria		“Gangue do Mucajá faz arrastão na orla durante a madrugada.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					
Discorre sobre a atuação de uma gangue e a relaciona ao CHM. A gangue é caracterizada como um “bando” extremamente violento. 15 “criminosos” faziam parte do bando. Esses jovens fizeram arrastão na orla da cidade. Compara a matéria, o arrastão ao que ocorre no Rio de Janeiro. Faz-se um relato de uma pessoa que testemunhou e viveu o ocorrido “até as cubas de cerveja das pessoas levaram no arrastão”, relatou. “Eu levei pelo menos dois tapas no rosto desses vagabundos”. Os criminosos se refugiaram no bloco 23 do CHM. Mas a ação da polícia foi rápida, pois prendeu os “criminosos”, que, após o “arrastão”, estavam no CHM (bloco 23).					
Imagem/Símbolo/Mensagem:					

- a) O título deixa explícito que a gangue provém do Mucajá e a ele pertence.
- b) A gangue é caracterizada como violenta e criminosa – a matéria já emite um julgamento tratando-os deliberadamente como “criminosos”, sem o devido processo legal (SOUZA, 2014). O uso do termo “bando” prejudica-os como uma facção criminosa.
- c) Utiliza-se a expressão “arrastão” para designar o uso combinado do crime de roubo à violência. O arrastão que ocorreu na orla é comparado ao que ocorre no Rio de Janeiro. Desse modo, reforça-se o estigma de origem da habitação popular (favela) com a violência no Rio de Janeiro (SOUZA, 2014). Os moradores são caracterizados como perigosos.
- d) O relato da testemunha evidencia que essas pessoas podem roubar qualquer coisa, sem dispensar nada (roubam “até cubas”); suas ações são acompanhadas por atos de violência (“eu levei pelo menos dois tapas no rosto”); e, por fim, reprova-se esse tipo de pessoa, julgando-os como “vagabundos” (SOUZA, 2014).
- e) O CHM, mais especificamente o bloco 23, aparece como refúgio/abrigo de criminosos (SOUZA, 2014). Disto pode se depreender que o lugar é perigoso, mas existem lugares específicos em que esse perigo se acentua consideravelmente, sendo o bloco 23 um desses lugares. Com base em Mary Douglas (2014), pode-se afirmar que, para a sociedade mais ampla, incluindo redatores (jornalistas), moradores e trabalhadores da circunvizinhança (externos ao CHM), o lugar é compreendido como a expressão da poluição, da impureza, do perigo. Não obstante, alguns ambientes são mais contaminados, como é o caso do bloco 23, que aparece como uma mancha num lugar já hachurado pela desordem, confusão e pelo crime. Na analogia do *corpus*, o CHM seria caracterizado como ferida, mas na ferida existe o ponto mais crítico, de mais alta contaminação (poluição); no caso, este ponto seria o bloco 23.
- f) A polícia age rapidamente, prendendo os criminosos. Disto se subentende que as más ações dessa população devem ser contornadas imediatamente, encarcerando-as. Além disso, a polícia é retratada com a imagem de heroísmo, dado que age rápida e eficazmente para garantir a segurança (SOUZA, 2014).

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 09 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	06	Identificação do Jornal	Jornal G1 AP	Data	12/06
Título da matéria		“Moradores reclamam do abandono do Conjunto Mucajá, em Macapá.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				

<p>Conteúdo:</p> <p>São solicitados serviços de capina, iluminação, policiamento itinerante e rondas policiais para o CHM. Capinar o mato alto é importante porque ele serve como esconderijo para pessoas mal-intencionadas assaltarem. Além disso, o mato alto fica perto do bloco 23. De acordo com a síndica Marilúcia Penha, a iluminação precária torna mais fácil a ação de marginais. Por essas razões, é necessário também haver segurança no lugar, por meio da presença da polícia.</p>
<p>Imagem/Símbolo/Mensagem:</p> <p>a) O CHM novamente aparece associado a refúgio de criminosos (como assaltantes). Além disso, essa situação se amplia ainda mais com falta de iluminação e de limpeza, pois no escuro e nos lugares onde os matos crescem a ação de tais pessoas é favorecida, o que remete ao medo (SOUZA, 2014).</p> <p>b) O bloco 23 reaparece como lugar mais impuro, contaminado, perigoso dentro do CHM.</p> <p>c) Iluminação, limpeza e polícia assumem um papel de antídoto contra a realidade do CHM, que são as oposições – escuridão, a sujeira e insegurança.</p>

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 10 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	07	Identificação do Jornal	Diário do Amapá	Data	14,15/07
Título da matéria		“Bandidos cobram pedágio de R\$ 5 e R\$ 10 reais no Mucajá.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					
<p>A matéria surge a partir de uma queixa de um morador que prefere permanecer no anonimato, pois teme represália. De acordo com seu relato, após as operações da polícia, o tráfico de drogas havia diminuído, mas, por outro lado, surgiu uma nova prática – o pedágio criminoso. A matéria menciona que, muito embora o CHM esteja numa área nobre da cidade, nas proximidades do centro e do Comando Geral da Polícia Militar, ainda assim, o lugar é permeado por práticas criminosas (tráfico, assaltos, arrastões e assassinatos). Faz-se um tipo de comparação entre os moradores que cobram pedágio (os “caras”, os marginais) e os que devem pagar (os estudantes, trabalhadores – os cidadãos). Os valores a serem desembolsados são de R\$ 5 ou R\$ 10 de pedágio e, caso não queiram pagar, acabam apanhando dos marginais.</p>					
Imagem/Símbolo/Mensagem:					
<p>a) Novamente aparece o morador anônimo. O anonimato, o oculto, as vidas por trás das portas fechadas, essa é a condição desenhada da situação do morador do Mucajá.</p>					

b) A atuação da polícia, que teria feito diminuir o tráfico de drogas, é posta como algo positivo e desejável. Já os traficantes aparecem associados a uma ideia negativa, pois procuram outra forma de praticar crime, de conseguir dinheiro. No caso, o recurso encontrado foi cobrar pedágio (SOUZA, 2014).

c) A localização do CHM em relação ao centro e ao Comando Geral da Polícia Militar serve como recurso para desqualificar o Mucajá (SOUZA, 2014). Pode-se deduzir que tal concepção segue a seguinte lógica: áreas consideradas nobres deveriam ser direcionadas à moradia de alto padrão, pertencente às classes sociais mais abastadas, enquanto áreas periféricas deveriam ser direcionadas à moradia de baixo padrão, pertencente às classes pobres. O Mucajá fugiu a essa regra, representando uma confusão na organização espacial de grupos sociais na cidade. O CHM representa o deslocamento de pessoas que “deveriam morar na periferia, nas favelas, onde é o lugar dos pobres, no lugar onde o crime impera”. O conjunto encarna a ideia de poluição e desordem na cidade formal.

d) É feita uma separação entre os moradores, os que cobram pedágio (criminosos) e os que pagam pedágio (cidadãos); quem cobra não é considerado cidadão, são desqualificados. Além disso, a violência aparece relacionada à extorsão de dinheiro e violência sofrida por aqueles que se recusam a pagar pedágio (SOUZA, 2014).

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 11 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	08	Identificação do Jornal	Jornal G1 AP	Data	28/07
Título da matéria		“Madrugada de domingo registra dois homicídios em Macapá. No residencial Mucajá, um homem foi assassinado com um tiro na cabeça.”			
Notícia centrada no	(x) morador.				
	(x) lugar.				
Conteúdo:					
Discorre sobre um assassinato que ocorreu no CHM. Dois homens ingeriam bebidas alcóolicas e depois se desentenderam, travando luta corporal. A suposta vítima (de 42 anos) foi golpeada por uma garrafa. Em relação ao tiro, que aparece no título da matéria, não foi feita menção. No final da matéria chega a ser mencionado que “a vítima não resistiu aos ferimentos e morreu”.					
Imagem/Símbolo/Mensagem:					
a) O uso da violência é a principal ênfase da matéria (SOUZA, 2014). Reforça a mensagem de que a violência caracteriza o CHM, o qual abrigaria pessoas perversas, hostis e perigosas. Como o CHM abriga pessoas violentas, logo a morte aparece como símbolo mais extremo de violência no ambiente.					

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 12 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	09	Identificação do Jornal	Jornal G1 AP	Data	29/07
------	----	-------------------------	--------------	------	-------

Título da matéria	“Após assassinato, moradores cobram reforço policial no Conjunto Mucajá.”	
Notícia centrada no	(x) morador.	
	(x) lugar.	
Conteúdo:		
<p>Há a descrição de que, após ocorrer um assassinato na área, os moradores do CHM voltaram a solicitar a presença da polícia (por meio de rondas), que deveria ser efetuada nos turnos da manhã, tarde e noite. A matéria expõe o relato da síndica do Mucajá, que diz que muitas brigas, agressões e assaltos ocorrem na área. De acordo com a síndica, a aglomeração provinda da “comercialização de alimentos” colabora para a violência. Aglomeração tem o mesmo sentido de confusão, que pode ser empecilho para o trabalho da polícia. Também é entrevistado um policial que afirma ser importante que a população denuncie, de tal maneira que a polícia consiga fazer um trabalho com eficácia.</p>		
Imagem/Símbolo/Mensagem:		
<p>a) No título da matéria a polícia aparece como solução para os casos de violência, desconsiderando outros fatores subjacentes às estruturas sociais próprias das sociedades modernas.</p> <p>b) A presença da polícia deve ser constante, pois constante também é a presença da criminalidade. Logo, a polícia aparece como antídoto ao mal presente, que deve ser exorcizado do lugar.</p> <p>c) Da fala da síndica se depreende que o CHM é o antro da violência, cujas características são as constantes agressões, brigas e assaltos que ocorrem no lugar. Seria o lugar das classes perigosas, daqueles que preferiram o mundo do crime à vida civilizada.</p> <p>d) A aglomeração de pessoas vendendo alimentos no CHM é identificada como confusão, pois atrapalha o desenvolvimento do trabalho da polícia. Tal aglomeração serve como fomento à violência. Desconsidera o fato de tal prática configurar atividade laboral, pois, mais do que trabalho, este fato é rotulado como pernicioso, como confusão, contaminação da ordem.</p> <p>e) A imagem da polícia está associada ao heroísmo (SOUZA, 2014), como a força necessária para ordenar e organizar o CHM.</p>		

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Tabela 13 – Período II: Jan. – dez./2013

Ord.	10	Identificação do Jornal	Jornal G1 AP	Data	07/10
Título da matéria		“Menor é apreendida suspeita de matar o padrasto em Macapá.”			

Notícia centrada no	(x) morador.
	(x) lugar.
Conteúdo:	
<p>Relata o assassinato que ocorreu no CHM. A “menor de 15 anos” esfaqueou o seu padrasto (de 43 anos) no peito. Mesmo com a sua pouca idade ela matou o padrasto. A ação da garota e a sua pouca idade são comparadas à juventude do Mucajá e de seu envolvimento com o crime. A ação foi antecedida pela discussão entre padrasto e enteada.</p>	
Imagem/Símbolo/Mensagem:	
<p>a) A idade da garota e sua índole foram diretamente associadas ao CHM, como se fosse algo determinado e inerente ao lugar do crime e do criminoso. Reforça-se a ideia de um lugar que a todos influencia para o mal, independentemente da idade e de sexo.</p> <p>b) A ação foi antecedida por discussão que ocorreu dentro do CHM. Endossa a compreensão de que o CHM é um lugar confuso, tenso, hostil, levando membros da mesma família a se matarem (SOUZA, 2014). Se a violência é praticada até dentro da família, coisas bem piores podem ser feitas por pessoas que não mantém laços familiares.</p>	

Fonte: Acervo da BPMAL (Fonte secundária). Elaboração do autor (2017).

Ao consultar matérias de jornais referentes ao Mucajá, que circularam na cidade, em períodos diferentes, diversas constatações podem ser feitas, dentre as quais pontuamos as seguintes:

i) No primeiro período do recorte temporal (ano de 2009): nesse momento, a Baixada do Mucajá estava conectada à cidade informal e a ela se integrava. A construção do conjunto habitacional já havia sido iniciada, bem como o direcionamento dos apartamentos que atenderiam a todas as famílias da referida ocupação espontânea.

– Verifica-se que as matérias de jornais não apresentaram nenhuma reivindicação, dramas ou qualquer situação conflituosa, envolvendo moradores do Mucajá, nem direta nem indiretamente. Assim, não é possível esboçar nenhuma imagem do morador que permanece no anonimato;

– No que se refere ao lugar, o silêncio nas matérias de jornais foi interrompido uma única vez, quando indiretamente a construção do CHM foi citada como exemplo tipológico de construção verticalizada, que passaria a ser dinamizada em Macapá. Embora a matéria cite exemplarmente o Mucajá enquanto modelo, não permite esboçar nenhuma imagem relacionada ao lugar de moradia que permanece oculto;

– Pode-se inferir que, ao morar na cidade informal, dramas, conflitos pessoais e grupais realizavam-se num lugar específico. Demandas, anseios e angústias dos moradores não ultrapassavam os limites da cidade informal, delineada pela própria dimensão espacial da baixada e pelos problemas que nela ocorriam, restringindo-se a este espaço. Assim, tais demandas não conseguiram ecoar nas matérias de jornais, que tratavam de tornar públicos os interesses de indivíduos e grupos sociais com melhor aparato econômico, político, organizacional, etc.

– Outro motivo, complementar ao argumento anterior, pode explicar a ausência ou a invisibilidade dessas pessoas e do seu lugar de moradia nas matérias de jornais referentes ao primeiro período. Quando o Mucajá era uma Baixada, permanecia intacta a concepção de organização da cidade em termos de diferenças sociais, qual seja, a melhor e mais valorizada estrutura urbana da cidade direcionar-se-ia às famílias com maior poder aquisitivo, normalmente localizadas nas áreas centrais; por outro lado, áreas periféricas, cujos lotes urbanos são de baixo valor imobiliário e cuja cobertura de bens e serviços urbanos são frágeis ou nulas, direcionar-se-iam às famílias com menor poder aquisitivo; ou ainda, essas famílias adensariam as bordas da cidade formal, dando origem às ocupações espontâneas. Essa configuração coloca cada segmento social no seu “devido lugar”, dessa forma, organiza-se o espaço e a vida social. Com base em Mary Douglas (2014), fora desse padrão não haveria outra maneira de planejar, organizar e ocupar o espaço urbano, tudo o mais é considerado poluição. Na concepção das elites urbanas, tal organização do espaço permite fluidez, limpeza, no sentido de ordenamento, pondo pessoas e locais em ambientes “apropriados”. Não haveria confusão de ideias e de espaços, pois cada segmento social estaria no lugar que lhe é reservado. Assim, evita-se qualquer mal-estar na organização socioespacial, permanecendo a lógica que organiza o mundo urbano estratificado. Considerando tal organização, e pela leitura de matérias de jornais que deixaram de tornar públicas as demandas dos moradores, pode-se inferir que os anseios, dramas e conflitos dessa população não ecoaram na mídia local porque, dentro da ordem da classificação socioespacial, não havia confusão, ameaça ou sujeira que pusesse em risco a ordem estabelecida no tecido urbano. Tudo permaneceria de acordo com os pressupostos de organização social do espaço caracterizado pela separação de segmentos humanos diferentes. Por isso, não havia por que expressar demandas e necessidades de uma população que estava conformada à imagem do pobre, com seu lugar “restrito” da pobreza que, em última instância é considerado o lugar do crime e do

criminoso. Assim, não se altera a ordem das ideias que destina segmentos sociais a determinados espaços. Por isso, não havia porque publicar o “óbvio” dos conflitos internos que ocorrem no lugar em que moram pessoas pobres. A esse respeito, é considerada como “óbvia” a conexão indissociável da pobreza ao crime (as chamadas “classes perigosas”), as supostas tendências às ações criminosas se realizavam num espaço delimitado, atingindo tão somente os que morassem nesse lugar específico. Restritos num campo que organiza a vida societária e urbana, esses moradores permaneceram encobertos por uma cortina de indiferença que os ocultava nas notícias divulgadas nos jornais locais. Tanto suas demandas eram consideradas naturais e irrelevantes como sua presença e imagem na cidade eram hachuradas pelo lugar da informalidade, mas consideradas como estando dentro de uma ordem.

ii) No segundo período do recorte temporal (ano de 2013): nesse momento a população já havia feito a transição, tendo deixado as casas na Baixada e passando a morar nos apartamentos do CHM. Observa-se o deslocamento físico da cidade informal para a cidade formal. O Mucajá enquanto Baixada deixou de existir.

– A primeira constatação refere-se ao impressionante contraste em relação ao primeiro período, caracterizado pela ausência de informações relacionadas à Baixada e aos moradores do Mucajá. Já no segundo período, tanto o lugar quanto os moradores irromperam nas páginas dos jornais locais, mas a imagem manipulada a respeito do lugar e de seu morador aparecia deteriorada, inferiorizada;

– Todas as matérias de jornais relacionam tanto o morador quanto o lugar complementarmente: a imagem de ambos foi diretamente associada ao lugar do crime e do criminoso. Antigos pressupostos foram reatualizados, sobretudo o de “classes perigosas”, que interliga pobreza ao mundo da criminalidade, como se o crime fosse inerente aos pobres. Com base no ambiente em que se mora, condena-se antecipadamente todos que residem no lugar. Conforme Sidney Chalhoub (1996), é com base nesse pré-julgamento que agentes da segurança pública tratam todos os moradores de tais lugares como suspeitos em potencial, agindo normalmente com truculência em suas ações policiais. De acordo com as matérias de jornais, é possível verificar que a presença do Estado ocorre sobremaneira por meio de sua força repressora, cujas ações simbólicas reforçam ainda mais a imagem do lugar do perigo, marcado pela desordem. O aparelho de segurança pública é desenhado como antídoto para regular a confusão e contaminação

que o lugar representa. A ideia que relaciona a habitação popular a casos de polícia relembra o final do século XIX, em que o Estado tratava com rigidez a habitação popular, resultando dali a eliminação do cortiço, modelo tipológico da habitação popular. A extinção do cortiço, no entanto, não eliminou as raízes da hostilidade contra a moradia popular, tendo sido projetadas em diversos tempos e espaços urbanos, atingindo outras expressões do habitat popular, como é o caso das favelas e dos conjuntos populares. Nas décadas de 1960/70, durante o Regime Militar, o Estado tratou de fortalecer ainda mais as construções ideológicas contra a habitação popular, eliminando centenas de favelas no Rio de Janeiro e transferindo compulsoriamente famílias para os conjuntos populares, situados em vazios urbanos na periferia. O estigma do favelado manteve-se, mesmo quando seu espaço físico deixara de existir, acompanhando esses moradores transferidos para os conjuntos habitacionais. A marca desabonadora atravessou a linha do tempo e do espaço, podendo ser identificada nas mais diversas cidades brasileiras. No caso do Mucajá, a imagem do morador do conjunto é estigmatizada como favelado, que desabona e inferioriza tanto o morador quanto a habitação popular. Tal imagem também relaciona o morador e o lugar à convulsão social, o que na origem remete à questão da luta por liberdade empreendida por negros que procuravam “viver sobre si” como expressão de autonomia, passando a residir nos cortiços. Logo, o lugar de moradia foi interpretado como perigoso à ordem da sociedade vigente;

– O lugar assume a imagem de uma ferida no *corpus*, uma funcionalidade autônoma, contrária ao organismo social. A ação da ferida agiria implacavelmente influenciando a todos que estão sob seu domínio. Como ferida, o lugar porta a desordem, a contaminação e o perigo – o CHM configura a estrutura física e simbólica mais elementar do mal-estar presente na cidade formal. Esses pressupostos também são uma característica presente no processo que condena o habitat popular e seu morador.

– Outra ideia complementar à anterior diz respeito à conexão feita entre habitação popular e contaminação. No final do século XIX, a moradia popular irrompeu como o lugar do contágio físico e social, representando um perigo tanto biológico quanto para a ordem social. A higienização como remédio eliminou o cortiço e tentou, no século XX, controlar e extirpar do tecido urbano a moradia dos pobres, ou seja, as favelas. Diversos exemplos de hostilidade foram lançados contra a habitação popular, como campanhas de “bota abaixo”, retirada compulsória das favelas, barracões queimados

como demonstração de limpeza e civilidade, uso excessivo do aparato policial, etc. A criminalização tanto do lugar quanto das pessoas é mais um recurso que prejudica a imagem do morador e da habitação popular, execrada em rascunhos caricatos e numa imagem deformada, relacionada ao mal. Tanto o lugar quanto o morador são associados à sujeira, ao perigo e à desordem. Crenças de poluição foram analisadas pela antropóloga Mary Douglas (2014), segundo a qual a ideia de contaminação, sujeira, impureza expressam concepções simbólicas relacionadas a algo inoportuno, inadequado, uma oposição ao sistema que orienta e organiza a vida. Nesse sentido, a habitação popular, no caso específico do Mucajá, irrompe como uma contravenção à ordem, como algo fora do lugar, inoportuno e indesejado, poluindo assim o sistema classificatório e organizacional.

A leitura de matérias de jornais em momentos diferentes permite inferir que a divulgação de informações expressamente pejorativas a respeito do morador e de seu lugar de moradia pode ser interpretada, à luz do que afirma Mary Douglas (2014), como tentativa de apontar a contaminação que representa o CHM para a ordem estabelecida. No caso do Mucajá, tal ordem foi ameaçada quando esses moradores passaram a habitar a área central da cidade, em lotes urbanos valorizados, contando com bens e serviços urbanos, e não na periferia e em assentamentos espontâneos. Essa mudança configurou uma quebra da lógica que organiza a vida societária e que põe cada segmento social no seu “devido lugar”. A presença desses moradores numa área assistida pelos mais diversos serviços urbanos, expressou-se como uma afronta à moralidade da vida organizada pela estratificação social, a qual também é espelhada no tecido urbano. A ideia geral é que morar numa área centralizada, valorizada, dentro da cidade formal não é coisa para famílias pobres. Então, quando houve a transição da cidade informal para a formal, gerou-se uma confusão no mundo das ideias padronizadas, deixando as coisas fora do lugar. Neste sentido, o CHM enquanto moradia popular é a expressão visível da poluição em face da organização socioespacial no tecido urbano. No momento anterior, quando o Mucajá era um assentamento espontâneo, o mundo das ideias permanecia organizado, limpo, sem manchas e inalterado. Isso explicaria a ausência dessa população nas matérias de jornais. Por outro lado, quando essa população adentrou a cidade formal, numa área urbana valorizada e centralizada, houve uma série de confusões no mundo das ideias, estabelecidas para organizar a vida dos homens. Portanto, é certo afirmar que, mesmo não sendo deliberadamente, o estigma do favelado foi manipulado nos jornais locais como

tentativa de reorganizar o mundo das ideias, um mundo que organiza tudo dentro de uma ordem, pondo, inclusive, segmentos sociais em espacialidades específicas.

6.3.2 Pesquisa exploratória e entrevista: o que pensam os moradores externos ao CHM

Na pesquisa exploratória, bem como nas entrevistas, procurou-se identificar o senso de vizinhança no local, no que se refere à relação dos moradores do entorno do CHM para com os que residem no Mucajá. Além disso, elaborou-se um sucinto perfil dos moradores externos (como sexo, origem e tempo de moradia) que, em alguns aspectos, foram comparados com as informações sociais dos moradores do Mucajá com vistas a identificar pontos convergentes e divergentes de ambos os segmentos.

Os respondentes residem nos quarteirões selecionados (A, B e C – figura 13). O quantitativo de moradores que participaram da pesquisa, bem como a identificação dos quarteirões e os respectivos logradouros estão detalhados na tabela 14.

Tabela 14 – Quantitativo por quarteirão (vias)

Questionários aplicados		
Quarteirão	Logradouro	Quantidade
A	Rua Aimorés	14
A	Av. Leopoldo Machado	02
A	Rua Goitacases	08
A	Av. Jovino Dinoá	01
B	Rua Goitacases	08
B	Av. Leopoldo Machado	01
B	Rua Guaranis	05
B	Av. Jovino Dinoá	02
C	Rua Guaranis	08
C	Av. Leopoldo Machado	02

C	Rua Timbiras	07
C	Av. Jovino Dinoá	02
Total		60

Fonte: pesquisa de campo (Maio/2016).

6.3.2.1 Análise dos dados sociais e da relação com os moradores do CHM

Do total de respondentes, 56,7% foram mulheres, ao passo que 43,3% foram homens, de maneira que não houve diferença acentuada entre os **sexos** dos que participaram da pesquisa.

Quanto à **origem**, a maioria foi constituída por amapaenses – 36 (60%), seguidos por paraenses – 17 (28,4%), maranhenses – 3 (5%) e, em menor expressão, os nascidos no Ceará, Goiás, São Paulo e Tocantins, que juntos corresponderam a 04 respondentes (6,6%). Tendo em vista que 40% não são autóctones e comparando esse dado com os dados gerais de migração referentes ao Estado do Amapá, veremos que, do total dessa população, os que residem, mas não nasceram no Estado, correspondem a 26,1%⁷⁴ (IBGE, 2015). Ou seja, a presença de residentes não-naturais, que moram nas proximidades do CHM, é congruente com os dados oficiais referentes à migração no Amapá, acentuando-se ainda mais. Outro dado interessante é a expressiva presença de paraenses que moram no lugar. A aproximação geográfica entre o Amapá e o Pará justifica, em parte, a migração de paraenses que passaram a residir em Macapá. Se destrincharmos ainda mais esse dado (28,4%), verificaremos que a maioria provém do maior arquipélago de águas fluviais do mundo – o Marajó. Tomando como dado absoluto, destacam-se os municípios de Afuá, Breves, Chaves, Gurupá e Melgaço, que correspondem a 76,5% dos respondentes, enquanto os que nasceram em Belém (capital)

⁷⁴ Esse dado revela uma tendência da Região Norte do País, que tem apresentado um expressivo movimento migratório, ficando atrás somente da Região Centro-Oeste (69,1%). Na Região Norte, os nascidos no lugar, e que continuam a morar em seu Estado de origem, correspondem a 84,8%, enquanto os demais residentes que não nasceram no lugar perfazem 15,2%. Já a Região Nordeste vem apresentando um comportamento inverso, na medida em que sua população tende a permanecer no mesmo lugar, o que representa a maior proporção de residentes que nasceram no lugar, correspondendo a 97,2% da população (IBGE, 2015).

somam 23, 5%. A figura 14 explicita a proximidade geográfica entre Macapá e os referidos municípios vizinhos, pertencentes ao Marajó (PA).

Figura 14 – Mapa do Amapá (fluxo migratório).



Fonte: Google Maps, 2012. Elaboração: Karina Nymara (2016).

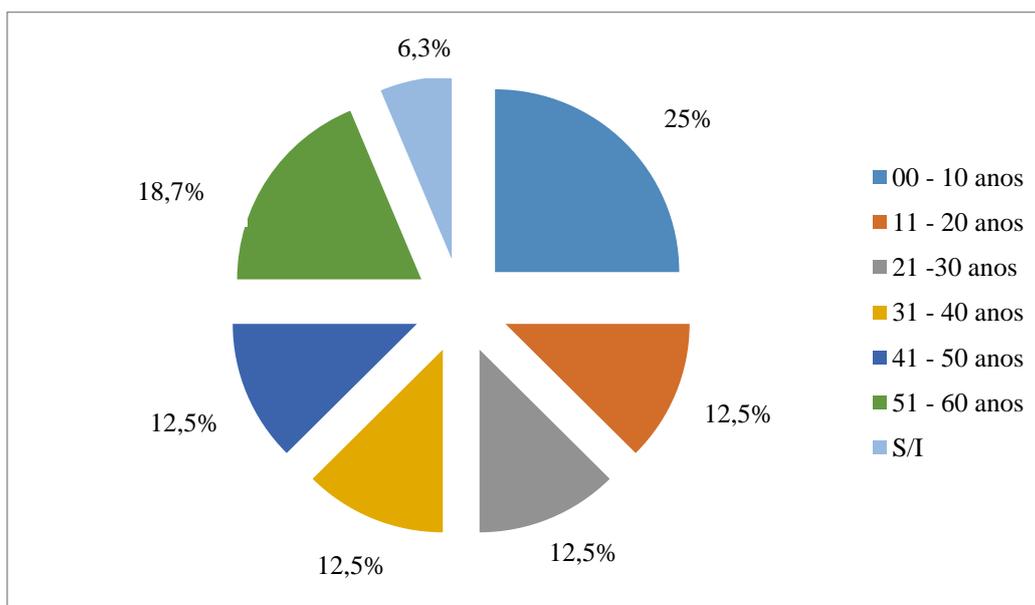
Como visto na seção anterior, no período da criação do TFA, houve um intenso fluxo migratório, sobretudo de ribeirinhos provindos de diversas ilhas do Marajó, que procuraram a cidade de Macapá para morar e trabalhar. Essa dinâmica alterou a composição social amapaense, podendo ser identificada nos dias atuais, a partir dos dados referentes ao lugar de origem, ora apresentados⁷⁵.

No que se refere ao **tempo que reside no lugar** verificou-se que dentre os amapaenses (36 respondentes), 52,7 % nasceram ou cresceram na mesma residência, sem

⁷⁵ Veremos mais adiante que, de fato, o momento de fixação na cidade por boa parte da população pesquisada, constituída por migrantes, coincide com o momento da estruturação urbana de Macapá e o início e expansão do Bairro do Beírol, ocorrida nas décadas de 1960/70.

jamais ter mudado de bairro ou de residência. A permanência de longa duração no lugar de origem indica a existência de um processo de fixação ou enraizamento da população nesse território. No que diz respeito ao tempo de residência dos que migraram para Macapá (40%), estão assim distribuídos, por décadas:

Figura 15 – Tempo de residência no lugar.



Fonte: pesquisa de campo (Maio/2016).

Do total de migrantes respondentes, 25% moram há até 10 anos no lugar. A maioria, entretanto, reside há mais de 30 anos no bairro (43,7%). Dentre os respondentes migrantes, chama atenção que 18,7% residem há mais de 50 anos no mesmo lugar. A permanência de longa duração de migrantes, bem como a fixação dos nascidos no lugar (sem que estes tenham mudado de local de moradia ou de bairro) são dados complementares que devem ser interpretados conjuntamente. Neste caso, os dados confirmam a trajetória familiar (grupal) traçada pelos pais (migrantes/ribeirinhos) e continuada pelos filhos e netos (naturais) que não somente nasceram nesse lugar, mas nele permaneceram. A inserção de parte dessas famílias ocorreu no momento que Macapá se estruturava e que o Bairro do Beírol surgia, durante a década de 1960. O relato de uma moradora externa ao CHM é um exemplo desse processo comum para muitos do bairro:

Eu sou paraense, nasci em Afuá, no Rio Cajuana. Vim pra cá com... não lembro bem minha idade, já tinha 3 filhos. O meu esposo tinha 22 e eu tinha 17 anos. No Afuá a gente cuidava do terreno de um senhor, tomava conta de gado e porcos, trabalhava no mato. E aí meus 3 filhos mais velhos estavam ficando

grande e eu tinha vontade que meus filhos estudassem, mas lá onde a gente morava era interior, não tinha escola. E aí eu comecei a falar pra ele que queria ir embora pra Macapá, eu queria colocar os meus filhos pra estudar... Aí a gente se esforçou e viemos. Nós chegamos aqui em Macapá no dia 28 de novembro de 1959... Era umas 6 horas da tarde. Tinha uma amiga minha de Afuá que morava bem na beira da praia, lá no bairro do Elesbão, essa minha amiga tinha a casa bem na beira do rio... Passei uma semana lá com ela. Depois meu marido alugou uma casinha pra nós lá no Trem, na Rua Cônego Domingos Maltez, lá ele alugou e fiquei com minhas três crianças e ele foi trabalhar pro Campo Verde, capinava, abria estrada, fazia tudo... Eu já estava grávida do meu 4º filho. De lá viemos andando, alugamos casa, viemos, viemos, viemos... Até... Depois eu me virei na prefeitura... Nesse tempo a gente andava muito, mas conseguiu tirar terreno, tirei este terreno, eu ganhei, não comprei. Aqui era tudo mato, as casas todas simples, quase todas de palha. Tudo era difícil, mas era um bom tempo. A gente vendia tudo pra sobreviver, carvão, lanche, eu lavava roupa pra fora, costurava... Foi uma vida sofrida, vendia chopp... Mas começou a melhorar a situação quando meu marido se empregou no governo, quando ele passou a trabalhar no governo, mesmo analfabeto ele foi chamado na última incorporação que teve (INFORMANTE A. Moradora antiga. Informação verbal, 2016).

A história familiar da *informante A* é similar à história de outras mais que migraram para Macapá nesse período. É interessante perceber que a família contou com o apoio de alguém que estava inserida na cidade – uma amiga de Afuá. Essa pessoa morava na cidade informal, às margens do Rio Amazonas. Anos mais tarde todos foram remanejados para outra área da cidade e o Elesbão deixou de existir⁷⁶. Interessa notar que o seu cônjuge, membro de família de baixa renda, contava com escassos recursos e não tinha estudo, de modo que não puderam adquirir de imediato a casa própria e foram morar de aluguel. A primeira experiência produtiva do marido na cidade foi um trabalho braçal. Por seu lado, a esposa realizava as mais diversas atividades para contribuir com a manutenção da família, informalmente. Interessa observar que a família conseguiu adquirir um lote no bairro do Beírol, quando “aqui era tudo mato”, ou seja, quando o bairro surgia no tecido urbano. Vale recordar que o Beírol foi planejado para absorver famílias de baixa renda. Logo, as moradias seriam de baixo padrão. Desse modo, a família da *informante A* estava habilitada a ser inserida no local, mas não sem vencer os processos burocráticos de praxe (“Nesse tempo a gente andava muito, mas conseguiu tirar o terreno, tirei este terreno, eu ganhei, não comprei”). Nessa época o Beírol era pensado para pessoas pobres, assim justificava o planejamento e a existência de atividades de apoio ao centro da cidade. A presença marcante de ribeirinhos no bairro era outra marca do lugar e, sem dúvida, para as elites urbanas da época, eles representavam um sinal de atraso. Então não haveria problemas em direcionar tais famílias para morar numa área que não

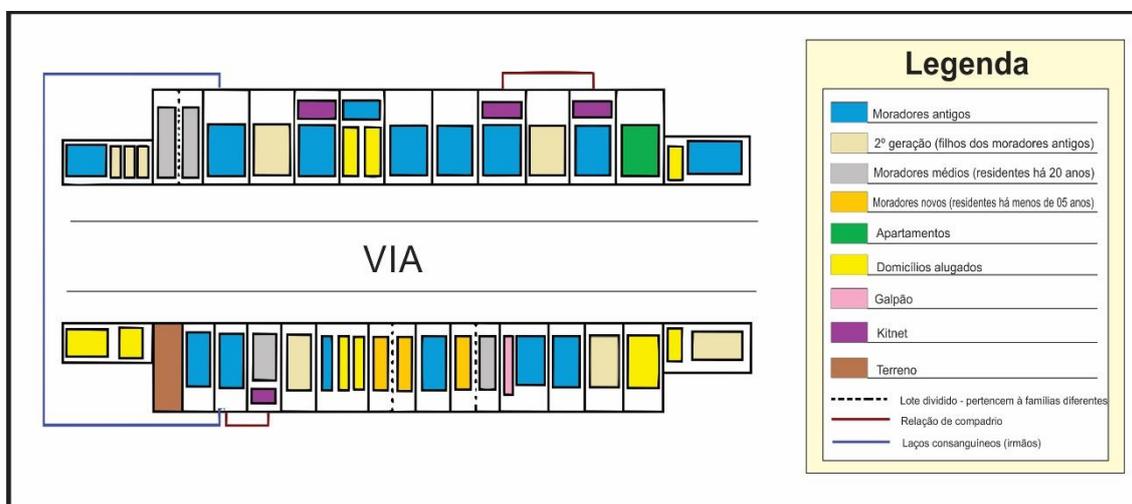
⁷⁶ Vimos na seção anterior que essas famílias foram remanejadas para o atual bairro de Santa Rita.

contava com praticamente nenhuma benfeitoria urbana: “Aqui era tudo mato, as casas todas simples, quase todas de palha”. Por fim, interessa observar que a reminiscência das famílias externas ao CHM, inseridas adequadamente no Bairro do Beiril, também remonta à **origem** das famílias do Mucajá – ambas provêm do Arquipélago do Marajó. A primeira diferenciação diz respeito à maneira de se inserir na cidade – uma adensou a cidade formal e a outra, a informal. Um segundo ponto em comum entre as famílias (ou grupos) está relacionado ao período de inserção na cidade, já que ambas migraram para Macapá durante a década de 1960. A segunda, e mais emblemática diferenciação entre essas famílias, diz respeito aos processos de apropriação ou expropriação vivida: enquanto os moradores externos ao CHM adquiriram lotes urbanos (na época considerada periferia para onde se direcionava famílias de baixa renda), fixaram-se no lugar desde a origem do Beiril; os descendentes do Mucajá, por seu lado, viveram diversos processos de expropriação relacionados à moradia – migrantes na cidade, foram retirados compulsoriamente da frente de Macapá (eliminação da ocupação espontânea). Depois, agentes públicos que interviam no lugar não os reconheceram como pertencentes às famílias remanejadas que moravam nessa área (considerados meros agregados, por isso também foram descartados de toda política compensatória relacionada à habitação, direcionada às famílias remanejadas). Assim, eles acabaram por iniciar outras ocupações espontâneas, sem nenhuma segurança de que permaneceriam no lugar, até porque essa forma de ocupação era, e continua sendo proibida pela legislação, o que os colocava numa situação de ilegalidade e instabilidade em relação à moradia. Processo de expropriação está diretamente relacionado a experiências de desenraizamento. Fora de sua terra natal, inseridos na cidade informal, sem contar com a segurança de trabalho, moradia, rede de sociabilidade (amigos, parentes, vizinhos, lugar seguro para manter relações sólidas, etc.), acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social e, como ponto mais dramático, a impossibilidade de se fixar com segurança ao solo urbano – tais experiências de vida reverberaram em negação do direito a viver e de habitar na cidade no sentido mais concreto, qual seja, ter uma moradia e poder permanecer nela com segurança. Essas experiências trazem em sua tônica a dimensão de desencaixe e de desenraizamento, condenadas a viver em ocupações espontâneas. Essas ocupações são avaliadas e julgadas simplesmente como o lugar que não deveria existir na cidade moderna. Além disso, tais julgamentos se firmam em preceitos ideológicos cultivados no Brasil de outrora, pulverizando o imaginário urbano na contemporaneidade.

As experiências dos moradores externos ao CHM seguiram uma direção contrária à situação vivida pelos remanescentes do Mucajá, pois, fixadas ao solo urbano, essas famílias, juntas, atravessaram a linha do tempo. Construíram sua história individual, familiar e, ao mesmo tempo grupal, pois, ao compartilhar histórias parecidas (como origem, condição social, etc.), ao produzir suas moradias no mesmo tecido urbano e aspirar à ascensão social (por meio do trabalho e do estudo para si e para os seus filhos), reconheceram-se como semelhantes. Ou seja, identificaram-se umas com as outras e se viram como iguais. Tal identificação grupal foi forjada e referendada ao longo do tempo que, não somente permitiu a coesão grupal, como a consolidou. Indivíduos e famílias passaram a compartilhar aspirações, laços de amizade, de parentesco e de compadrio⁷⁷, tornando sólida a experiência de viver o espaço urbano, entre vizinhos.

O croqui (figura 16) representa uma das vias dos bairros analisados, uma vez que identifica as benfeitorias existentes e o tempo de permanência dos moradores no lugar. Tem destaque a fixação dos moradores antigos e dos seus descendentes, além de ter sido possível verificar a existência de grau de parentesco e relações de compadrio⁷⁸.

Figura 16 – Croqui – representação de uma via do Beirolo (tempo de moradia/parentesco e compadrio).



Fonte: pesquisa de campo (Maio/2016). Elaboração Karina Nymara e Laércio Rodrigues (2016).

⁷⁷ Compadrio é um mecanismo ritualístico próprio da Igreja Católica que, no momento do batismo da criança (iniciação), convoca os pais biológicos e mais outro casal (à escolha dos pais da criança) que passam a ser corresponsáveis pela condução da vida espiritual do batizado. O casal não-biológico passa a ser denominado de comadre, no caso da mulher, e compadre, no caso do homem. Em famílias tradicionais, ou comunidades tradicionais, a escolha do casal, feita com base em afinidades ou interesses diversos, é um recurso habitual para aproximar famílias não ligadas por laços consanguíneos. Após se tornar compadres, as famílias se tornam mais próximas, superando distâncias.

⁷⁸ A elaboração do croqui só foi possível com a contribuição de dois moradores antigos.

A maioria das pessoas que vivem nesse trecho são moradores antigos que permaneceram no mesmo lugar. Outra expressão interessante diz respeito à 2ª geração, isto é, filhos dos moradores mais antigos, que seguindo os passos dos pais (primeiros proprietários), após herdarem a moradia de seus genitores, fixaram residência no lugar. Foi possível identificar também a presença de parentes vivendo próximos uns aos outros (2 casos: um irmão vivendo ao lado do terreno da irmã, e duas irmãs que só não vivem lado a lado porque há um terreno separando-as) e de compadrio (duas vizinhas antigas se tornaram comadres – apadrinharam os filhos dos vizinhos reciprocamente. O ato de apadrinhar torna mais sólida as relações intrafamiliares, pois é um mecanismo que serve para referendar a proximidade entre vizinhos, que passam a se reconhecer como parentes). Há de se considerar que no croqui não é possível desenhar os laços sólidos de vizinhança. Entretanto, o tempo de permanência no lugar dá indício da existência dessa relação.

O relato da *informante B*, também moradora antiga, corrobora a ideia de coesão grupal constituída por vizinhos que se reconhecem como membros familiares, mesmo que não compartilhando relações consanguíneas ou de compadrio:

Na relação com meus vizinhos, da minha parte eu sou feliz. Eu me dou muito bem com eles. Tem um vizinho que tem aquela amassadeira ali... Ele vive aqui há muitos anos, é quase do mesmo tempo que vim morar pra cá. Considero os filhos dele como sobrinhos... Meus filhos consideram ele um tio, assim os filhos deles também me consideram tia... São ótimas pessoas. Essa vizinha aqui do canto há muitos anos... Os pais dela já faleceram e eram meus vizinhos... Sobre vizinhos eu não tenho queixa de ninguém. É uma ótima convivência porque eu sou uma pessoa que não vivo na casa de vizinho, quando me verem na porta do vizinho é quando soube que alguém está doente, aí eu vou visitar, eu vou ver como ele está, se posso ajudar, é assim. Mas eu não vivo na casa deles... Essa é minha vida (informação verbal. INFORMANTE B. Moradora antiga).

Pode-se inferir que a definição de vizinhança vai para além de alguém que mora próximo. Vizinho é alguém que se conhece há muito tempo e que com ele estabelece uma relação de proximidade e reciprocidade, chegando mesmo ao ponto máximo de considerá-lo como uma pessoa da família. Não necessariamente um interfere na moradia do outro, mas, quando se precisa, o vizinho sabe que pode contar com a solidariedade do seu semelhante. Os laços de vizinhança são bastante coesos, resultam dos anos transcorridos, convivendo lado a lado.

A transferência de famílias da baixada para o CHM se apresentou como uma ameaça ao *status quo* das famílias externas ao Mucajá – definido pelo tempo que se mora

no lugar, pela localização espacial do bairro e pela organização social do espaço. Dessa maneira, as inter-relações sociais do morador externo em relação ao morador do Mucajá tendem a pautar-se pela desarmonia (conflito). Estes foram considerados *desviantes*, ou seja, responsabilizados por ameaçar a lógica que organiza tanto as interrelações de vizinhança (definidas pelo tempo) quanto o acesso à cidade formal bem localizada (direcionadas à produção de moradias de alto padrão). Com base em Norbert Elias (2000), é possível considerar os moradores do Mucajá como *outsiders*, pois os residentes externos ao CHM cerraram fileira contra aqueles, responsabilizando-os por todo caos existente no lugar. Essa situação de caos, supostamente, só apareceu após a mudança para os apartamentos.

Dotados de maior coesão grupal, os moradores externos (*estabelecidos*) avaliam tanto o morador quanto o CHM perigosos e manipulam o estigma do favelado, prejudicando diretamente a imagem do lugar e de seu morador. O tempo de permanência no lugar, a organização socioespacial (categoria social no seu espaço correspondente) e a sólida relação de vizinhança são os principais recursos para distinguir os *estabelecidos* e menosprezar os *outsiders*.

Na condição de *outsiders*, os moradores do Mucajá são vistos como prejudiciais para a boa convivência no bairro e para a reprodução da vida organizada em termos de categorias sociais em espaços adequados. A experiência de desenraizamento ou desencaixe na cidade concorre para a frágil coesão entre moradores do CHM, o que por sua vez, os torna mais suscetíveis a ataques tanto pessoais quanto grupais, que, também, prejudicam a imagem do m abertas e, no primeiro momento, foi-lhes pedido que *apontassem algo ou alguma coisa que avaliassem como boa ou importante e que existisse no bairro*; segundo, depois de respondido, foi-lhes pedido que *apontassem*, do mesmo modo, *algo ou alguma coisa que avaliassem como ruim que existisse no Beirol*⁷⁹. As respostas foram as mais variadas, mas, ainda assim, possíveis de serem interpretadas:

⁷⁹ Por se tratar de uma questão subjetiva, procurou-se não interferir na imaginação do que seria bom/ruim, deixando-os (as) totalmente à vontade para apontar. Tal classificação se deu exclusivamente a partir da concepção dos que responderam. Como era de se esperar, as respostas variaram bastante, desde coisas palpáveis, mensuráveis como equipamentos públicos, a conforto ambiental ou de valor afetivo, sentimental.

Tabela 15 – Avaliação subjetiva de pontos positivos e negativos no bairro.

Indicação de algo ou alguma coisa boa ou importante no Bairro	%	Indicação de algo ou alguma coisa ruim no Bairro	%
Localização	30,0	CHM	38,4
Posto de Saúde	23,3	CESEIN	8,3
Vizinhança	16,6	Saneamento	8,3
Superfácil	6,6	Nada é ruim	8,3
Tranquilidade	5,6	Oferta de água	8,3
Próximo ao quartel/segurança	3,3	Assalto	5,0
Esgoto	3,3	Barulho	3,5
Tudo é bom	3,3	Violência	3,5
Infraestrutura	1,6	Crime	3,5
Ventilação	1,6	Insegurança	1,6
O modo de vida	1,6	Péssimo serviço dos Correios	1,6
Nada é bom	1,6	Coleta de lixo	1,6
Não sabe	1,6	Infraestrutura	1,6
-	-	Fofoca	1,6
-	-	Elevado custo de vida	1,6
-	-	Não respondeu	6,6
Total	100	Total	100
Obs: total de respondentes: 60		Obs: 60 respondentes	

Fonte: pesquisa de campo (Maio/2016).

A primeira indicação do que se considera bom ou importante no bairro é a sua *localização*. De fato, o Beiril situa-se numa área privilegiada, atendida pelos mais diversos bens e serviços públicos, e está diretamente relacionada ao centro da cidade. A localização e a proximidade em relação ao bairro Central aparecem como uma distinção própria de famílias que “moram bem”. A menção de equipamentos considerados como positivos como o *Posto de Saúde* e o *Superfácil* (2ª e 4ª posição, respectivamente) dão uma dimensão do aspecto das necessidades básicas que podem ser atendidas ali mesmo

onde se mora, como a questão relacionada à saúde⁸⁰. A relação de vizinhança é algo tão consolidado na vida desses moradores que ela aparece como a 3ª coisa mais importante que se tem no lugar, o que reforça a ideia de coesão grupal entre vizinhos.

Quanto à indicação de algo ruim, o CHM desponta em 1º lugar. A imagem do conjunto habitacional e de seus moradores assume o lugar das pessoas indesejadas, estranhas e perigosas. Tanto as pessoas quanto o CHM irrompem como o antro da poluição e de pessoas impuras (poluídas), respectivamente. A leitura que se faz do lugar e o de seu morador se contrapõe ao mundo ordenado e organizado. Com base em Mary Douglas (2014), pode-se afirmar que a presença dessas pessoas na cidade formal, localizadas numa área central, configura uma confusão na ideia que padroniza e organiza a cidade. Nesse caso, a cidade reserva o melhor espaço urbano às categorias sociais com maior padrão de consumo, restando à maior parte da população, desprovida de recursos financeiros ou de baixa renda, reproduzirem suas moradias nas áreas periféricas ou na cidade informal, que, em tese, seria o lugar da reprodução da pobreza. Essa mesma lógica conecta pobreza e criminalidade, tomando-as indissociáveis, o que caracteriza as classes denominadas como “perigosas”. Tendo em vista a presença no lugar destinado à sua reprodução, como a periferia e/ou as ocupações espontâneas, gera-se certo mal-estar nas elites urbanas, mas nada que altere a organização da vida e do espaço. No final das contas, permanece inalterada a concepção que a pobreza e o crime se realizam numa espacialidade específica. No entanto, no momento em que foram transferidas famílias pobres para apartamentos, numa espacialidade urbana considerada de alto padrão, esse deslocamento representou uma confusão, uma contravenção à ordem. No primeiro momento, isto justifica, por exemplo, a ausência (invisibilidade) de matérias relacionadas aos moradores da Baixada do Mucajá, antes do conjunto ser inaugurado. Depois da inauguração, os moradores não somente apareceram nas matérias, como foram associados à patologia no *corpus social*. O CHM é representado como o lugar da confusão, da sujeira e da desordem. A fala de um entrevistado externo ao CHM ilustra bem essa ideia de desorganização, que surgiu após a mudança para os apartamentos:

Antes **eles moravam lá pra baixo**, na área de ressaca lá que eles invadiram há muitos anos, aí o governo resolveu melhorar o local lá, e aí tirou eles. **Lá tudo**

⁸⁰ Considerando, sobretudo, que parte da população respondente é constituída por moradores antigos que demandam com mais frequência o serviço de saúde. Já o outro equipamento, Superfácil, facilita o atendimento de serviços burocráticos ao cidadão, como emissão de documentos pessoais, acesso à justiça (como Defensoria Pública) e direito do consumidor.

era de palafita, casas tudo bem humildes. Aí aquela sujeira toda que, como sempre acontece. Eles vão aterrando tudo... A área de ressaca, os que não aterram, mas vão jogando lixo aí vira aquela.. é... Como se diz, **uma porcaria na verdade que eles viviam ali**, que eles jogavam tudo quanto é coisa lá, aí o banheiro tudo é lá dentro daquele negócio. Aí o **governo sensibilizado resolveu criar isso, pensando que ia fazer um bem pra eles, fizeram um bem pra eles e um mal pra gente...** Porque, na verdade, **cada dia que passa vai aumentando a violência aí.** Agora a gente não pode passar nem lá na frente que é arriscado. E... Olha! **Eles moram numa área bem, como é que se diz, localizada** que é numa rua principal da cidade que é a Jovino Dinoá. E fizeram esse projeto e acabou que ficou tipo uma... **Dão até apelido do bairro lá, do conjunto lá... Cidade de Deus porque a violência é grande lá dentro.** Lá é uma favela verticalizada. Tem uma parada de ônibus bem na frente que não pode ninguém pegar ônibus lá que eles assaltam, levam bolsa, celular, tudo que... até matam... um dia desses mataram uma professora lá, ela foi tentar segurar a bolsa dela e o moleque deu uma facada no pescoço dela que atingiu a jugular e ela se acabou em sangue, ela morreu lá mesmo no local (ENTREVISTADO C. Morador 2ª geração. 2016. **Grifo nosso**).

Diversas considerações podem ser feitas, mas pontuaremos algumas: i) *“antes eles moravam lá pra baixo”, “lá tudo era palafita, casas tudo bem humildes”* – quando esses moradores viviam na Baixada do Mucajá imperava a lógica que organizava a vida dos homens, direcionando e padronizando segmentos sociais específicos em seus “devidos lugares”. Nessa lógica, o morador da ocupação espontânea estava no lugar e nas habitações adequadas – “lá pra baixo”, nas “palafitas”, nas “casas humildes”. Não havia confusão de ideias e nem da organização do espaço urbano; ii) *“vão jogando lixo”, “uma porcaria na verdade que eles viviam ali”, “o banheiro é tudo dentro daquele negócio”* – como estavam no lugar da reprodução da pobreza, era esperado também um certo comportamento não-condizente com parâmetros civilizatórios. Tais ideias se expressam nas imagens elaboradas a respeito do morador da Baixada do Mucajá que são rabiscadas como pessoas não higiênicas, impuras, pois não sabem dar o devido destino aos resíduos, e, por isso, descartam o lixo em qualquer lugar, tornando o Mucajá mais impuro. A ideia da convivência com um lugar de impureza é reforçada pela expressão “o lugar que se vivia era uma porcaria”, que se relaciona a impureza e contaminação. Essa concepção se aprofunda ainda mais quando diz que também os dejetos se misturavam com o lixo e com a moradia – *“o banheiro é tudo dentro daquele negócio”*. Tudo acontecia dentro do Mucajá: pessoas incivilizadas, lixo, excrementos – um ambiente de confusão, mas que ocorria num lugar bem específico, o da pobreza. Assim, permanecia inalterada a padronização das ideias e do espaço urbano; iii) *“o governo sensibilizado resolveu criar isso, pensando que ia fazer um bem pra eles, fizeram um bem pra eles e um mal pra gente”* – A transição da Baixada para o CHM se denota por “o governo [...] resolveu fazer isso”, o conjunto habitacional não é nominado, substitui-se pela expressão “isso”. O novo

momento é caracterizado pela inversão de valores “*pensando que ia fazer um bem pra eles, fizeram um bem pra eles e um mal pra gente*”. A ideia é que o governo resolveu priorizar um segmento em detrimento de outro, o que já deixa subentendido que há uma situação confusa da ordem, o que, por sua vez, gera desarmonia e conflito; iv) “*cada dia que passa vai aumentando a violência aí*”, “*Eles moram numa área bem... como é que se diz... localizada*” – A confusão, desordem, contaminação da vida social e do espaço urbano se traduzem pelo aumento da violência, resultado da ação que ameaça a organização de lugares e pessoas. Após adentrarem a cidade formal, os moradores do CHM foram responsabilizados pela violência que tem uma conotação patológica no *corpus* social. Existe uma ideia de oposição – de um lado a ótima localização do lugar, de outra, a barbárie dos moradores do CHM, ambos não coadunariam, sendo incompatíveis (apesar de morarem num lugar privilegiado, eles atuariam violentamente, o que contamina o lugar); v) “*Dão até apelido do bairro lá, do conjunto lá... Cidade de Deus porque a violência é grande lá dentro*” – constata-se o uso de recurso de distanciamento/estranhamento do CHM em relação ao bairro do Beiril, considerando o CHM como outro bairro, diferente do bairro no qual o entrevistado mora “*Dão até apelido do bairro lá*”. A tentativa é desatrelar a imagem do Beiril da do CHM. Tal recurso também expressa rejeição, separação, menosprezo, não reconhecendo o morador como igual, como partícipe da vizinhança. Tal questão se dramatiza ainda mais com a comparação entre o CHM e a favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, a qual virou filme lançado em 2002. Os pontos de conexão entre ambos são dois: habitação popular e a violência. Interessa observar que o morador externo ao Mucajá rejeita a ideia de compartilhar o mesmo bairro com o morador do CHM, considerando-o como um bairro diferente. Por outro lado, avalia o CHM semelhante à Cidade de Deus, ou seja, desconsidera-se a proximidade física/espacial, mas amplia-se a imagem deteriorada do morador associada à favela, fazendo uma comparação direta com favelas do Rio de Janeiro, reproduzindo o imaginário urbano que associa a habitação popular ao crime (classes perigosas).

Constata-se que tanto o discurso apregoado pela mídia, por meio das notícias jornalísticas (de repercussão macro), quanto o discurso dos moradores do entorno (de repercussão micro), estão eivados por uma lógica que inferioriza o lugar e o morador do CHM. Essa lógica configura o estigma do favelado, cujas raízes sustentam-se num processo histórico de longa duração, que criminalizou e condenou a habitação popular

ainda no Brasil Império (o que culminou com a eliminação dos cortiços). A cidade que se modernizava, levada a cabo pela Primeira República, reproduziu o mesmo tratamento truculento contra a habitação popular, cuja principal expressão passou ser a favela. A condenação à favela perpassou tempos e espacialidades diferentes, expressando-se no cotidiano das cidades brasileiras contemporâneas. Independente de o morador habitar na favela, ou assentamento ou ainda em conjuntos populares, a marca desabonadora os acompanha. É o que ocorre com os moradores do CHM, que herdaram a carga ideológica de processos condenatórios contra a habitação popular ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de alterarem a forma de morar e integrarem-se fisicamente à cidade formal – da baixada para os apartamentos – permaneceram os significantes, ou seja, não alterou a conotação pejorativa relacionada à moradia popular. No caso do CHM, essa imagem deteriorada foi massivamente manipulada, o que acabou por erguer uma barreira simbólica que condena e segrega os moradores da habitação popular.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a gênese da sociedade brasileira à *moradia* foi tomada como signo para aprofundar as desigualdades sociais, vimos que as dessemelhanças entre senhor e escravo, por exemplo, expressavam-se mais no campo do simbólico e menos na escala espacial, uma vez que ambos residiam praticamente na mesma espacialidade, um na casa-grande e o outro na senzala.

A passagem do Brasil Agrário ao Brasil Urbano não significou mudanças radicais de valores considerados caros ao domínio do patriarcado, disto permaneceu a aversão a toda coisa oriunda do espaço público ou da *moradia popular* que surgiu fora da antiga casa-grande no primeiro momento, e do sobrado, no momento posterior. Vimos que tal inimizade se dramatizou radicalmente no final do século XIX a ponto de exterminar o cortiço do tecido urbano, da então capital do Império; o que só foi possível após a invenção de um arsenal ideológico de hostilidade à *habitação popular*. Esta marca a gênese do estigma contra a moradia dos pobres. As principais armas apontadas contra o cortiço se sustentavam nos seguintes postulados: a) o cortiço era habitação dos pobres, assim sendo, era também a habitação das classes perigosas (todo pobre era considerado criminoso); b) essa moradia abrigava a maioria dos negros, então, ela fazia parte do contexto de convulsão social que os negros desejavam promover (o negro escravizado aspirava por liberdade – visto como ameaça a ordem imperante); e c) essas habitações eram o foco das epidemias que comprometiam a saúde da cidade; assim, os que moravam nelas era responsáveis pela propagação de patologias, tanto no sentido biológico quanto no sentido social. Essas ideias alteraram as inter-relações sociais e impactaram na materialidade urbana do Rio de Janeiro.

Vimos que o fim do cortiço, no entanto, fora precedido pelo aparecimento de uma nova contradição materializada no espaço urbano que se modernizava, a favela. No limiar do novo século as favelas foram associadas ao cortiço, ou seja, a nova moradia popular herdou dos cortiços os seus significantes, elas passaram a ser consideradas o mal da cidade, uma ferida no *corpus societário*. Verificamos que a primeira política habitacional específica para a favela foram os parques proletários, que havia a intenção de se universalizar, mas tal política não se mostrou atraentes para os favelados, que se organizaram para contrapor aos parques, anos mais tarde essa política chega ao fim, mas

sem antes emitir *os significantes*, de acordo com a literatura, os parques proletários em nada diferenciavam da favela e eles foram considerados favelas. No regime autoritário a manipulação do estigma do favelado foi fortemente alargada. O Estado pôs em prática a política de remoção; os moradores saíram compulsoriamente da favela e transferidos para conjuntos populares, na periferia, para longe das vistas das elites urbanas. Esses moradores, mesmo mudando de local de moradia foram considerados como favelados; reatualizaram-se antigos pressupostos contra a habitação popular, e, agregaram-se novas ideias hostis. Essas concepções dinamizaram-se por toda parte a ponto de ser denominada de *estigma do favelado*.

Ao discorrer sobre a história da questão habitacional em Macapá, foi possível identificar e comparar a realidade do Rio de Janeiro, sobretudo no que diz respeito à aversão a moradia popular. O governo do TFA ansiava imprimir na espacialidade urbana de Macapá, elementos que denotassem a existência de valores condizentes a outras cidades brasileiras consideradas como grandes centros; e, por outro lado, cerrou fileira contra os hábitos dos caboclos e suas moradias, pois representavam o atraso (casas de tijolos representavam o avanço para as elites urbanas; e casas de madeira palafita representavam o atraso, o retorno à vida “atrasada” e “primitiva”/expulsão de famílias negras do centro da cidade). Assim como no Rio, o Governo do Amapá lançou mão de planos urbanos e regulamentos urbanos com intuito de coibir a expansão da moradia popular e de hábitos do caboclo; e, ao mesmo tempo, induzir o aparecimento de tipologias urbanas tidas como *status*, como a produção de moradia de alto padrão em bairros nobres.

Ao examinar a manipulação do estigma do favelado no CHM, a partir de recortes de jornais (em momento anterior e posterior a inauguração do equipamento), verificou-se que no primeiro momento (anterior à inauguração) não foi encontrado nenhuma reportagem a respeito da baixada do Mucajá ou de seu morador, exceto uma menção ao CHM que estava sendo construído, o que passaria ser uma tendência de imóveis verticalizados; tal ausência delineia um processo social de invisibilidade, os moradores da baixada do Mucajá não era um percalço, pois residiam no “seu devido lugar”, ou seja, na baixada, todas as coisas seguiam o ordenamento da vida e da espacialidade que organiza a cidade. Já no segundo momento (posterior à inauguração), a imagem dos moradores do CHM irrompe nos jornais locais que os associam à criminalidade, a confusão e sujeira. Constatou-se a permanência da manipulação do estigma do favelado

reatualizando antigos pressupostos como a de classes perigosas. Em nível das inter-relações sociais, relacionados os moradores que residem próximo ao CHM e os moradores do próprio Mucajá, se descobriu que além da hostilidade que lhes são direcionadas, o morador do Mucajá não é visto como alguém que se compartilhe o mesmo bairro de moradia. Além disso, os moradores externos se veem superiores e semelhantes entre si, tal coesão provém do tempo de residência no lugar. Juntos, esses moradores externos atravessaram a linha do tempo. Por outro lado, os moradores do CHM são vistos como ameaça à ordem, ao sossego, a organização da vida do bairro/vizinhança. Por fim, explicamos que a dramatização das diferenças sociais envolvendo os moradores do CHM e os moradores externos decorrem em função do deslocamento das pessoas da baixada do Mucajá que passaram a integrar a cidade formal em um bairro considerado de alto padrão, assistido dos mais diversos serviços públicos. De acordo com a concepção dominante, existe uma lógica organizadora que coloca cada segmento social no lugar que lhe é devido, assim, famílias com escassos recursos financeiros devem ocupar bairros de baixo padrão; por seu lado, famílias com mais alto poder aquisitivo devem ocupar bairros de alto padrão. Qualquer mudança nessa estrutura organizativa gera confusão, ameaça que devem ser equacionados. Assim, é sujeira colocar famílias pobres em ambiente considerado de alto padrão, e vice-versa. Essa é a principal razão de se dramatizar e alargar a manipulação do estigma do favelado na situação do CHM.

Destarte, a manipulação do estigma do favelado reatualizado nas cidades brasileiras aprofunda as diferenças sociais, erguem barreiras que separam os heterogêneos e agudizam a violência na sociedade brasileira. O estigma do favelado permanece como uma marca que inferioriza os moradores de habitações populares e concorre para a diminuição do campo dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio. Jorge Zahar, 2010.

AMAPÁ REALIZAÇÕES. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1978.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2. ed. Porto: FAUP/ Publicações-cidade do Porto, 1998.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEDESCHI, Luciana & ROLNIK, Raquel. Incêndios em favelas: falar sobre o tema é mexer com fogo? In: **Observatório das Metrópoles**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. 2016. Disponível em: http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1704:inc%C3%AAndios-em-favelas-falar-sobre-o-tema-%C3%A9-mexer-com-fogo?&Itemid=164>. Acesso em dez. de 2016.

BERDOULAY, Vincent. Modernismo e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro. **Revista Território**. Ano VII, n. 11, 12 e 13. Rio de Janeiro, 2003.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 1985

BIBLIOTECA PUBLICA DE MACAPÁ ALCIR LACERDA (BPMAL). **Acervo: obras raras**. 2017

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, v.05, n.01, Rio de Janeiro, abr. de 1999.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.812**, de 13/09/1943.

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN. Rio de Janeiro, 2014.

BRUM, Mário. **Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Associação de Universidades Amazônicas, UFPA, NAEA, Belém, 2008.

CARVALHO, Monique Batista. **Questão Habitacional e Controle Social: a experiência dos Parques Proletários e a ideologia “higienista-civilizatória” do Estado Novo**. Monografia (Ciências Sociais). PUC. Rio de Janeiro, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção Pensamento Crítico: v. 48).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 9a reimpressão, 2003.

CÓDIGO DE OBRAS, 1937. **Acervo Raridades**. Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/codigo-de-obras-de-1937>>. Acesso em nov. de 2016.

COSTA, Ana Carolina Silva da & ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Univ. Hum.** Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 109-137, jan./dez. 2008.

DE LA MORA, Luiz. Produção social do habitat: estratégias dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. In: **Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat**. Olhares Cruzados Brasil - França. Editora Universitária, UFPE, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

FERREIRA, Nilzete & MIRANDA Antonio Carlos de. Uma passagem no tempo: do cortiço à favela contemporânea. **Corpus et Scientia**. V.8, n. 2, p. 99-108. 2012.

G1 AMAPÁ. **Infiltrações em obra do PAC trazem transtornos para famílias no Amapá.** Macapá, 03/05/2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving . **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Luiz Cláudio Moreira. Parques proletários: uma questão para além da política habitacional. **XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.** Florianópolis, 2009, p. 1-14.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937. **IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.** São Paulo, 2006.

GONDIN, Linda Maria. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, 1981, p. 27-44.

HAHNER, June E. **Pobreza e política:** os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Brasília: Edunb, 1993.

HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. **Habitar na cidade:** provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975. Dissertação (Mestrado em História). UFAM. Manaus, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo.** 1950-60.

_____. **Censo.** 2010.

JORNAL AMAPÁ. A prefeitura e a solução de problemas urbanos. **GTFAP.** n. 259, 25 fev. 1950, p. 05.

_____. Olaria de Macapá e seu desenvolvimento. **GTFAP.** n. s/d, 13 set. 1950.

_____. Visitado pelo Sr. Governador o barracão dos operário. **GTFAP,** n. 255, 28 jan. 1950, p. 02.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

- _____. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, 2002, n. 63, p. 9-30.
- LEAL, Maura. A mística do Amapá: a invenção do cidadão amapaense – brasileiro. In: OLIVEIRA, Augusto & RODRIGUES, Randolfe (org.). **Amazônia, Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 267-295.
- LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de sobrados e mucambos e outros ensaios gilbertianos**. 2ª ed. Recife, Editora UFPE, 2014.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos cadernos NAEA**, v.2, n.2, p.5-32, dez. de 1999.
- LIMA, J. J. F.; CARDOSO, A. C. D. Tipologias e padrões e ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia, diferentes olhares em perspectivas**. Belém: Edufpa, 2006.
- LOBATO, Sidney da Silva. Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964). **SÆCULUM – Revista de História**. João Pessoa, jan./jun. 2015, n. 32, p. 113-126.
- _____. Fome e táticas alimentares, no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1944-1964). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013, p. 1-17.
- MAMANI, Hernán A.; MOTA, Carla Gisele S. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ. **Libertas**, v. 12, n. 2, 2012.
- MARIN, R. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**. Belém-PA, v.8, n.1, p.73-114, jun. 2005.
- MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. 9. ed. São Paulo: Global, 2001.
- MORAES, Orlando de. Ingratos e traidores. In: NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá: impressões sobre o Território**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2012. p. 29-33.
- MOTTA, Marly Silva da. BOA PARTE DA ARGUMENTAÇÃO. In: **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NÉRI, Sara Heloísa Alberto. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas à hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana.** Dissertação (mestrado em ciências em engenharia civil). UFF. Rio de Janeiro, 2004.

NONATO, José Antônio & SANTOS, Núbia Melhem (org.). **Era uma vez o Morro do Castelo.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

O'DONNELL, Júlia. **De olho na rua:** a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Adamor de Souza. **Tesouros de memória.** Fortaleza, 2013. Editora Premius.

OLIVEIRA, Adélia E. de. **Amazônia:** modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). Pará: Emílio Goeldi, 1988. Série Antropologia.

OLIVEIRA, M. S. S. Religiosidade popular em comunidades estuarinas amazônicas: um estudo preliminar do marabaixo no Amapá. In: Iberoamérica ante los retos del siglo XXI., 1999, Barcelona. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999. v. 45. p. 45-49.

PEREIRA, Arlindo da C.; MAFRA, Edvaldo L.; NERI, Gláuber D. & VIEIRA, V. José 2000. **Perspectivas de remanejamento e assentamento da Vila Mucajá.** Monografia (Colegiado de Geografia). UNIFAP. Macapá, 2000.

PLANO AGACHE. **Prefeitura do Distrito Federal.** Cidade do Rio de Janeiro: Extensão- Remodelação-Embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: < <http://planourbano.rio.rj.gov.br>>. Acesso em dez. de 2016.

PLANO DE AÇÃO IMEDIATA DE MACAPÁ (PAIM). **Governo do Território Federal do Amapá.** Biblioteca da AS. Técnica - 1971.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU). **Fundação João Pinheiro,** Macapá, 1973.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ. **Prefeitura Municipal de Macapá.** Macapá, 2004.

PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE DE MACAPÁ (PUCM). **Relatório da Grumbilf do Brasil.** São Paulo. 1960.

PLANO URBANO, TURISMO E ARQUITETURA. H. J. COLE + ASSOCIADOS (PUTEA HJ COLE). **Governo do Território Federal do Amapá.** Rio de Janeiro. 1977.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. **Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade:** o Conjunto Habitacional da Torre. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). UFPE. Recife, 2006.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP)**. Dissertação (mestrado em geografia). UFPA. Belém, 2006.

PORTO, Jadson L. R. **As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio**. Dissertação (mestrado em geografia). UFSC. Florianópolis, 1998.

_____. Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no amapá/brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans)fronteiriço. **Aldeia Mundo**, vol. 20, núm. 39, 2015, p. 21-32. Universidad de los Andes. San Cristobal, Venezuela.

PREFEITURA DE MACAPÁ. **Trabalho Técnico Social: Conjunto Mucajá**. Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Macapá, 2012.

RODRIGUES, Carmen Isabel. Caboclos na Amazônia: identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, v.9, n.1, p.119-130, jun. 2006.

RODRIGUES, Edgar. **Bairros de Macapá: o bairro do Beírol**. Macapá: s/d.

RODRIGUES, L. G. Estaleiros artesanais: homens e barcos na construção de uma economia das águas. **Revista Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 85-97, 2011.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. **Texto para discussão**. IPEA. Brasília. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970**. Belém: Grafinoorte, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SILVA, Wana Cristina Lopes e; LIMA, Rosa Maria Cortês de; ALENCAR, Maria Magaly Colares de Moura. O acesso à moradia popular em Cajueiro Seco: experiências de provisão da habitação pelo Estado. In: **Anais do 3º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono**. Habitação: urbanismo, cultura e ecologia dos lugares. D'OTAVIANO, Camila *et al* (Org.). São Paulo, 2015, p. 411-427.

SLOB, Bart. **Do Barraco para o Apartamento: a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Vakgroep Talen En Culturen Van Latijns Amerika). Universidade de Leiden, Holanda, 2002.

SOUZA, Héli da dos Santos de. **Uma análise da representação midiática dos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá**. Colegiado de Ciências Sociais. Unifap. Macapá, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade empresarialista. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Souza et al (org.). São Paulo: Contexto, 2013.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005, p. 15-31.

TRIBUNA Amapaense. A semana na história. **Dia 20 de junho de 1800**. Macapá: 2015. Disponível em: <https://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2015/06/a-semana-na-historia_29.html>. Acesso em: fev. 2017.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise social**. vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 581-597.

_____. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 5a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.